

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL-REI
PROGRAMA DE MESTRADO EM LETRAS

NAYHARA JULIANA ANIELE PEREIRA THIERS VIEIRA

MEMÓRIAS SOBRE A CIDADE E CONSTRUÇÃO DE SENTIDOS COMO
RESISTÊNCIA DA IMIGRAÇÃO ITALIANA EM POÇOS DE CALDAS-MG

São João del-Rei

2016

NAYHARA JULIANA ANIELE PEREIRA THIERS VIEIRA

MEMÓRIAS SOBRE A CIDADE E CONSTRUÇÃO DE SENTIDOS COMO
RESISTÊNCIA DA IMIGRAÇÃO ITALIANA EM POÇOS DE CALDAS-MG

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Federal de São João del-Rei como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Letras.
Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Nadia Dolores Fernandes Biavati

São João del-Rei

2016

NAYHARA JULIANA ANIELE PEREIRA THIERS VIEIRA

MEMÓRIAS SOBRE A CIDADE E CONSTRUÇÃO DE SENTIDOS COMO
RESISTÊNCIA DA IMIGRAÇÃO ITALIANA EM POÇOS DE CALDAS-MG

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Dr^ª. Nadia Dolores Fernandes Biavati (UFSJ) - (Orientadora)

Prof^ª. Dr^ª. Fernanda de Castro Modl (UESB) - (Titular)

Prof. Dr. Edmundo Narracci Gasparini (UFSJ) - (Titular)

São João del-Rei, 22 de agosto de 2016.

A todos que, em nossa atual conjuntura, resistem diariamente ao ódio, ao preconceito, ao conservadorismo e ao retrocesso.

AGRADECIMENTOS

Agradecer é reconhecer em nós as marcas das muitas pessoas que, mesmo nos mais simples gestos, nos ajudaram a enfrentar empreitadas difíceis. O mestrado é um trabalho solitário no qual, todavia, a presença é essencial. Estar completamente só nesse período o teria tornado, além de difícil, triste. No entanto, esses dois anos, época de abandono de zonas de conforto, crescimento, revisão de posicionamentos e posturas, foram repletos das mais intensas e transformadoras alegrias. Agradeço, então, da forma mais sincera, àqueles que deixaram suas marcas e contribuíram para tornar esse curto espaço de tempo uma vida de aprendizados.

À minha mãe, por ter possibilitado que eu chegasse até aqui.

Ao Walter, meu marido, pelo companheirismo e pelo carinho. Por ter encurtado as viagens e dividido comigo o peso e o desconforto das mudanças. Por ter sido sólido apoio nos momentos de insegurança e dúvida. Por não ter me deixado só, mesmo estando a milhas de distância. Pelos sábios e certos palpites que muito agregaram ao meu trabalho. Muito obrigada, mesmo. Tudo o que eu puder dizer aqui será pouco perto da gratidão que sinto por tê-lo em minha vida.

À Nadia, por ter aceitado me ajudar a enfrentar esse desafio, mesmo no meio do caminho, quando ele ainda não tinha forma, e por tê-lo feito com tanta paciência, sabedoria e afeto.

Aos professores do PROMEL, por possibilitarem uma troca de experiências e conhecimentos que vou levar para a vida toda.

Aos meus colegas de curso, pela presença e conversas constantes. Elas foram essenciais para me mostrar que não estava só em minhas dúvidas e angústias. Sem esse companheirismo o trabalho teria sido árduo demais.

À minha irmã, Tânis, e ao meu sobrinho, Gael, que, ao me tornarem tia, me mostraram que não posso parar e controlar o mundo para viver e resolver uma emoção de cada vez.

À minha querida amiga, Josi, que foi apoio simplesmente por me deixar saber que ela estaria ali, em qualquer circunstância.

À Pipoca Jullie, pela mais meiga e amorosa companhia, e à Bebê, pelas mais desconcertantes alegrias.

Ao IFSULDEMINAS, pela oportunidade de me dedicar integralmente ao curso, e aos meus colegas do *campus* Poços de Caldas, que me apoiaram e seguraram firme o trabalho extra por eu não estar presente.

À administração e aos funcionários do Museu Histórico e Geográfico de Poços de Caldas, pela atenção e por permitirem o acesso e fotocópia do acervo, parte extremamente importante desta dissertação.

À Karina, secretária do PROMEL, pelas orientações e por atender sempre tão prontamente minhas várias solicitações.

Muito obrigada, a todos.

RESUMO

A presente dissertação tem como tema a questão da resistência pensada a partir da circulação dos sentidos na formação social, constituída por diferentes relações de forças, no município de Poços de Caldas. Analisamos dois dizeres na hipótese de que se configurariam, nesse contexto, como dizeres dos quais emerge um discurso de resistência, que assim se caracteriza em contraponto a um discurso sobre a história da cidade e seus atores, cujo sentido se faz dominante e por isso central. Esses dizeres, compostos pelo livro *Os admiráveis italianos de Poços de Caldas – 1884-1915* e por um abaixo-assinado que solicita a construção de um monumento em homenagem aos imigrantes italianos na cidade, foram o recorte selecionado para estudo. Por meio da análise desses objetos pudemos perceber gestos de resistência que ecoam na realidade rompendo com sentidos que adquiriram certa estabilidade naquele local. O trabalho foi realizado a partir de indicações teóricas da Análise de Discurso de vertente pecheutiana, especialmente dos trabalhos de Eni P. Orlandi, e pela observação, principalmente, de Formações Nominais presentes nos textos. A análise nos permitiu identificar gestos de individuação capazes de fazer com que outros sentidos, marginalizados por um sentido-centro, ecoem de forma diferente na realidade, possibilitando outras formas de compreensão e de significação da realidade local e dos sujeitos que trabalharam e contribuíram na construção de Poços de Caldas.

Palavras-chave: Resistência. Relações de força. Sentidos. História de Poços de Caldas.

ABSTRACT

This dissertation has as theme the issue of resistance, thought from the circulations of meanings within the social formation constituted by different power relations in the Poços de Caldas municipality. We analyzed two texts due to the hypothesis that they would configure themselves, in that context, as texts from which emerge a discourse of resistance, that thus is featured in opposition to another discourse about the history of the city and its actors, which meaning makes itself dominant and thus central. These texts, constituted by the book *Os admiráveis italianos de Poços de Caldas – 1884-1915* (The admirable Italians of Poços de Caldas) and by an undersigned requesting the construction of a monument to the Italians immigrants of the city, was the selected cut of this work. By means of the analysis of these objects we could grasp resistance gestures that echoes in the reality, breaking up with meanings that acquired certain stability in that place. This work was built from the theoretical indications of the Peuceutian Discourse Analysis, especially the Eni P. Orlandi's works, and by observation, mainly, of the Nominals Formations present in the texts. Our analysis allowed us to identify individualization of gestures capable of making that those meanings, marginalized by a centered meaning, reverb in a different way in the reality allowing other forms of comprehension and signification of the local reality, such as the subjects who works and contributes to the construction of the city of Poços de Caldas.

Key-words: Resistance. Power relations. Meanings. History of Poços de Caldas.

LISTA DE IMAGENS

| | |
|--|-----|
| Imagem 1: Móvel de sala de jantar..... | 72 |
| Imagem 2: Casa do Caboclo..... | 72 |
| Imagem 3: Monumento ao imigrante italiano..... | 88 |
| Imagem 4: Cadeira da Sociedade de Mútuo Socorro <i>Stella d'Italia</i> | 116 |

Lista de Quadros

| | |
|--|-----|
| Quadro 1 – Construções analisadas como Formações Nominais..... | 79 |
| Quadro 2 – Marcas da organização temporal presentes no texto..... | 89 |
| Quadro 3 – Representação dos primeiros italianos que chegaram a Poços de Caldas..... | 101 |
| Quadro 4 – Aspectos naturais do município de Poços de Caldas..... | 102 |
| Quadro 5 – Caracterizações de grupos antagônicos reveladoras de um <i>ethos</i> crítico de Mario Seguso..... | 108 |
| Quadro 6 – Caracterizações de Pedro Sanches, representante da elite poços-caldense..... | 109 |
| Quadro 7 – Situações que revelam diferentes papéis assumidos pelos italianos..... | 111 |
| Quadro 8 – Apresentação dos italianos por meio de suas profissões..... | 118 |

Sumário

| | |
|--|----|
| INTRODUÇÃO | 12 |
| CAPÍTULO 1: A ANÁLISE DE DISCURSO E AS CATEGORIAS ANALÍTICAS | 18 |
| 1.1 CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO E CONSTITUIÇÃO DISCURSIVA DOS DIZERES.... | 20 |
| 1.2 A ADMINISTRAÇÃO DOS SENTIDOS E OS PROCESSOS DE PRODUÇÃO DOS DISCURSOS..... | 26 |
| 1.3 MEMÓRIA – ADMINISTRAÇÃO E RELAÇÕES DE SENTIDO..... | 30 |
| 1.3.1 A Memória Discursiva | 36 |
| 1.4 RESISTÊNCIA – IDEOLOGIA, RELAÇÃO DE FORÇAS E POSICIONAMENTO DE PESQUISA..... | 43 |
| 1.4.1 Resistência na Análise de Discurso Francesa – Michel Pêcheux e Eni Orlandi | 43 |
| 1.4.2 Resistência e Relação de Forças – delineamento de abordagem | 48 |
| 1.5 CONSIDERAÇÕES ACERCA DA METODOLOGIA E CATEGORIAS DE ANÁLISE | 51 |
| 1.5.1 As formações nominais – produção de sentidos e relações entre a linguagem e sua exterioridade | 52 |
| 1.5.1.1 Os processos de qualificação – a seleção de adjetivos e a referenciação..... | 54 |
| 1.5.2 Elementos de progressão textual – a coesão como aspecto marcante..... | 55 |
| CAPÍTULO 2: MATERIAL EMPÍRICO E DISCURSO – AS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO E HISTORICIDADE DOS DIZERES | 57 |
| 2.1 RELAÇÃO DE FORÇAS: APAGAMENTO E RESISTÊNCIA NA MEMÓRIA DA IMIGRAÇÃO | 57 |
| 2.1.1 Os imigrantes europeus no Brasil: o embranquecimento e o apagamento | 58 |
| 2.1.1.1 A República, o fim da escravidão e a onda imigratória..... | 58 |
| 2.1.1.2 O Estado Novo e o projeto nacionalista..... | 60 |
| 2.1.2 Poços de Caldas – breve histórico para compreensão de um sentido que sobressai | 63 |
| 2.1.3 Um outro ideário para o país – possibilidade de ruptura e resistência | 73 |
| CAPÍTULO 3: A SOLICITAÇÃO DO MONUMENTO EM HOMENAGEM AO IMIGRANTE ITALIANO – O ABAIXO-ASSINADO COMO PARTE ESCRITA DA RESISTÊNCIA | 77 |
| 3.1 MARCAS LINGUÍSTICO-DISCURSIVAS PELO OLHAR DAS FORMAÇÕES NOMINAIS | 78 |
| 3.2 A ORGANIZAÇÃO TEMPORAL COMO CARACTERÍSTICA ARGUMENTATIVA | |

| | |
|--|------------|
| MARCANTE..... | 88 |
| CAPÍTULO 4 – O IMIGRANTE ITALIANO E A SUA INDIVIDUAÇÃO – MARIO SEGUSO E O LIVRO <i>OS ADMIRÁVEIS ITALINOS DE POÇOS DE CALDAS</i>..... | 92 |
| 4.1 EFEITOS DE SENTIDO NOS ELEMENTOS PRÉ-TEXTUAIS..... | 94 |
| 4.1.1 Elementos que se destacam na capa do livro..... | 94 |
| 4.1.2 Efeitos de sentido nos dizeres de Jurandir Ferreira sobre o livro..... | 97 |
| 4.2 A APRESENTAÇÃO INICIAL DOS ITALIANOS – PRIMEIRAS MARCAS DE RESISTÊNCIA..... | 101 |
| 4.3 O CAPÍTULO 3 DE “OS ADMIRÁVEIS ITALIANOS DE POÇOS DE CALDAS” - DADOS GERAIS IMPORTANTES PARA ANÁLISE..... | 106 |
| 4.3.1 A Sociedade de Mútuo Socorro <i>Stella d'Italia</i>..... | 113 |
| 4.4 O SUCESSO PELO SUOR – INDIVIDUAÇÃO E COLABORAÇÃO POR MEIO DO TRABALHO..... | 117 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 126 |
| REFERÊNCIAS..... | 131 |
| ANEXOS..... | 135 |

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo geral analisar os discursos que emergem de textos surgidos no final do século XX e início do XXI e que têm como tema a imigração italiana ocorrida na cidade de Poços de Caldas, no sul de Minas Gerais, no final do século XIX e início do XX. Buscamos compreender esses discursos como discursos de resistência. Essa caracterização é proposta frente a um quadro próprio de apropriação dos sentidos no que concerne à construção e formação dessa cidade.

Ao longo da nossa pesquisa deparamo-nos com uma série de manifestações de linguagem em torno do tema da imigração no município, algo que nos intrigou e instigou a investigá-la mais a fundo. De início, percebemos, permeando o material encontrado, um forte esforço em livrar o acontecimento da imigração e seus personagens do esquecimento¹. Uma reflexão inicial a respeito da constituição e história da cidade, em um contexto regional marcado pelo coronelismo², levou-nos a pensar nesses gestos contra o esquecimento como gestos de resistência, o que culminou na hipótese de que dessas manifestações emergiam discursos que poderiam ser encarados como discursos de resistência.

O foco de análise na situação da imigração e dos imigrantes nos permite trabalhar com um grupo que, em grande medida, se contrapõe àquele que predomina e é privilegiado nas relações sociais que podemos verificar na complexa formação da localidade. A possibilidade de investigar como funcionam os discursos que vêm de encontro àqueles cujas posições são dominantes pareceu-nos uma forma especial de contribuir com os estudos do discurso, em suas nuances.

¹ Ressaltamos que “esquecimento” foi colocado aqui no sentido oposto ao de lembrança, nada tendo a ver com os esquecimentos de que nos fala Pêcheux. Livrar do esquecimento seria trazer à tona uma lembrança, rememorar.

² Podemos definir o coronelismo, conforme Leal, como “[...] uma forma peculiar de manifestação do poder privado [...], o 'coronelismo' é sobretudo um compromisso, uma troca de proveitos entre poder público, progressivamente fortalecido, e a decadente influência social dos chefes locais, notadamente dos senhores de terra” (LEAL, 2012, p. 44). Em Poços de Caldas, o coronelismo está justamente relacionado a um poder político, exercido por influentes chefes locais, e que se baseia em aspirações privadas e na manutenção do tradicionalismo familiar e do controle econômico-social por parte desses chefes. No município ele se deu, principalmente, aliado ao saber científico e aos poderes públicos estaduais e federais, como ficará melhor esclarecido no capítulo 2.

Tendo em vista esse recorte, era preciso que delimitássemos alguns elementos em torno da nossa hipótese. Primeiramente selecionamos, dentre inúmeros textos encontrados em um portfólio doado por uma descendente de italianos ao Museu Histórico e Geográfico de Poços de Caldas, um abaixo-assinado (ANEXO 1) que tem como objetivo final a construção de um monumento em homenagem aos imigrantes. Esse documento chamou-nos a atenção por seu teor reivindicatório explícito. Mais do que uma homenagem, ele suscita uma reivindicação de cobrança por reconhecimento a todo o esforço dispensado pelos italianos na construção da cidade, compreensão essa que nos intrigou bastante, uma vez que parecia por si só confirmar nossa hipótese.

Tomamos ciência também, em leituras sobre a história da cidade, de um livro que trata especificamente do período da imigração italiana no município e cuja característica especial é ter um italiano como autor. O livro de Mario Seguso, *Os admiráveis italianos de Poços de Caldas – 1884 – 1915* (2007), mostra-se uma obra de teor histórico que intercala informações sobre o início da construção da cidade, tendo como foco a chegada e o estabelecimento dos italianos ali. Assim, a vontade de memória que perpassa a escrita de uma obra como essa não poderia ser ignorada frente à perspectiva que pretendíamos seguir na pesquisa, o que nos levou a selecioná-la também como objeto de análise.

Frente aos objetos selecionados, formulamos a hipótese de que eles se caracterizam e se colocam como resistência a um sentido estabilizado sobre a história de Poços de Caldas, o que no âmbito discursivo se dá como um confronto, uma ruptura com um sentido que sobressai por meio de uma relação desigual de forças. Entendemos que a dominação dos sentidos é instrumento de poder por meio do qual é possível a manutenção de privilégios e da relação desigual de forças. Desde a complexa formação da cidade, conforme trataremos mais detalhadamente no capítulo dois, alguns sujeitos sobressaem e ocupam os sentidos e os espaços da, e na, cidade. Dizemos que são esses discursos e sentidos que se centralizam e ao serem centralizados alocam os demais às suas margens. Nesse contexto, ao produzirem dizeres que trazem para o primeiro plano seus sentidos antes marginalizados, os sujeitos produzem gestos de resistência.

Para lidar com os dizeres por esse prisma, optamos por trabalhar com a Análise de Discurso

apoiados, principalmente, em Michel Pêcheux e na vasta produção de Eni Puccinelli Orlandi, a partir da qual desenvolvemos uma pesquisa que tem como foco a compreensão de um funcionamento do discurso que possa se dizer de resistência. Isso significa afirmar que preconizamos a compreensão das condições de produção desses discursos e da forma como ela se materializa linguisticamente, no abaixo-assinado e no livro, tendo sempre em vista a questão dos sentidos. Dentro dessa vertente teórica, trabalhamos com os conceitos gerais de memória discursiva, interdiscurso, intradiscurso e formação discursiva em sua relação com a administração dos sentidos diante da memória e dos processos, parafrástico ou polissêmico, de produção dos discursos.

Tomamos como referência também alguns historiadores e antropólogos que enriqueceram sobremaneira nossas reflexões com seus trabalhos sobre a história nacional e de Poços de Caldas e sobre memória, o que nos propiciou conhecimento mais global sobre diversos aspectos do assunto abordado levando a uma compreensão mais acertada a respeito de nossa hipótese.

A noção de resistência que permeia essa hipótese, é preciso esclarecer, não é tomada aqui como embate, não falamos de uma resistência que se dê de maneira abrupta, violenta. Pensando nas relações de força que se dão nas relações sociais, e tendo em vista que essas relações são simbólicas, trabalhadas e cultivadas discursivamente, entendemos a resistência como gestos de interpretação que se apresentem frente ao trabalho feito com os sentidos, possibilitando sua flexibilização. As tensões presentes nas relações de forças são tensões de sentidos, que se dão por sua formulação e pelas maneiras como esses são colocados em circulação, disponibilizados para serem significados. A resistência é tida, no nível linguístico-discursivo, como a produção de sentidos que possibilite libertar, em graus variados, o estado político-simbólico de determinadas relações, das amarras de um sentido literal e de uma memória coletiva, que só existem no imaginário político-simbólico das sociedades pela atuação da ideologia. Essa, por sua vez, amparada e reforçada pelas condições institucionais, econômicas e sociais, estabelece posições favorecidas, a partir das quais se visa manter um estado de coisas que aprisiona os sujeitos, por vezes assujeitando-os. Isso porque em suas particularidades e especificidades os sujeitos não se significam do mesmo modo, e é sobre esse processo de significação que incide a importância da resistência.

Podemos dizer que levamos a todas as partes deste trabalho a inquietação de compreender como os sentidos atuam nos meios sociais permeando as mais diversas relações entre os sujeitos e os grupos de sujeitos. Procuramos compreender, principalmente, como os sujeitos ocupantes de grupos menos favorecidos sócio historicamente, como se mostraram ser os descendentes de italianos em nosso recorte, conseguem se significar em um contexto cujo estado de coisas permite e favorece que sentidos sejam administrados e tenham sua importância relativizada por um grupo minoritário, mas mais poderoso.

Desse modo, destacam-se os discursos de sujeitos descendentes e italianos e as maneiras como esses discursos se materializam de forma a resistirem a uma administração dos sentidos que os coloca à margem na formação social da cidade de Poços de Caldas. Não desenvolvemos um trabalho sobre a imigração italiana, mas ela é pano de fundo importante porque é da necessidade de sua representação que emergem dizeres que trazem à tona novos sentidos sobre os imigrantes e sua presença e participação na construção da cidade.

A organização dos sentidos no que concerne ao grupo de imigrantes e à elite local mostra a reprodução de um discurso sobre a história da cidade por meio do qual se pretende manter os privilégios adquiridos por determinadas famílias por meio de doação de sesmarias (terras concedidas para cultivo agrícola no período colonial). A manutenção desses privilégios e do poder decorrente deles fez com que os grupos dos fazendeiros, coronéis, e depois dos médicos e estadistas produzissem um discurso que os identificassem como os heróis locais, e é esse o sentido que se institucionaliza, se centraliza, ali. Esse cenário propicia uma situação de tensão porque coloca o reconhecimento desse grupo como fundador da cidade como uma obrigação, fazendo com que um sentido específico ressoe nos mais variados lugares de memória, nos principais espaços da cidade, na tentativa de literalizá-lo e forjar uma memória coletiva. Mas toda memória, passando pela história e pelos sujeitos em suas diferentes formações discursivas, passa por uma ressignificação, e nesse processo há também apagamentos, pois outras memórias e sentidos são colocados à margem para que outro, determinado, se centralize. Temos assim, que o próprio processo de administração da memória é falho. Ao não significar, representar, certos grupos, ele se abre em rupturas para que os sujeitos à margem surjam com seus outros sentidos e assim se dê o que estamos tratando aqui como resistência.

É justamente esse processo que ocorre em Poços de Caldas e que pudemos identificar pelos dizeres selecionados. Notamos, a partir desses textos, duas formas diferentes de representação da memória da imigração, que se constituem em dois modos distintos de resistência. Se, por um lado, no abaixo-assinado temos, principalmente, o imigrante individualizado por um “nós” que não cessa de ser repetido e configura outra identificação, por outro, no livro, temos vários e diferentes italianos, apresentados individualmente como “admiráveis”, que são trazidos para a cotidianidade e individuados literariamente por meio de uma narrativa capaz de gerar empatia entre os leitores e seus personagens, retirando-os de uma certa condição de estereotipia que os generaliza simplesmente como “imigrantes italianos”.

Para chegarmos a essa compreensão, dividimos a pesquisa em quatro capítulos, atendendo aos objetivos específicos de delimitar aspectos teóricos, compreender as condições de produção dos discursos em estudo, e verificar, na materialidade linguístico-discursiva, a possibilidade de resistência. No primeiro capítulo, portanto, procuramos apresentar e problematizar os conceitos da análise de discurso que nos serviram de base teórica. A partir desses conceitos, apresentamos importantes reflexões sobre os processos, parafrástico e polissêmico, de produção dos discursos, por meio dos quais os sentidos se configuram como centro ou como margens, e levantamos aspectos essenciais sobre a memória e a memória discursiva na administração desses sentidos. Neste capítulo formulamos também nossas considerações sobre a resistência e como esse conceito se delinea na dissertação. Por fim, apresentamos dados a respeito da metodologia e categorias de análise que tomamos como base para observação de elementos linguísticos presentes nos nossos objetos.

No capítulo dois procuramos pontuar, retomando acontecimentos histórico-discursivos sobre a imigração, em nível nacional e local, aspectos essenciais das condições de produção dos discursos emergentes dos dizeres do abaixo-assinado e do livro. Esse trabalho de retomada apresenta importantes características de já-ditos, precedentes, e é por meio dele que conseguimos identificar a administração da memória e, por decorrência, a dos sentidos, o que foi condição essencial para caracterizar nossos objetos como desencadeadores de resistência e ruptura.

Tendo como base os conceitos e categorias de análise apresentados no capítulo um, e aspectos

histórico-discursivos destacados no capítulo dois, nos últimos capítulos nos dedicamos a identificar efeitos de sentido determinados a partir da análise da materialidade linguística, do abaixo-assinado, no capítulo três, e do livro, no capítulo quatro.

A compreensão dos discursos aqui estudados envolve, portanto, a inter-relação entre a materialidade linguística e aquilo que a perpassa, por um viés que coloca em cena o jogo dos sentidos nas formações sociais. Este trabalho nos mostra que resistir é também atuar pela linguagem nesse jogo, colocando em reflexão o discurso em sua relação intrínseca com a história e a memória.

CAPÍTULO 1 – A ANÁLISE DE DISCURSO E AS CATEGORIAS ANALÍTICAS

Nos estudos que empreendemos nesta dissertação optamos por trabalhar com a vertente francesa da Análise de Discurso (AD) que tem em Michel Pêcheux seu principal autor. A elaboração dos conceitos e a metodologia nessa tendência apresentam-se como a melhor maneira de lidar com nosso material.

Além de textos do próprio Pêcheux, recorreremos constantemente aos estudos de Eni P. Orlandi, principal representante dessa linha da AD no Brasil, com importantes trabalhos que desenvolvem e aprofundam aspectos levantados pelo autor francês, além de inová-los teoricamente e abordar objetos não tão comuns aos estudos da linguagem, tais como o corpo e a cidade, por exemplo.

Nas várias leituras que fizemos sobre a configuração teórica da Análise de Discurso, alguns conceitos sobressaíram e foram marcantes na elaboração da maneira como vislumbramos a base de nossa análise. Exporemos, assim, como se deu a tecitura por meio da qual buscamos embasar e dar legitimidade a esta pesquisa, tendo em vista as margens de manobra delimitadas no interior mesmo dessa teoria, segundo a qual, de acordo com Eni Orlandi, “cada material de análise exige que seu analista, de acordo com a questão que formula, mobilize conceitos que outro analista não mobilizaria, face a suas (outras) questões” (ORLANDI, 2009, p. 27).

Desta forma, partimos de uma compreensão específica sobre os sentidos e o modo como se apresentam na realidade social, centralizados ou marginalizados, ancorando-nos nas formulações de Eni Orlandi sobre paráfrase e polissemia e inserindo essas formulações em relações de forças para pensarmos em resistência. Uma resistência que perpassa a materialidade linguística, mas que se constitui no discurso, via um estado ideológico específico, o que podemos referenciar à relação linguagem-discurso-ideologia. Essa relação linguagem e discurso estaria, assim, presente nas relações sociais gerindo os sentidos, que se produzem a partir de posições específicas, orientados pelas ideologias.

Por esse viés, uma análise seletiva dos textos incita-nos a visualizarmos neles um discurso de resistência que precisava então de indícios e investigação mais apurada para se confirmar, ou seja, foi preciso verificarmos suas condições de produção, sua historicidade e discursividade, para que em relação à realidade pudéssemos confirmar nossa hipótese e verificar sua implicação nas relações sociais.

Nas seções que seguem, buscamos organizar e elencar os conceitos que direcionam nossa pesquisa, embasando-a de forma a dar sustentação a nossa hipótese. Assim, a partir da perspectiva teórica da Análise de Discurso Francesa (ADF), de vertente pecheutiana, nos empenhamos em retomar e relacionar discursos anteriores aos dizeres que analisamos, observando suas condições históricas de produção, bem como a memória e memória discursiva elucidadas, a um destrinchamento dos textos, pontualmente no que se refere a marcas que indicam um discurso que se constitui no plano da resistência. Essa relação aponta para novos sentidos que indicam uma ruptura com a hegemonia de um sentido que se centralizou na história de Poços de Caldas, na qual determinados atores sobressaem, apagando os outros e marginalizando seus sentidos.

Por estarem sendo pensados dentro de um conjunto de relações de força, quando nos referimos a sentidos que se colocam como resistentes, indo de encontro àqueles que se mantiveram estabilizados, estamos falando daqueles que partem das extremidades para o centro gerando diferentes graus de interferência nesse último. Essa resistência não significa necessariamente embate, confronto, ruptura abrupta; mas qualquer manifestação/ressignificação que coloque em reflexão a relação de sentidos/força em determinada situação, pela retomada de um dado diferente da memória discursiva.

Partimos, assim, da concepção de constituição dos discursos preconizada pela vertente da análise de discurso que adotamos, segundo a qual eles se constituem, em um trabalho de reformulação, por dizeres anteriores. Isso nos possibilita perceber a reelaboração dos sentidos, que são, assim, capazes tanto de reproduzir quanto de romper com a relação de forças inicial na qual se inserem, acrescentando novos sentidos que passarão a compor memória discursiva. Pressupomos, portanto, que nas ressignificações, ou reformulações de memória discursiva, nas quais localizamos reprodução, a relação de forças é mantida, não havendo

mudança/transformação. Por outro lado, naquelas ressignificações nas quais percebemos gestos de ruptura, a relação de forças é em alguma medida desestabilizada, ocorrendo resistência e portanto mudança/transformação. Esse é um trabalho em relação aos processos de produção dos discursos e à memória, que serão detalhados mais à frente.

Lançamo-nos agora à incumbência de esmiuçar esses conceitos conduzindo-os em direção às exigências de nosso objeto. Haverá uma parte mais elementar nessa apresentação, da qual não podemos nos eximir, por se mostrar fundamental aos trabalhos em análise de discurso, e, mais adiante, arriscaremos uma imbricação com reflexões mais recentes dessa linha, tais como aquelas sobre formas de resistência do sujeito conforme proposto por Eni P. Orlandi (2012).

1.1. CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO E CONSTITUIÇÃO DISCURSIVA DOS DIZERES

Ao trabalharmos com um texto na perspectiva da ADF, devemos nos ater não só à sua materialidade linguística, mas a tudo aquilo que o circunda e que diz respeito à sua historicidade. Essa ideia é importante, pois marca parte primordial do trabalho do analista do discurso, sem a qual não se estaria fazendo nada mais que análise de conteúdo. A consideração da historicidade na análise dos dizeres dos descendentes foi essencial para a compreensão dos discursos que emergem dali, conforme nos empenhamos em demonstrar no capítulo seguinte.

De acordo com José Horta Nunes,

O termo historicidade funciona de modo a caracterizar a posição do analista de discurso em relação à do historiador. O deslocamento história/historicidade marca uma diferença entre as concepções de história, de um lado como conteúdo, e de outro como efeito de sentido. Aos historiadores ligados à AD cabe questionar a transparência da linguagem, levando-se em conta a espessura da língua. Aos analistas de discurso, a história passou a ser vista não como um pano de fundo, um exterior independente, mas como constitutiva da produção de sentidos. Trabalhar a historicidade implica em observar os processos de constituição dos sentidos e com isso desconstruir as ilusões de clareza e de certeza. [...] Desse modo, diremos em síntese que a noção de historicidade desloca a noção de história como conteúdo e como fonte unívoca de interpretação. O sufixo -idade nos parece funcionar aí como um indício desse modo de conceber a história na análise de discurso, juntamente com as noções de processo de constituição do sentido e de gesto de interpretação.

(NUNES, 2007, p. 1 – 2).

Percebe-se, conforme os dizeres de Nunes, a importância da AD para os historiadores. Nessa mesma medida, destacamos a importância da historicidade para o analista de discurso, assim como o faz Eni Orlandi em comparação com a análise de conteúdo clássica,

[...] a AD faz justamente o movimento contrário: ao considerar que a exterioridade é constitutiva, ela parte do texto, da historicidade *inscrita* nele, para atingir o modo de sua relação com a exterioridade. Considera que, se a situação é constitutiva, ela está atestada no *próprio* texto, em sua materialidade (que é de natureza histórico-social). (ORLANDI, 2001, p. 12-13, grifos da autora).

É, desta maneira, na relação basilar entre o que há no texto e sua historicidade que se caracteriza o trabalho do analista do discurso. É dessa relação, acreditamos, que deve partir a análise naquilo que se tem de mais complexo, a interpretação e a explanação dos eventos. Não se pode dizer de uma pesquisa cujo objeto seja o discurso que ela não tenha partido da compreensão de um contexto amplo que se reflete no material empírico em discussão. Só por meio dessa relação complexa, condição essencial para se compreender os modos como o sujeito se manifesta e o que suas manifestações sugerem, é que podemos pensar nos efeitos de sentido de seu dizer.

Acreditamos poder alocar as definições precedentes em um conceito bastante tradicional à ADF, o de condições de produção. Este conceito, de acordo com Malidier (2003), é oriundo do marxismo e trazido aos estudos do discurso por Pêcheux em *Análise automática do discurso* (AAD), de 1969, texto que prevê várias de suas reflexões posteriores. O conceito de condições de produção terá presença constante e obrigatória nos trabalhos que tem a ADF como teoria, uma vez que a elaboração de Pêcheux em torno dele foi fundamental para se pensar a prática da AD, pontualmente naquilo em que vai se distanciar de Saussure, distinguindo-a: a conjuntura.

Ao pensar a pesquisa sobre os processos discursivos, Pêcheux propôs a substituição do que ele chamava de as circunstâncias de um discurso pelo conceito de condições de produção (PÊCHEUX, 1997, p. 74-75), a partir do qual, mais adiante, seriam consideradas as noções de relação de forças, relações de sentidos e antecipação. Desse modo, ele firmou uma nova

abordagem no tratamento dos textos, a abordagem discursiva, observando que

[...] é impossível analisar um discurso como um texto, isto é, como uma sequência linguística fechada sobre si mesma, mas que é necessário referi-lo ao conjunto de discursos possíveis a partir de um estado definido das condições de produção [...]. (PÊCHEUX, 1997, p. 79).

Percebemos, ao mesmo tempo, uma relação de reciprocidade em que considerar discursos implica recorrer à materialidade linguística e(m) seus efeitos de sentido. Portanto, um evento contempla práticas discursivas e sujeitos nelas engajados. As condições de produção aí se firmam, nos fatos, nos sujeitos e nos contextos.

Isso nos mostra, justamente, a dependência que a abordagem discursiva tem do conceito de condições de produção, que traz em seu interior, outros conceitos tão relevantes quanto ele próprio. Embora isso ainda não esteja explícito em *Análise automática do discurso*, Pêcheux, ao relacioná-lo à noção de relações de sentido, está antecipando o que no decorrer de seus trabalhos definirá mais precisamente como interdiscurso, outro conceito sem o qual nos parece impossível pensar em AD. Ao dizer que o discurso deve ser sempre remetido às relações de sentido, ele afirma que se deve ter em mente que “[...] o processo discursivo não tem de direito, início: o discurso se conjuga sempre sobre um discurso prévio, ao qual ele atribui o papel de matéria-prima [...]” (PÊCHEUX, 1997, p. 77). Eis aí um importante aspecto das condições de produção. Desse modo, a historicidade está intrinsecamente relacionada às condições de produção e vice-versa, pois os discursos prévios, matéria-prima do discurso, é matéria que adquire substância/sentido por sua historicidade, só podendo significar porque inscrita nessa historicidade.

A compreensão dos conceitos de historicidade e de condições de produção é de uma riqueza enorme no processo de análise e interpretação do discurso emergente a partir dos dizeres dos descendentes. A preocupação em observar as condições de produção desses discursos por meio da historicidade inscrita nos dizeres apresentou-se o tempo todo como uma via de mão dupla. Se a princípio esses textos nos indicavam efeitos de sentidos que extrapolavam o estritamente linguístico, só a partir do momento em que buscamos acesso a um amplo contexto sócio-histórico é que nos consideramos aptos a analisar a materialidade discursiva de forma a compreendê-la em toda sua complexidade. Jamais uma análise discursiva que se

detivesse somente nos textos proporcionar-nos-ia a visão que conseguimos atingir.

A tarefa de busca por indícios sócio-históricos que se refletem nos textos é um trabalho que se teceu a partir das suas próprias relações de sentido, que se deu tanto no nível interdiscursivo quanto no intradiscursivo. Se o primeiro pode nos mostrar o que precede a vontade de memória que permeia os dizeres, é a perspectiva do segundo que nos aponta o gesto de resistência.

O interdiscurso, conceito chave para a ADF, surge mais detalhadamente na obra de Pêcheux de 1975, *Semântica e discurso*. Nesse momento, ao problematizar sobre o mascaramento do caráter material do sentido das palavras e dos enunciados pela ilusão da evidência dos sentidos, Pêcheux afirmará que “o caráter material do sentido – mascarado por sua evidência transparente para o sujeito – consiste na sua dependência constitutiva daquilo que chamamos 'o todo complexo das formações ideológicas'” (PÊCHEUX, 2009, p. 146). Dessa dependência derivam duas teses. A primeira tem sua relação com as formações discursivas e a segunda dar-nos-á, a partir da anterior, a definição de interdiscurso. Acreditamos ser essencial aproveitarmos a oportunidade para definir também formação discursiva, conceito que aparecerá mais à frente em nossas discussões.

Temos assim que a questão do sentido, tão cara a nós neste trabalho, deve ser pensada tendo em vista esses dois conceitos, o de formação discursiva e o de interdiscurso. Pêcheux define a formação discursiva como “aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina *o que pode e deve ser dito* [...]” (PÊCHEUX, 2009, p. 147, grifo do autor). Assim,

[...] uma palavra, uma expressão ou uma proposição não tem *um* sentido que lhe seria próprio [...], seu sentido se constitui em cada formação discursiva, nas relações que tais palavras, expressões ou proposições mantêm com outras palavras, expressões ou proposições da mesma formação discursiva (PÊCHEUX, 2009, p. 147-148, grifo do autor).

Tendo definido formação discursiva dessa maneira, Pêcheux passará à sua segunda tese sobre o caráter material do sentido, a qual elabora da seguinte forma:

toda formação discursiva dissimula, pela transparência do sentido que nela se

constitui, sua dependência com respeito ao 'todo complexo com dominante' das formações discursivas, intrincado no complexo das formações ideológicas [...]. (PÊCHEUX, 2009, p. 148-149, grifo do autor).

Procurando desenvolver essa segunda tese, ele proporá chamar “[...] interdiscurso a esse 'todo complexo com dominante' das formações discursivas [...]”. (Ibid., p. 149), acrescentando que

[...] nessas condições, o próprio de toda formação discursiva é dissimular, na transparência do sentido que nela se forma, a objetividade material contraditória do interdiscurso [...] que reside no fato de que “algo fala” [...] sempre “antes, em outro lugar e independentemente”[...]. (Ibid., p. 149).

A longa explanação desses conceitos nesse ponto justifica-se por sua importância para a AD, de maneira geral, e em nosso trabalho, em especial. Os conceitos de interdiscurso e formação discursiva serão retomados mais adiante, ao falarmos de memória, e mostrar-se-ão de extrema relevância, pela relação que estabelecem com uma configuração centro/margem dos sentidos, para a verificação de nossa hipótese sobre a resistência.

Helena Nagamine Brandão, ao definir formação discursiva dirá que ela “[...] determina 'o que pode e deve ser dito' a partir de um lugar social historicamente determinado” (BRANDÃO, 2004, p. 107). A compreensão que ela nos oferece ao acrescentar a questão do “lugar social historicamente determinado” é bastante frutífera em nossas reflexões, pois com isso conseguimos enquadrar e relacionar esse conceito às relações de forças em determinada conjuntura, o que nos sugere que a compreensão dos efeitos de sentido deve levar em consideração os lugares, as posições dos sujeitos, que foram historicamente determinadas. Isso, no tocante às condições de produção do discurso, nos aponta dados positivos no que diz respeito à configuração dos conceitos dentro de nossa pesquisa, já que nos parece inviável falarmos de resistência sem ao menos tocarmos na ideia das relações de sentido.

Ao formularmos que essas relações, em nosso objeto, se estabelecem dentro de formações discursivas específicas e que determinados dizeres surgem fazendo emergir um outro discurso, que vem romper com as determinações históricas sofridas pelos sujeitos de uma das extremidades, estamos reconhecendo que o sentido é constituído, a partir de uma formação ideológica³, em uma formação discursiva. Somente por meio da ciência de que essa formação

³ Como Formação Ideológica, entendemos, junto a Brandão, aquela que “[...] é constituída por um conjunto complexo de atitudes e representações que não são nem individuais, nem universais, mas dizem respeito,

discursiva dissimula o caráter interdiscursivo dos dizeres, dissimulando assim uma transparência dos sentidos, e somente lançando mão da compreensão da elementaridade desses conceitos, é que somos capazes de interpretar os dizeres menos ingenuamente, levantando efeitos de sentido que não seriam possíveis por outros meios. Mais especificamente, só desta forma podemos, tendo em vista o modo discreto como uma formação discursiva se manifesta, notar e revelar o gesto de resistência.

No que diz respeito ao interdiscurso, Brandão aborda-lo-á em sua definição de interdiscursividade, a qual se dá pela

[...] relação de um discurso com outros discursos. Para Maingueneau a interdiscursividade tem um lugar privilegiado no estudo do discurso: ao tomar o interdiscurso como objeto, procura-se apreender não uma formação discursiva, mas a interação entre formações discursivas diferentes. Nesse sentido, dizer que a interdiscursividade é constitutiva de todo discurso é dizer que todo discurso nasce de um trabalho sobre outros discursos. (BRANDÃO, 2004, p. 107).

É esse trabalho de formulação sobre os outros discursos, que se dá no nível do intradiscurso, que tivemos sempre em mente na análise de nossos objetos naquilo que concerne à resistência. Acreditamos que é no trabalho de atualização dos sentidos, a partir de discursos anteriores, e sob análise das condições de produção (sujeitos e situação), que ocorre a possibilidade de resistência. É desse trabalho que podemos dizer sobre reprodução ou ruptura de sentidos.

Pêcheux definirá o intradiscurso como “[...] o funcionamento do discurso em relação a si mesmo (o que eu digo agora, com relação ao que eu disse *antes* e ao que eu direi *depois* [...])” (PÊCHEUX, 2009, p. 153, grifos do autor). Percebemos por essa definição a relação e dependência que este conceito tem com o de interdiscurso, relação que Eni Orlandi elaborará dizendo que “[...] há uma relação entre o já-dito e o que se está dizendo que é a que existe entre o interdiscurso e o intradiscurso ou, em outras palavras, entre a constituição do sentido e sua formulação” (ORLANDI, 2009, p. 32). Acrescentamos aqui que “o *intradiscurso* só pode ser compreendido na relação com o *interdiscurso*” (MALDIDIER, 2003, p. 54, grifos da autora).

mais ou menos diretamente, às posições de classe em conflito umas com as outras (Haroche et al., 1971). Cada formação ideológica pode compreender várias formações discursivas interligadas” (BRANDÃO, 2004, p. 107).

Esse processo de elaboração dos sentidos em um tempo presente, tendo como base dizeres passados, mas se lançando como possibilidade de constituição de dizeres futuros, está também no patamar de nossa compreensão sobre os discursos de resistência. Tendo essa relação em conta, pensamos o trabalho de ruptura justamente como aquele que emerge de determinado dizer, constituído por dizeres que o precedem, em um trabalho de resistência, projetando-se no tempo como ruptura e não como reprodução, ou seja, como um dado novo, que passará a constituir novos dizeres, em outras palavras, que passará a ser interdiscurso em novas formulações.

É dessa forma que vemos se desenhar em nossa dissertação esse conjunto de conceitos fundamentais, englobados pelo de condições de produção. Dessa forma pensamos a questão da resistência dentro do quadro teórico da ADF para o presente trabalho. No entanto, outras ponderações nos auxiliaram no delineamento e esquematização de nossas reflexões: a relação centro/margem pensada no que se refere ao que prevalece em uma relação de sentidos dentro de uma formação discursiva e a ideia sobre as formas, parafrástica ou polissêmica, de acordo com as quais os sentidos podem ecoar no meio social merecem também ser pautadas.

1.2 A ADMINISTRAÇÃO DOS SENTIDOS E OS PROCESSOS DE PRODUÇÃO DOS DISCURSOS

Nossa elaboração acerca da hipótese de resistência deu-se muito em decorrência do conhecimento sobre a formulação feita por Eni Orlandi (1988) a respeito da localização do sentido mais ao centro ou mais às margens de determinada relação social e na relação que podemos fazer entre essa visão e os processos que ela denomina parafrástico e polissêmico. Essa relação nos permite visualizar uma espécie de hierarquia na relação dos sentidos e as formas como essa hierarquia se estabelece. Mais ainda, nos permite colocar essa relação em termos de condições de produção do discurso, alocando-a em formações discursivas e em interação com questões de memória; além de ilustrar, em termos de sentido, relações de forças.

Uma vez que nossa proposta acerca da resistência, é uma proposta que se dará conforme as relações de sentido se apresentam em relações de forças nas formações sociais, nosso objetivo aqui é expor mais pontualmente como se apresenta nosso raciocínio quando afirmamos, como tese, que *determinado dizer pode sugerir um efeito de sentido que se coloca como um gesto de resistência, no plano discursivo, perante um outro sentido estável, institucionalizado*.

Essa afirmação, porém, só se sustenta quando pensamos em formações discursivas sob determinação de uma formação social. O conceito de formação social engloba aquilo que consideramos como ponto chave nas relações de força, parecendo mais adequado neste momento do que o de formação ideológica. Uma formação social

[...] caracteriza-se por um estado determinado de relações entre classes que compõem uma comunidade em um determinado momento de sua história. Estas relações estão assentadas em práticas exigidas pelo modo de produção que domina a formação social. A essas relações correspondem posições políticas e ideológicas que mantêm entre si relações de aliança, de antagonismo ou de dominação. (BRANDÃO, 2004, p. 107).

Desta maneira, podemos pensar em relações de forças, que se inserem em formações sociais específicas, por meio de uma relação de sentidos na qual há, geralmente, um centro, caracterizado por um sentido que se institucionalizou e se legitimou, e diversas margens, compostas por sentidos outros que vão sendo deixados de lado em detrimento daqueles que se querem fazer localizar no centro, o que, por exemplo, ocorre com os dizeres da elite poços-caldense em suas diversas nuances. Na formação social de Poços de Caldas, os discursos sobre a imigração são discursos comumente marginais. O livro e o abaixo-assinado caracterizam-se, justamente, por trazerem esses discursos à tona.

Assim, em análise mais detida sobre os conceitos aqui expostos, observa-se, junto a Eni Orlandi, que não há em essência, sobre os sentidos, um centro e suas margens, mas que todos, sendo sentidos possíveis, são margens. O que varia é a forma, em decorrência das posições ocupadas pelos sujeitos, por meio da qual a memória é formulada e ressignificada no momento de um dizer. Disso decorre que em certas condições de produção “[...] há de fato dominância de um sentido sem por isso se perder a relação com os outros (implícitos)” (ORLANDI, 1988, p. 20).

Considerando isso frente a relações de força, em formações sociais, interessa-nos pensar o modo pelo qual

a sedimentação de processos de significação se faz historicamente, produzindo a institucionalização do sentido dominante. Dessa institucionalização decorre a legitimidade, e o sentido legitimado fixa-se então como centro: o sentido oficial, literal. O produto dessa sedimentação, dessa institucionalização, é observado na história da língua: a história dos sentidos cristalizados é a história do jogo de poder da/na linguagem. (ORLANDI, 1988, p. 21).

O jogo de poder por meio do qual há institucionalização, cristalização de um sentido, é aquele no qual há também uma preocupação primordial com a manutenção de determinado estado de coisas. O interesse dos sujeitos cujos sentidos estão no centro, é o de que assim se mantenham, mantendo a relação desigual de forças, perante a qual estão em situação vantajosa. Assim, os conceitos apresentados anteriormente entram em ação na medida em que esse jogo de poder, que objetiva a institucionalização/legitimação de um sentido, é um jogo que se produz discursivamente pela retomada constante de um mesmo sentido e se dá em relação à memória discursiva, pela inscrição do interdiscurso (dizeres anteriores) no intradiscurso (formulação atual), considerando as posições dos sujeitos nas formações discursivas, sob determinada formação ideológica.

Essa luta pela manutenção tem como estratégia, além do papel primordial da memória como exporemos adiante, o processo de produção discursiva ancorado na ideia de paráfrase. Para Eni Orlandi, o processo que ela denomina parafrástico “[...] é o que permite a produção do mesmo sentido sob várias de suas formas (matriz da linguagem)” (ORLANDI, 1988, p. 19). Entendemos o termo “matriz” definido tal como “3. estabelecimento principal, centralizador e controlador das sucursais; sede.” (FERREIRA, 2008, p. 543). Ou seja, a partir do qual emergem outros dizeres, formulados, porém, de forma a reproduzir um sentido principal mantenedor de determinada relação de forças.

A proposta da polissemia, por outro lado, apoia-se na possibilidade de diferença. De acordo com Eni Orlandi, “[...] o processo polissêmico é o responsável pelo fato de que são sempre possíveis sentidos diferentes, múltiplos (fonte da linguagem)” (ORLANDI, 1988, p. 19-20). Segue, desta maneira, que a polissemia “[...] é o conceito que permite a tematização do deslocamento daquilo que na linguagem representa o garantido, o sedimentado” (Ibid., p. 20).

O que nos interessa mais de perto sobre os processos acima descritos, é a produtividade neles inscrita, em relação à linguagem, e o que ela representa, respectivamente, manutenção e mudança, conforme se dê de forma parafrástica ou polissêmica, assim como descreve Orlandi:

a produtividade se dá pela obtenção de elementos variados através de operações que são sempre as mesmas, que incidem recorrentemente e que, dessa forma, *procuram manter o dizível no mesmo espaço do que já está instituído (o legítimo, a paráfrase)*; a criatividade instaura o diferente na linguagem na medida em que o uso pode romper com o processo de produção dominante de sentidos e, na tensão da relação com o contexto histórico-social, pode criar novas formas, novos sentidos. *Pode realizar uma ruptura, um deslocamento em relação ao dizível.* (ORLANDI, 1988, p.20, grifos nossos).

Consideramos assim, que os sentidos se mantêm como estão, seja no centro ou nas margens, pelo processo parafrástico. Desta forma, por consequência, seria este processo o responsável pela manutenção das relações desiguais de forças em determinada formação social, tal como posta ideologicamente, na qual um sentido prevalece sobre os outros pela reprodução empenhada por aqueles que se encontram em posição dominante.

Em contrapartida, consideramos o processo polissêmico como aquele que instaura a possibilidade de resistência, já que é por meio dele que há possibilidade de produção de outros sentidos capazes de deslocar aquele que foi institucionalizado. Sendo assim, o empenho em proceder de forma a elaborar dizeres por esse processo parte daqueles sujeitos cujos sentidos estejam de alguma forma menos em evidência, ou seja, às margens daquele que foi centralizado.

Em nosso material, o processo de polissemia ocorre quando, ao produzir seus dizeres, os descendentes deslocam o protagonismo⁴, comumente conferido aos médicos, coronéis e estadistas na história da cidade de Poços de Caldas, para os imigrantes italianos. Ao acionarem outros aspectos da memória discursiva sobre a cidade, os descendentes irrompem com seus outros sentidos. Isso não significa que eles atribuam a construção e formação da cidade aos imigrantes. O que ocorre é um processo de identificação desses sujeitos imigrantes por si próprios, na história, conferindo a eles uma singularização que não encontramos em outras narrativas, mesmo que disso, por vezes, decorra outra caracterização geral do imigrante como trabalhador e vencedor por exemplo. Nos textos analisados, o personagem central é o

⁴ As situações de protagonismo presentes no município serão alvo de maior atenção no capítulo dois.

imigrante. No livro eles não são só imigrantes, mas sim “Os *admiráveis* italianos de Poços de Caldas”, que se desmembrarão em diferentes sujeitos ao longo da narrativa de Mario Seguso, em uma formulação específica da memória, que vem nos mostrar esses imigrantes sob um outro olhar. No abaixo assinado, o imigrante é visto também como herói, merecedor de um monumento, um lugar de memória que o homenageie e permita lutar contra o esquecimento; ele é o “IMIGRANTE ITALIANO”, representado em sua altivez pelas letras grandes de um recurso semio-tecnológico, utilizado para colocá-lo em destaque, para colocá-lo no centro.

Com a apresentação acima expusemos o modo como, desde o início do contato com nosso material empírico, percebemos a questão da resistência por meio da linguagem com o amparo das reflexões feitas no interior da AD. Na seção que segue, tomaremos algumas descrições e elaborações em torno do conceito de memória que vão nos auxiliar na exposição das colocações feitas nesta seção que se encerra, aprofundando a questão dos lugares ocupados pelos sentidos também em relação aos conceitos apresentados nas seções anteriores.

1.3. MEMÓRIA – ADMINISTRAÇÃO E RELAÇÕES DE SENTIDO

As diferentes definições de memória, presentes principalmente nas Ciências Humanas e Sociais, estão de forma intrínseca relacionadas ao tempo, em especial o passado, e à história⁵. Percebemos ser possível pensar a memória, dentro dessa perspectiva, por dois pontos de vista principais: um que a coloque como centro de perspectiva e assim temos a memória individual, como uma faculdade dos seres conscientes, próxima à memória verdadeira de que nos fala Pierre Nora (1984); e um outro que a coloque em relação profunda com a história e o meio social, e aí temos a memória como um construto, uma representação.

Pensamos que esses dois prismas, por meio dos quais é possível compreendermos a memória, não estão separados, mas em relação de complementariedade, sendo que a memória como construto depende da memória individual e esta é constantemente constituída por aquela.

⁵ Sem desmerecer a importância ou desconsiderar a elementaridade dos estudos da memória como componente da mente da humana, inclusive no que se refere a processamentos linguísticos, neste trabalho não temos o objetivo de discutir esse aspecto da memória, atendo-nos mais propriamente à sua configuração social.

Nesse sentido cabe uma formulação que adianta nosso objetivo no que tange às discussões sobre a memória neste trabalho. Percebemos que os discursos são formados da mesma forma como esses tipos de memória se relacionam. O conceito de memória discursiva, que discutiremos mais adiante, e que é essencial aos trabalhos de análise do discurso, está, em nosso entendimento, muito próximo e interligado à compreensão de memória em sentido mais amplo e às implicações geradas pela associação dessa compreensão de memória à história.

Os acontecimentos que compõem a memória variam em dimensão e proporção, critério que acreditamos ser importante para que esses acontecimentos permaneçam nas individualidades ou as extrapolem atingindo indiretamente um número maior de pessoas, de acordo com as consequências e repercussões que tiveram em âmbito social. No caso dos objetos de que estamos tratando, ambos têm como tema a imigração italiana ocorrida na cidade de Poços de Caldas, que acompanha toda uma onda migratória no país, acontecimento relativamente amplo se considerarmos o modo como atinge aquela localidade como um todo e não somente a comunidade de italianos ou uma família de italianos.

Nesse sentido, gostaríamos de pronto de esclarecer que ao trabalharmos os dizeres e os discursos que deles emergem, estamos considerando como memória social mais abrangente aquela da cidade de Poços de Caldas, bem como sua história, composta também pelas memórias de outros grupos, dentre as quais a memória da imigração. Isso porque o foco aqui é pensar como a questão da resistência segue uma via que a torna também uma questão de memória e isso tem sido analisado por nós por meio do contraste com outros discursos, outros sentidos, que se constituem por outras memórias ali presentes em um esforço de se permanecerem como referência sociocultural principal para os sujeitos poços-caldenses, em uma tentativa de legitimar e literalizar um sentido que torne oficial uma memória na pretensão de fazê-la coletiva.

Visando uma série de definições sobre a memória e o apontamento que fizemos logo acima, sobre a memória coletiva, deixamos claro o cuidado com que essa expressão se apresenta aqui. Alertados pelo antropólogo Joël Candau, esclarecemos que estamos cientes da fragilidade dessa expressão, bastante recorrente nas Ciências Humanas e Sociais, quanto à ideia de coletividade por ela carregada. De acordo com o antropólogo, tendo em vista as

memórias individuais e suas especificidades, que dizem respeito à “[...] representação que cada indivíduo faz de sua própria memória, o conhecimento que tem dela e [...] o que diz dela, dimensões que remetem ao 'modo de afiliação de um indivíduo ao seu passado’⁶ [...]” (CANDAUI, 2014, p. 23), quando falamos em grupos

[...] apenas a eventual posse de uma memória evocativa ou da metamemória pode ser pretendida. [...] um grupo não recorda de acordo com uma modalidade culturalmente determinada e socialmente organizada, apenas uma proporção maior ou menor de membros desse grupo é capaz disso. De fato, em sua acepção corrente, a expressão “memória coletiva” é uma representação, uma forma de uma metamemória, quer dizer, um enunciado que membros de um grupo vão produzir a respeito de uma memória *supostamente* comum a todos os membros desse grupo. (CANDAUI, 2014, p. 24, grifo nosso).

Essas considerações feitas por Candau são extremamente significativas quando pensamos na situação de memória com a qual estamos lidando, servindo para embasar a afirmação que escrevemos acima a respeito da pretensão de se legitimar e oficializar uma memória como coletiva. Compreender a memória individual e a memória coletiva como uma expressão relativizada, impossível de se realizar plenamente, é bastante importante perante o envolvimento da memória com as relações de poder, questão da qual trataremos mais adiante.

A título de ilustração, sugerimos pensar em uma suposta memória coletiva de Poços de Caldas e sua história. Após as colocações de Candau, percebemos o quão ingênuo seria tratarmos dela nesses termos, já que nós mesmos estamos aqui lidando com um grupo específico de sujeitos habitantes do local e com consciência da existência de outros. O que nos surge nesse ponto da interpretação, como um contraponto, é justamente o que estamos tratando aqui como um sentido legitimado, um sentido centro, que se utiliza da evocação daquilo que estaria muito próximo de uma memória coletiva, compartilhada igualmente, sobre a cidade, sua formação e os atores que dela participaram. Utiliza-se da memória tentando produzi-la.

A reflexão e possível solução para esse contraponto passam pelo envolvimento da memória com a história e o fazer historiográfico, sobre o qual Pierre Nora nos fornecerá importantes informações.

O historiador fará outra elaboração sobre a memória, pensando-a frente ao que ele chama de

⁶ Joël Candau classifica esse tipo de memória como metamemória.

“aceleração da história”, que nos ajuda a compreender as motivações para a criação tanto do livro de Mario Seguso quanto do abaixo-assinado e do monumento. A expressão “aceleração da história” significa “[...] uma oscilação cada vez mais rápida de um passado definitivamente morto, a percepção global de qualquer coisa como desaparecida – uma ruptura de equilíbrio” (NORA, 1984, p. 7). Nesse período, “fala-se tanto de memória porque ela não existe mais” (Ibid., p. 7). Frente a isso, a problematização de Nora vai se dar em torno do que ele considera uma memória verdadeira, espontânea, e uma memória que é na verdade história⁷, ou ressignificada pela história, perdendo seu estatuto de genuína e necessitando de lugares de memória para sobreviver.

Ao levantarmos a diferenciação entre esses dois tipos de memória para Nora, nos recordamos da diferenciação, também de memória, colocada por Candau. A comparação nos parece favorável a colocar a memória verdadeira de Nora junto à memória individual de Candau, assim como a memória transformada pela história, do primeiro, em relação à uma pretensão de memória coletiva, de acordo com o segundo autor. Acreditamos que Pierre Nora, no entanto, faz uma reflexão que vai estreitando o caminho que nos levará ao ponto onde queremos chegar aqui, aquele no qual conseguiremos relacionar a memória às relações de poder e de sentido.

Os lugares de memória de que nos fala são aqueles que

[...] nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais [...] Sem vigilância comemorativa, a história depressa os varreria [...] Mas se o que eles defendem não estivesse ameaçado, não se teria, tampouco, a necessidade de construí-los. Se vivêssemos verdadeiramente as lembranças que eles envolvem, eles seriam inúteis. E se, em compensação, a história não se apoderasse deles para deformá-los, transformá-los, sová-los e petrificá-los eles não se tornariam lugares de memória. É esse vai e vem que os constitui: momentos de história arrancados do movimento da história, mas que lhe são devolvidos. (NORA, 1984, p.7).

Pierre Nora nos dirá ainda que “o tempo dos lugares, é esse momento preciso onde desaparece

⁷ Nora diferencia dois tipos memória, que conduzem suas reflexões, sendo a primeira, imediata, e a segunda, indireta: “[...] *memória verdadeira*, hoje abrigada no gesto e no hábito, nos ofícios onde se transmitem os saberes do silêncio, nos saberes do corpo, as memórias de impregnação e os saberes reflexos e a *memória transformada por sua passagem em história* que é quase o contrário: voluntária e deliberada, vivida como um dever e não mais espontânea; psicológica, individual e subjetiva e não mais social, coletiva, globalizante” (NORA, 1984, p. 8, grifos nossos).

um imenso capital que nós vivíamos na intimidade de uma memória, para só viver sob o olhar de uma história reconstituída” (NORA, 1984, p. 12).

Isso quer dizer que vivemos sob o olhar de ressignificações, representações, que ao se materializarem em lugares de memória, um museu, um livro, um álbum de fotografias, um diário, um monumento, abrem-se à possibilidade de compartilhamento. Algumas formas de lugares de memória parecem mesmo ter como função principal esse compartilhamento, uma divulgação da memória, que a torna acessível até mesmo àqueles que não tiveram participação no acontecimento que representa.

A teorização de Pierre Nora, ao nos permitir compreender os processos histórico-culturais que perpassam a elaboração dos lugares de memória, nos viabiliza também a pensar na proliferação desses lugares e nas apropriações que é possível se fazer dessa proliferação. Transitando por um mundo no qual umas das principais características é a aceleração do tempo, os sujeitos, nos mais variados meios sociais, têm necessidade de criar esses lugares. Da instituição familiar aos grupos maiores todos reivindicam esses lugares; como afirma Nora, todos se creem autorizados hoje a consignar suas lembranças (NORA, 1984, p. 16).

Entendemos que nesse tempo acelerado, o nosso tempo, de “[...] sociedades condenadas ao esquecimento [...] porque levadas pela mudança” (Ibid., p. 2), os lugares de memória (e todas as formas de registro do passado e das lembranças o são), atingem o estatuto de referencial principal com base no qual os sujeitos se ancoram para circular e agir no mundo. Estamos tocando aqui em aspecto importante das relações de sentido que ecoam nas relações sociais dependendo da maneira como são simbolizadas: a vontade de memória e a seleção do que lembrar interferem na constituição dos sentidos e dos sujeitos. De acordo com Delgado é “na dinâmica do relembrar, estimulado por sinais exteriores, que o homem memorioso reconstitui referências [...]” (DELGADO, 2003, p. 19). Assim, é pela compreensão do passado e por se enxergar nele e em relação a ele que os sujeitos tecem referências para agir no presente, em relação ao meio e a si próprios.

Todo esse processo de representação e referência tem a memória como base e, neste sentido, é preciso que entremos em uma problemática relativa à memória que nos é crucial: a sua

relação com questões referentes ao poder e à dominação nas relações sociais. Isso tem sido tema de discussão nas obras de diferentes autores que tratam do assunto. Em uma das definições de memória trazidas por Delgado, por exemplo, temos que “a memória contém incomensuráveis potencialidades, destacando-se o fato de trazer consigo a forte marca dos elementos fundadores, além dos elos que conformam as identidades e as relações de poder” (DELGADO, 2003, p. 18). Acrescentamos a essa descrição uma afirmação do historiador Daniel Arão Reis, que nos descreve que “[...] a memória é assim: substitui evidências pela vontade e pelo interesse [...]” (REIS, 2014, p. 13). O também historiador, Jacques Le Goff, a par da utilização da expressão “memória coletiva”, coloca o assunto em pauta ao escrever que

[...] a memória coletiva foi posta em jogo de forma importante na luta das forças sociais pelo poder. Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva (LE GOFF, p. 368).

Embora preferamos falar em administração no lugar de manipulação, temos assim evidenciado a memória como instrumento de exercício de poder.

Retomando as colocações de Nora a respeito do fato de que a memória passa por um processo de resignificação, acompanhadas pelo dizer de Reis, para quem ela substitui as evidências pela vontade e pelo interesse, é chegada a hora de problematizarmos essa personificação da memória, já que ela não age por si, mas é administrada/trabalhada pelos indivíduos em seus grupos, ou seja, é por seus interesses que eles de certa forma selecionam o que é mais conveniente lembrar e se instituir em lugares de memória. Percebemos aqui que a memória adquire estatuto político e discursivo, atingindo talvez sua máxima potencialidade.

Isso pode ser notado porque a memória se constitui em matéria salutar nas disputas pelo poder e pela dominação. Essas disputas, nas mais variadas instâncias, passam pela linguagem e pelo discurso no sentido em que são também disputas simbólicas. Nesse ponto, a administração da memória, pautada muito mais pelo interesse do que pela confirmação dos fatos, é uma administração que se faz visível, dito de outra forma, por meio dos discursos que circulam filiados a determinadas formações discursivas.

Em nosso entendimento, essa administração da memória, que a coloca no campo político, memória como construto, transformada pela história e conservada nos lugares de memória, vai assemelhar-se muito à configuração de produção dos discursos e dos sentidos em sua materialidade linguístico-histórica. Assim, a memória transformada/administrada pela história servirá como matéria de produção de sentidos, sentidos por meio dos quais os sujeitos se referenciam e se constituem. Como pontua Orlandi, os sujeitos são constituídos pelo simbólico que os afeta (ORLANDI, 2007, p. 60-61) e esse simbólico tem sua composição na memória e na história, condições de produção dos discursos e da compreensão dos seus efeitos de sentido.

Entendemos que só a partir da materialização da memória em linguagem, seja ela verbal ou não-verbal, configuração carregada de carga simbólica, é que se possibilita aos sujeitos tomarem certos sentidos como referência em seus processos de formulação linguístico-discursivos, que orientam seu estar no mundo, suas ações, condutas, opiniões, formulações discursivas etc. A memória forma assim com o dizer um percurso cíclico, sendo condição dele e dependendo de suas formulações para se renovar. A memória encontra-se aqui com a memória discursiva. Na seção seguinte discutiremos esse conceito relacionando-o a nossos objetos como condição para a compreensão de seus efeitos de sentido.

1.3.1 A Memória Discursiva

Embora se aproxime bastante em alguns momentos da memória como tratamos acima, quando pensada em relação ao discurso a memória adquire características específicas. Apresentamos aqui essas características para pensar a memória discursiva em nossos objetos, como ela os constitui e como constitui os discursos sobre a história da cidade de Poços de Caldas.

Para Orlandi, a memória discursiva seria todo o saber discursivo, todo o já dito que precede um determinado dizer, sustentando-o; ela é o interdiscurso, definido como aquilo “que fala antes, em outro lugar, independentemente” e que relaciona um dizer com sua exterioridade (ORLANDI, 2009, p. 31).

A memória discursiva, como condição de produção dos sentidos, vai estabelecer duas relações que são essenciais para a compreensão dessa noção tão cara neste trabalho, já que é em torno dela, dos sentidos sobre a história da cidade, que se dão nossos questionamentos e formulações. Essas duas relações são as que se passam com os conceitos de interdiscurso e de formação discursiva.

Primeiramente, temos que “o sentido, para a AD, não está fixado a priori como essência das palavras [literalidade], nem tampouco pode ser qualquer um: há a determinação histórica” (ORLANDI, 2007, p. 27). Pensamos essa determinação histórica em termos de interdiscurso. Os sentidos não se dão no momento do dizer, no momento da formulação, mas se constituem historicamente pelos dizeres que o precedem, de modo que o interdiscurso seria a formação histórica dos sentidos. Tendo em conta a afirmação de Orlandi, sentimo-nos autorizados a dizer que é pela memória discursiva que o sentido se forma.

No entanto, um outro fator precisa ser considerado nessa formação do sentido. Ainda de acordo com Eni Orlandi, “palavras iguais podem significar diferentemente porque se inscrevem em formações discursivas diferentes” (ORLANDI, 2009, p.44). Dessa maneira podemos pontuar que não só a historicidade do dizer compõe os sentidos, mas também os meios pelos quais esses sentidos circulam e os meios nos quais eles são formulados fazem parte de sua composição.

Assim, toda essa configuração dos processos de significação vai depender, sob o crivo das formações ideológicas, de uma memória discursiva (o interdiscurso), e de sua filiação a uma ou outra formação discursiva. Essa relação vai se dar ao pensarmos que

as formações discursivas podem ser vistas como **regionalizações** do interdiscurso, configurações específicas dos discursos em suas relações. O interdiscurso disponibiliza dizeres, determinando, pelo já-dito, aquilo que constitui uma formação discursiva em relação a outra (ORLANDI, 2009, p. 44, grifo da autora).

Isso importa para que tenhamos um parâmetro que nos permita visualizar como os sentidos são produzidos, sob quais condições, e assim possamos refletir acerca de sua circulação.

Há ainda em todo esse processo, uma característica básica que permeia a inscrição dos

sentidos em uma determinada formação discursiva, garantindo a eficiência do interdiscurso sobre os sentidos produzidos sob sua conjuntura: a noção de repetição. A repetição, no sentido de retomada, é condição necessária de existência das formações e memória discursivas, e ela se dá pelas constantes e diferentes formulações⁸ que se encerram no interior mesmo das formações discursivas, tendo como constituinte ali uma memória mais ou menos regularizada que, trabalhada pela ideologia, faz-se ecoar em diferentes ressignificações.

Ao definir memória discursiva, Pêcheux fez também alusão à repetição pontuando que

[...] estendida em uma dialética da repetição e da regularização: a memória discursiva seria aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os “implícitos” [...] de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível (PÊCHEUX, 2007, p. 52).

Esse restabelecimento dos implícitos seria a inscrição do interdiscurso no intradiscurso, a retomada de dizeres precedentes em uma formulação atual. É isso que torna possível a leitura ou, nas palavras de Eni Orlandi (2007), a interpretação.

Assim, faz-se forte o papel do esquecimento e da ideologia em sua função de interpelação dos sujeitos. “A formação discursiva se constitui na relação com o interdiscurso (a memória do dizer), representando no dizer as formações ideológicas” (ORLANDI, 2007, p. 21). Acreditando serem fontes do que dizem, os sujeitos produzem os sentidos de seus dizeres reproduzindo, por vezes, discursos inscritos pelas formações ideológicas nas formações discursivas das quais são parte, mas esquecem que

o dizer não é propriedade particular. As palavras não são só nossas. Elas significam pela história e pela língua, o que é dito em outro lugar também significa nas “nossas” palavras. O sujeito diz, pensa que sabe o que diz, mas não tem acesso ou controle sobre o modo pelo qual os sentidos se constituem nele. O fato de que há um já-dito que sustenta a possibilidade mesma de todo dizer, é fundamental para se compreender o funcionamento do discurso, a sua relação com os sujeitos e com a ideologia (ORLANDI, 2009, p. 32).

Tomando tudo isso em conta, precisamos considerar o modo como os sujeitos operam sua relação com os sentidos para compreendermos como é possível atuarem no funcionamento

⁸ A noção de formulação (intradiscurso), permite aqui que não caiamos no equívoco de pensar as formações discursivas como homogêneas, como a ideia de reprodução pode sugerir, possibilitando pontuar que os sujeitos tomam a memória discursiva singularmente em suas variadas ressignificações.

discursivo, apropriando-se dessa condição dos processos de significação, para trabalharem na manutenção e no apagamento de sentidos determinados, como ocorre no caso com o qual estamos lidando. Sendo a memória discursiva um *continuum* imensurável, os processos de significação são abertos, o que os leva a poderem ser também regidos.

O fato de terem disponível toda uma rede de significações obtidas pela memória discursiva em torno de uma história (no nosso caso a história de uma cidade) possibilita que determinados sujeitos se apropriem dessa história e tornem sua interpretação aquela que circula de forma mais produtiva, sendo, portanto, a mais reproduzida. O sucesso da adesão a essa interpretação por parte dos demais sujeitos é garantido em última instância pelos efeitos de sentido dessa interpretação, que fazem com que ela seja vista como a literal, não a única, mas a mais verdadeira. Todo esse processo está ancorado nos lugares ocupados pelos sujeitos que disponibilizam dizeres a partir dessa interpretação. A elite econômica, também elite intelectual, é autorizada a interpretar, devido à posição que ocupa, e assim faz ecoar um sentido que mantém esse seu status. Nesse ponto, a questão da autorização a dizer ou interpretar, conferida pela posição ocupada é que torna possível a alocação de um sentido no centro, pois sua produção dificilmente dar-se-á rumo à descentralização/ruptura. Para isso é preciso que outros sujeitos, em suas outras posições, encontrem estratégias para permear o centro com seus pontos de vistas, seus outros sentidos, assim como percebemos nos dizeres que aqui analisamos em relação àqueles de uma elite local.

Para Orlandi o processo de significação pelo qual os sujeitos estabelecem relação com o mundo é um processo simbólico que se dá por meio da interpretação e, de acordo com ela, “não há sentido sem interpretação” (Ibid., p. 21), sendo que “[...] o gesto de interpretação materializa a inscrição do sujeito em uma formação discursiva, isto é, constitui-se em posição” (Ibid., p. 95).

A questão da posição colocada por Eni Orlandi nos remete de pronto à formulação de Brandão sobre a formação discursiva no ponto em que nos diz que ela “[...] determina o que pode e deve ser dito a partir de um lugar social historicamente determinado” (BRANDÃO, 2004, p. 107). É esse o ponto de contato onde queríamos chegar para indicar que os sentidos, em sua formação na memória discursiva, podem ser também administrados, isso porque as formações

sociais se constituem por uma série de relações de forças e de poder, nas quais a posição ocupada pelos sujeitos vai determinar hegemonicamente determinados dizeres e instaurar gestos de interpretação.

Em nossas palavras, alguns sentidos vão se sobredeterminando a outros porque alguns sujeitos adquirirão posição para interpretar enquanto a outros cabe apenas reproduzir o dado, ainda que essa relação não se estabeleça sempre pela sujeição dos sujeitos aos processos. Essa sobredeterminação dos sentidos culmina, muitas vezes, na relação centro-margem dos sentidos que vimos elucidando anteriormente. No centro, localizam-se aqueles sentidos que foram de alguma forma significados, lidos, interpretados, por grupos determinados, que lutam pela detenção do poder em alguma instância. Assim, a tentativa de literalizar o sentido encontrar-se-ia com a tentativa de instituir uma memória coletiva, no sentido que Joël Candau coloca como impossível, como uma memória que é plenamente compartilhada pela totalidade do grupo, em favor da dominação dos processos de significação, que é também a possibilidade de dominação da relação dos sujeitos com o mundo.

Temos necessidade, neste ponto, de direcionar as reflexões sobre a memória, sua administração e o poder que dela emana pela alocação e disponibilização da memória, rumo à nossa perspectiva de trabalho, para a qual essas relações são extremamente importantes. Tendo como pano de fundo o que escrevemos acima, passamos a pensar nessas relações no que tange mais proximamente nossos objetos: as relações de sentido e os efeitos de sentido e discurso(s) que nos propomos a observar a partir das práticas discursivas em questão.

No texto de Pêcheux sobre o papel da memória, ao definir a memória discursiva, junto a Pierre Achard, em uma dialética da repetição e da regularização, como colocamos acima, ele toca na questão dos efeitos dos implícitos sob uma condição de leitura atribuída à memória discursiva. A questão da regularização aproxima-se, no nosso entendimento, da reflexão sobre a configuração da resistência apresentada acima em termos dos processos parafrásticos e polissêmicos. De acordo com Pêcheux, retomando Achard:

[...] haveria, sob a repetição, a formação de um efeito de série pelo qual uma “regularização” (termo introduzido por P. Achard) se iniciaria, e seria nessa própria regularização que residiriam os implícitos, sob a forma de remissões, de retomadas e de efeitos de paráfrase [...]. Mas, [...], essa regularização discursiva, que tende

assim a formar a lei da série do legível, é sempre suscetível de ruir sob o peso do acontecimento discursivo novo, que vem perturbar a memória: a memória tende a absorver o acontecimento [...], mas o acontecimento discursivo, provocando interrupção, pode desmanchar essa “regularização” e produzir retrospectivamente uma outra série que não estava constituída enquanto tal e que é assim o produto do acontecimento [...]. (PÊCHEUX, 2007, p. 52).

Temos assim, a importância do papel do intradiscorso no curso da memória discursiva. A formulação do novo sob a memória do dizer, sob o já-dito regularizado, faz com que essa memória discursiva sofra alterações, adquirindo novas configurações por meio da materialidade discursiva.

Se consideramos as afirmações acima tendo em conta não a recorrência de itens específicos, mas já o nível do sentido, que entendemos como possibilidade daquilo que se chamou regularização discursiva, podemos atribuir, aqui, à essa citação, um caráter ilustrativo do que vimos aludindo sobre a seleção de sentido observada em nossos objetos e sua configuração centro-margem, e que agora pode se configurar teoricamente também no que tange a questões de memória. Assim, podemos pontuar que os dizeres do abaixo-assinado e do livro surgem como acontecimentos discursivos novos que vêm perturbar a memória regularizada. Eles surgem justamente provocando interrupção, produzindo uma outra série, um outro sentido, deslocando e desregulando “os implícitos associados ao sistema de regularização anterior”, ou seja, como possibilidade de desmanchar uma memória social local, que preza pela reprodução de um sentido específico que impõe limites à significação da imigração e dos sujeitos ligados a ela.

Isso só é possível de ser considerado, quando pensamos em uma regularização que é regida por um poder que emana das posições, conforme colocado mais acima, que permeiam as relações sociais. A relação da memória com a memória discursiva se dá exatamente neste ponto porque a administração da memória, como evidenciada pelos historiadores citados na seção anterior, culmina inevitavelmente em uma certa regulação da memória discursiva, do interdiscorso, na medida em que ao evidenciar certas recordações em detrimento de outras, e aqui a memória se constitui também pelo apagamento, a História, como disciplina, ou o Estado e suas instituições, com autorização legitimada do dizer, acabam sugerindo uma evidência do sentido, uma literalidade ilusória aos sujeitos interpretantes.

Há nessa nossa formulação a partir das colocações de Pêcheux e Achard, justamente a ilustração de um jogo de forças da memória, impulsionado pelo poder, que se dá por meio de sua administração. Conforme nos aponta Pêcheux, há, no que diz respeito à memória, duas forças: uma força que visa manter uma regularização, confortando-a como “[...] 'boa forma', estabilização parafrástica negociando a integração do acontecimento, até absorvê-lo e eventualmente dissolvê-lo” (PÊCHEUX, 2007, p. 53). E uma outra que, ao contrário, visa uma “[...] 'desregulação' que vem perturbar a rede dos implícitos” (Ibid., p. 53). É por meio dessa desregulação que notamos a possibilidade de resistência, a desregulação como fruto da interferência de um sentido outro na regularidade. Nesse ponto, os dizeres do livro e do abaixo-assinado se configuram como dizeres que vêm interferir na regularidade de um discurso sobre a cidade e sobre os próprios imigrantes, possibilitando uma outra significação desses sujeitos no processo de construção de Poços de Caldas.

Como dissemos, no *continuum* da memória discursiva, ou histórica, a memória coletiva e a literalidade são ilusões que guiam as tentativas de controle nas formações sociais. A abertura dos sentidos à interpretação, que faz com que alguns se centralizem e se legitimem, também possibilita que os sujeitos busquem a interpretação nas margens e em suas formulações irrompam com o novo em uma ruptura naquele quadro de memória discursiva.

Podemos dizer, em relação à memória da cidade de Poços de Caldas, na perspectiva que adotamos aqui, que essa tentativa de literalidade se dá no apagamento/margeamento de certos atores presentes na construção e formação social da cidade. Há, nas várias narrativas sobre a história de Poços de Caldas, a constante reafirmação de um sentido ancorado em posições cujo poder emanado de instituições econômicas, científicas e políticas autoriza um dizer sobre quem detém o poder e que histórias e atores sociais são colocados no centro, que se materializa em diferentes lugares de memória (monumentos, museu e narrativas escritas), sugerindo aos sujeitos a crença nesse sentido como literal. O que acontece no caso dos descendentes é que esse sentido não representa referências suficientes por meio das quais sua vivência possa ser significada. Os dizeres do livro e do abaixo-assinado, então, são formulações dessa memória da história da cidade que inserem o novo, novos lugares de memória, resistindo às injunções e pretensões de literalidade e memória coletiva daqueles grupos determinados e autorizados a ler, interpretar e dizer pelas posições que ocupam. Por

esse viés, os sentidos sobre os imigrantes são trazidos ao centro por meio de outras possibilidades de interpretação/ressignificação sobre as formas de colaboração e participação dos sujeitos na formação da cidade.

1.4. RESISTÊNCIA – IDEOLOGIA, RELAÇÃO DE FORÇAS E POSICIONAMENTO DE PESQUISA

Nesta seção nos dedicaremos a tratar mais aprofundadamente a noção de resistência. Inicialmente retomamos alguns textos que têm como tema a questão da resistência e da ruptura presente em trabalhos de Michel Pêcheux e Eni Orlandi⁹ e mais adiante procuramos especificar um tratamento próprio dessa noção em nossa perspectiva de análise, sem, no entanto, nos distanciarmos dos aspectos mais importantes de que tratam esses autores.

1.4.1. Resistência na Análise de Discurso Francesa – Michel Pêcheux e Eni Orlandi

O tema da resistência veio a nós, de maneira mais direta, primeiramente, por meio do texto de Michel Pêcheux, anexo III do livro *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*, “Só há causa daquilo que falha ou o inverno político francês: início de uma retificação”, no qual o filósofo se propõe a repensar a noção de sujeito e ideologia, a forma sujeito resultado da interpelação ideológica, tal como havia trabalhado em seu livro. Assim, em determinado momento daquele texto ele afirmará: “[...] levar demasiadamente a sério a ilusão de um ego-sujeito-pleno em que nada falha, eis precisamente algo que falha em *Les Vérités de La Palice*”.¹⁰ (PÊCHEUX, 2009, p. 276, grifo do autor).

A respeito desse anexo e do que depreendemos dele, não poderia haver melhor análise do que

⁹ Destacamos, porém, que temos ciência dos trabalhos que outros autores vêm desenvolvendo sobre o tema, tais como os estudos sobre o antirracismo propostos por Teun A. van Dijk. No entanto, limitar-nos-emos a abordar os trabalhos da vertente da Análise de Discurso Francesa, à qual nos aliamos para a escrita desta dissertação.

¹⁰ *Les Vérités de La Palice* é o título do original em francês para *Semântica e Discurso*.

a elaborada por Denise Maldidier em *A Inquietação do Discurso: (re)ler Michel Pêcheux* hoje, no qual, sobre a retificação colocada por Pêcheux, ela afirmará:

a questão é nada menos que a da relação entre Marx e Lacan, no horizonte da descoberta saussuriana. O assujeitamento, do qual ele desmontou o mecanismo em Semântica e Discurso a partir de Althusser, 'anda' muito bem. A ideologia dominante domina bem demais. Como pensar as ideologias dominadas? (MALDIDIER, 2003, p. 66).

É justamente essa a questão colocada por Pêcheux no texto anexo ao livro e que acabará levando à relação ideologia dominada/resistência. Importante salientar aqui que essa relação varia dependendo da situação e do recorte de análise. Assim, não será sempre, nem mesmo no contexto de construção da cidade de Poços de Caldas, que poderemos lidar com os imigrantes e descendentes colocando-os em uma perspectiva de dominação como fazemos em nosso recorte.

Entendemos que Pêcheux expõe a necessidade de trabalhar o lado oposto ao da dominação propondo então dois vieses, um amparado em Marx e o outro em Lacan, por meio dos quais é possível pensar as ideologias dominadas e as maneiras como os sujeitos podem romper com a ideologia dominante. Seriam eles o materialismo histórico, ancorado em Marx, de acordo com o qual dirá que “não há dominação sem resistência: primeiro prático da luta de classes, que significa que é preciso 'ousar se revoltar” (PÊCHEUX, 2009, p. 281); e os estudos sobre o inconsciente, a partir de Lacan, pelos quais sugere refletir que “ninguém pode pensar do lugar de quem quer que seja: primado prático do inconsciente, que significa que é preciso suportar o que venha a ser pensado, isto é, é preciso 'ousar pensar por si mesmo” (Ibid., p. 281).

As ideias de Pêcheux no “Anexo III” nos levaram a pensar a resistência e as formas pelas quais os sujeitos podem romper com a ideologia dominante, por meio da linguagem. De acordo com ele, tal ruptura dar-se-ia somente por meio de falhas nessa ideologia. Assim como bem expõe Maldidier, a reflexão de Michel Pêcheux “[...] desemboca diretamente na questão das ideologias dominadas [...] ela volta aqui pelo viés das falhas na interpelação da ideologia dominante. Lapsos, atos falhos, etc, inscrevem traços de resistência e de revolta” (MALDIDIER, 2003, p. 70).

Pêcheux não propõe uma metodologia de análise das ideologias dominadas, mas em um outro

texto explicita, novamente, por meio de questionamentos, a necessidade de considerá-las mais adequadamente dentro dos estudos do discurso. No texto *A língua inatingível* (2014), entrevista concedida ao *Canadian Journal of Political and Social Theory*, traduzido do inglês por Sérgio Augusto Freire de Souza, Pêcheux relata sua preocupação com os estudos da década de 1960, referentes à ligação entre a teoria da ideologia e o estruturalismo linguístico, levantando questões sobre a ideologia dominada, que vinham sendo ignoradas.

Considerando, como fizemos à época, que os mitos pertinentes às sociedades capitalistas constituíam sua ideologia *dominante*, somos levados às seguintes questões: Será que não existiriam, nessas mesmas sociedades, outros e diferentes mitos? Será que esses mitos não poderiam ser reativos, contraditórios, antagonísticos e até mesmo capazes de revelar a existência de ideologias dominadas subordinadas à ideologia dominante, ainda que dela fossem distintas? (PÊCHEUX, 2014, p. 95, grifo do autor).

Trata-se aqui de colocar em questão também os dizeres cotidianos, da gente simples, considerando-os juntamente aos grandes textos nos estudos da época. O que prevalece para nós da reflexão sugerida por Pêcheux é justamente aquilo que toca mais de perto a proposta de abordagem do nosso objeto de análise a partir do material empírico produzido por sujeitos inseridos no contexto da imigração italiana em Poços de Caldas: a questão da resistência pensada a partir da teoria marxista, na qual, dentre as duas possibilidades levantadas por Pêcheux, encaixa-se melhor nossa pesquisa. Nesse sentido, ao falar do artigo de Althusser sobre os aparelhos ideológicos de Estado, ele dirá que

[...] não há como não notar o fato de que considerar a ideologia do ponto de vista das “relações de produção” necessariamente implica, para um marxista, em também considerá-la do ponto-de-vista da *resistência* à reprodução, ou seja, da perspectiva de uma multiplicidade de resistências e revoltas heterogêneas que se entocam na ideologia dominante, ameaçando-a constantemente. (PÊCHEUX, 2014, p. 96, grifo do autor).

Este trecho ilustra bem a citação que recortamos de Denise Maldidier. O que estava em jogo era considerar, problematizar e colocar em discussão uma heterogeneidade de dizeres, além daqueles provenientes do interior da ideologia dominante, que não só eram importantes em si, como em sua relação de ruptura com a dominação. Desde já percebemos o viés político colocado em jogo por Pêcheux, sempre a partir de questões que refletem relações de força e poder.

Eni Orlandi, ao falar em resistência, segue a linha de Pêcheux ao relacioná-la a falhas na ideologia dominante. De acordo com a autora: “[...] nos processos discursivos há sempre 'furos', falhas, incompletudes, apagamentos e isto nos serve de indícios/vestígios para compreender os pontos de resistência” (ORLANDI, 2012, p. 213).

No artigo “Por uma teoria discursiva da resistência do sujeito”, ela se preocupa em analisar a situação específica dos meninos do tráfico por uma abordagem marxista propondo “uma teorização do sujeito em que a questão da individu(aliz)ação entra de forma diferente” (ORLANDI, 2012, p. 220). Neste texto ela abre caminho para se pensar a resistência, na sociedade capitalista, sociedade de consumo, aquela da emergência dos lugares de memória de que Nora nos fala, que faz com que o indivíduo perca sua singularidade, sua criatividade, sua imaginação, a consciência de si (Ibid., p. 221). Entendemos aqui que a questão da individu(aliz)ação é ponto crucial da resistência na proposta de Eni Orlandi para a qual ela elabora um esquema de reflexão bastante complexo e que tem a ideologia como ponto de base. Para a autora a definição de resistência envolve uma série de requisitos, tal como expressos a seguir:

a ideologia, como dissemos, é um ritual com falhas. Mas nem por isso, a ideologia deixa de funcionar. [...] Na falha, ela se abre em ruptura, onde o sujeito pode irromper com seus outros sentidos e com eles ecoar na história. Condição para que os sentidos possam ser outros, 'fazendo sentido do interior do não-sentido'. É a isto que chamo *resistência*. E não ao voluntarismo inscrito em teorias que se sustentam na onipotência dos sujeitos e dos sentidos que mudam à vontade. Somos sujeitos interpelados pela ideologia e é só pelo trabalho e pela necessidade histórica da resistência que a ruptura se dá quando a língua se abre em falha, na falha da ideologia, enquanto o Estado falha, estruturalmente, em sua articulação do simbólico com o político. Não é, pois pela magia, nem pela vontade, mas pela praxis que a resistência toma seu lugar. (Ibid., p. 23, grifo da autora)

A partir do excerto acima percebemos a complexidade do trabalho com a resistência da maneira como trata Eni Orlandi, ancorada em Pêcheux. Pensar a resistência é para eles, antes de tudo, pensar a ideologia e a falha numa relação ideologia-falha-resistência, na qual Orlandi insere o sujeito e, a partir da noção de alienação de Marx, propõe a questão da inividu(aliz)ação como primordial no processo de resistência, processo que para ela se dá nas relações do indivíduo com a sociedade, e por isso a importância de se demarcar a resistência em uma sociedade capitalista.

O trabalho que Eni Orlandi desenvolve ao longo do artigo é focado em um objeto cuja noção de resistência seja, talvez, muito mais evidente do que a que nos propomos aqui. Os meninos do tráfico são sujeitos muito mais passíveis de serem diretamente ligados à segregação e marginalização do que os italianos e seus descendentes. No entanto, o texto da autora nos traz importantes questões sob as quais podemos pensar a resistência. Como ela mesma se propôs como objetivo, procuramos também “*pensar discursivamente a resistência*” (Ibid., p. 233, grifo da autora) pensando nas relações dissimétricas que a produz, não na forma heroica a que estamos habituados, mas na divergência desarrazoada, de sujeitos que teimam em (r)existir (Ibid., p. 234).

No foco que adotamos para a dissertação, a centralização de um sentido, sob o crivo da ideologia dominante no contexto poços-caldense, gera uma série de faltas de significação para diversos sujeitos, dentre eles os descendentes de italianos, que sofrem com os apagamentos de suas referências, de sua memória. O margeamento, o apagamento e a generalização dos outros sentidos sobre a cidade, sua história e seus personagens são, portanto, a falha que faz surgir outros dizeres que visam suprir a falta de significação consequente dessa hierarquização (alocação) dos sentidos.

Notamos, tanto em Pêcheux quanto em Orlandi, portanto, uma constante no que concerne a relacionar resistência à ideologia e, principalmente em Pêcheux, ao par ideologia dominante *versus* ideologia dominada. Essa ideia é de extrema importância para o que empreendemos nesta dissertação, sendo norteadora da perspectiva que adotamos e a que fará parte de nosso trabalho de maneira marcante.

A noção de individuação discutida por Orlandi (2012) está compreendida aqui como uma forma de resistência por meio da qual o sujeito pode se implicar em sua existência e na identificação de si, reconhecendo-se como agente nos processos simbólicos de construção de sentido na formação social da qual faz parte. Essa compreensão é possibilitada por uma espécie de recorte nas discussões que a autora trava em seu texto sobre a questão da individuação, já que nele ela aborda a individuação também como uma possibilidade de falha por parte do Estado.

No caso da presente pesquisa, acreditamos que a resistência se dá na incursão de discursos que complementam e que por vezes confrontam a ótica das realizações da cidade de Poços de Caldas atribuídas aos estadistas, aos coronéis e aos socialmente favorecidos. O jogo de discursos que (re)desenham a cidade se dá, em nosso recorte, nas tensões entre o dominante e os imigrantes que são colocados nesse discurso como forasteiros que vão se misturar ao povo da cidade movimentando-a com investimentos trabalhistas e culturais. Dessa forma são trazidos de forma individualizada para o centro das discussões sobre a cidade, o que solicitaria, por exemplo, na composição daquele local, os lugares de memória.

1.4.2. Resistência e Relação de Forças – delineamento de abordagem

Dessa forma, tendo em vista o que precede nossas reflexões sobre resistência, propomo-nos a pensá-la, porém, em termos de relações de força no discurso, conceito que acreditamos não estar desvinculado do de ideologia conforme considerado pela Análise de Discurso Francesa, para a qual, de acordo com Eni Orlandi,

[...] na teoria materialista do discurso, a ideologia não aparece como ocultação, nem tem sentido, digamos negativo, pois a ideologia, nesta perspectiva, não é uma pura falsa consciência, [...], uma pura alteridade, mas o indício de um problema real. (ORLANDI, 2012, p. 75).

Entendemos, assim, que toda a ideia expressa por Pêcheux sobre aquele par de ideologias (dominantes e dominadas), está, de certa forma, impressa na concepção de relação de forças. Essa noção, no entanto, parece nos possibilitar trabalhar na análise de maneira a colocar os sentidos em disputa em contextos mais restritos. Isto está posto aqui por entendermos que a relação de dominação deve ser pensada e muitas vezes só pode ser compreendida se considerada como presente de maneiras diferentes em contextos e formações distintas, suscitadas por tensões específicas. Acreditamos que, de forma geral, haja, em formações pontuais, relações de forças específicas, a partir das quais ocorrem divergências entre grupos diferentes, disputas por poder que se dão por meio de disputas pela proeminência de sentidos, sem, contudo, desconsiderarmos o fator de inserção social levantado por Eni Orlandi, que se dá em um nível global. Não se trata aqui de ignorar esse fator, mas de pensar a resistência em

um espaço mais delimitado, ainda na sociedade capitalista, que parece tudo reger, mas em um recorte específico nela.

Consideraremos, portanto, por via de regra, a noção de relações de força a partir de uma série de apontamentos, dentre os quais, nos apresenta Eni Orlandi, da seguinte forma:

todo falante e todo ouvinte ocupa um lugar na sociedade, e isso faz parte da significação. Os mecanismos de qualquer formação social têm regras de projeção que estabelecem a relação entre situações concretas e as representações (posições) dessas situações no interior do discurso: são as formações imaginárias. O lugar assim compreendido, enquanto espaço de representações sociais, é constitutivo das significações. Tecnicamente, é o que se chama relação de forças no discurso. (ORLANDI, 1988, p. 18).

Em outra obra, a mesma autora, afirma que: “como nossa sociedade é constituída por relações hierarquizadas, são relações de força, sustentadas no poder desses diferentes lugares, que se fazem valer na 'comunicação” (ORLANDI, 2009, p. 39-40). Percebemos assim, claramente, que a relação de forças é caracterizada a partir das posições sociais que os sujeitos ocupam. Nossa concepção de resistência está estritamente ligada a essas relações de força e de poder na constituição e reprodução dos sentidos. Consideramos de resistência, discursos que, de alguma forma, lançam preponderantemente desequilíbrio sobre uma situação estabilizada (nas palavras de Pêcheux: “entocam na ideologia dominante, ameaçando-a”) (PÊCHEUX, 2014, p. 96) por meio de uma relação desigual de forças, na qual o sentido que se institucionaliza é aquele emergente do grupo cuja situação histórico-social foi de alguma forma privilegiada.

Assim como no princípio teórico fundamental do processo discursivo, do qual trata Eni Orlandi, para nós, também a resistência tem constituição histórica. Há nela, como no processo discursivo, uma relação entre linguagem e exterioridade que é constitutiva, orgânica e não meramente adjetiva, não se podendo dizer que se acrescentam dados históricos para melhor delimitar sua significação, mas que o processo de significação é histórico (ORLANDI, 1988, p. 18). Dizemos, assim, que para nós, a noção de resistência, tem sua formação na história, apoiada em acontecimentos e discursos que nos indicam um processo de dominação/privilégios perante os quais somente os gestos dos que sofreram a dominação podem ser considerados de resistência.

Desta forma, os dizeres de famílias tradicionais sul mineiras, ou de autoridades locais, por exemplo, em favor da negação da construção do monumento ao imigrante, mesmo que em contexto de debate e estando em minoria, não seria por nós considerado um gesto de resistência, mas uma manifestação pela manutenção de um privilégio. Privilégio que também é histórico e constitui a possibilidade de a solicitação do monumento ser considerada no plano da resistência.

Como pesquisadores, a posição que adotamos, no que tange à resistência, é inserir em seu escopo somente os dizeres que rompem, de alguma forma, com algum sentido que foi estabilizado por meio de privilégios que determinadas classes ou grupos adquiriram ao longo do tempo. Quando do grupo marginalizado desponta uma voz desestabilizadora da manutenção do poder podemos falar em resistência. Nossa postura de resistência, como já enfatizamos, está, assim, muito próxima daquela que Pêcheux vê como possível por meio do materialismo histórico e da luta de classes. No sentido marxista de luta de classes é que podemos compreender e formular nossa visão de resistência como possível somente quando parte da classe dominada, seja essa dominação científica, intelectual, religiosa etc., tendo em vista que

para o materialismo histórico, a luta de classes relaciona-se diretamente à mudança social, à superação dialética das contradições existentes. É por meio da luta de classes que as principais transformações estruturais são impulsionadas, por isso ela dita o “motor da história”. A classe explorada constitui-se assim ao mais potente agente de mudança (QUINTANEIRO; OLIVEIRA, 2003, p. 20).

A classe explorada, no caso, os imigrantes em condição de chegada e os descendentes, por meio do trabalho de ressignificação da própria identidade e memória na cultura de destino, constitui-se assim, para nós, de certo modo, agente de resistência e de ruptura.

Na seção que segue, ainda no bojo de uma explanação sobre os aspectos teóricos norteadores de nossa análise, exporemos categorias a partir das quais problematizaremos elementos da materialidade linguística de nossos objetos. Daremos ênfase às formações nominais, a adjetivos e à características textuais coesivas por se destacarem em nossas observações. No entanto, pontuamos desde já, que, ao longo do trabalho, ainda que em menor quantidade, lançamos mão de outros conceitos que esclarecemos no decorrer do texto, nos momentos de sua utilização.

1.5 CONSIDERAÇÕES ACERCA DA METODOLOGIA E CATEGORIAS DE ANÁLISE

A busca pela melhor forma de analisar os dizeres que estudamos foi uma preocupação que nos acompanhou desde a sua seleção. A Análise de Discurso Francesa, de vertente pecheutiana, diferentemente de outras vertentes, não traz consigo um modelo de análise que acompanha uma proposta de categorias com as quais se possa trabalhar em interface teoria x análise, o que pode ao mesmo tempo favorecer uma discussão sobre o objeto sem que se remetam a fórmulas para análise. Em consonância com o que aponta Eni P. Orlandi, temos em vista que “o objetivo do analista é descrever o funcionamento do objeto simbólico, do texto, explicar como ele produz sentidos” (ORLANDI, 2004, p. 22).

Entendemos, assim, que não cabe a nós destrinchar o texto se não em função de compreender como se dá seu processo de significação tendo em conta uma hipótese de discursividade perceptível por meio da materialidade textual. Assim, compreendemos junto àquela autora, que

o analista deve mostrar os mecanismos dos processos de significação que presidem a textualização de uma discursividade, pois é na textualização, na *formulação* que a discursividade adquire visibilidade sintomática (ou seja, os sentidos são produzidos, são efeitos que deixam vestígios, traços na textualidade). (ORLANDI, 2004, p. 22, grifo da autora).

A tentativa de definir uma categoria de análise nos diversos esboços e projetos, a fim de adequar o objeto a ela, mostrou-se ineficaz porque, na verdade, são os próprios objetos que devem nos indicar o melhor caminho para conhecermos os mecanismos textuais por meio dos quais emerge a discursividade.

Acreditamos que essa liberdade conferida por tal proposta de análise dá, além de maior autonomia ao pesquisador, possibilidades significativas de diversidade de resultados, já que ao não limitar as categorias, faz com que o analista enfrente seu objeto de olhos abertos a toda a sua complexidade, buscando os vestígios ao mesmo tempo que deixa com que se revelem.

Dessa forma, a leitura atenta de nossos objetos empíricos sugeriu algumas categorias, dentre as quais ressaltamos as formações nominais, a adjetivação e alguns elementos de organização

textual. Por meio delas acreditamos poder observar mais acuradamente como se dá nesses dizeres o processo de construção linguística que venha indicar, no âmbito discursivo, gestos de resistência.

Nossa forma de compreender essa discursividade vai se dar integradamente de modo que a análise linguística será preconizada e delineada a partir das condições de produção e aspectos históricos já elucidados. Por se tratar de objetos muito diferentes, as análises foram feitas separadamente e com foco em aspectos diferenciados.

1.5.1 As formações nominais – produção de sentidos e relações entre a linguagem e sua exterioridade

Como objeto de análise, chama atenção na materialidade discursiva o emprego dos elementos nominais. Nessas condições, escolheu-se uma categoria para a análise, a formação nominal (FN), que merece um destaque maior por ser de formulação mais complexa e mais atual. O conceito de formação nominal foi desenvolvido por Luiz Francisco Dias, no seio da teoria da enunciação. De acordo com esse autor, as formulações sobre FN surgem “[...] como alternativa para o conceito de sintagma nominal, no sentido de compreender as construções nominais do ponto de vista de uma semântica da enunciação” (DIAS, 2013, p. 14). Assim, o conceito de FN é desenvolvido por ele como “[...] alternativa à postura formalista do sintagma nominal, segundo a qual os seus componentes se articulam internamente segundo as propriedades do referente” (Ibid., p. 20). A proposta é pensar as construções nominais não como produto, fixo, mas como processo, como algo passível de diferentes sentidos de acordo com a enunciação e a memória evocada nessa enunciação.

Em suma, na FN reside um potencial de observação da realidade, não a partir de elementos informativos dessa realidade, mas por meio de traços em função dos quais, elementos do real adquirem pertinência para a realidade enunciada, ou seja, em termos foucaultianos, a partir do nível enunciativo da própria formulação. (DIAS, 2013, p. 16).

As Formações Nominais, conforme definição acima, encaixam-se bem a nossa proposta de estudo nesta dissertação, pois a ideia de um sentido que se constitui na relação entre o real

produzido e aquilo que é enunciado, e não em uma relação unilateral de designação da realidade pelo que é enunciado, considerando ainda aspectos da memória discursiva para a compreensão dos sentidos, alinha-se consideravelmente à perspectiva de Análise de Discurso que adotamos.

Acreditamos que em sua formulação, Dias consegue aproximar de maneira bastante salutar teoria da enunciação e Análise de Discurso no que se refere ao trabalho com a exterioridade que envolve a linguagem. De acordo com Eni Orlandi, esse trabalho, nas duas abordagens, seriam trabalhos distintos frente aos quais a teoria da enunciação trataria “[...] da determinação entre o funcional (enunciação) e o formal (enunciado)” (ORLANDI, 2001, p.111), enquanto a Análise de Discurso “[...] procura estabelecer essa relação de forma mais imanente, considerando as condições de produção (exterioridade, processo histórico-social) como constitutivas do discurso” (Ibid., p.111).

Entendemos, no entanto, que em sua elaboração das FN, além da relação entre o enunciado e a enunciação, entendida como “[...] acontecimento de produção do enunciado, o qual adquire sentido na relação entre a memória dos dizeres concernentes a esse enunciado e a atualidade de sua formulação” (GUIMARÃES *apud* DIAS, 2015, p. 152), Dias propõe que se considere o processo histórico-social, evocando memória discursiva, para a compreensão do que está ali referenciando uma dimensão da realidade. Compreendemos que uma análise que aborde construções nominais como formações nominais só é possível se se considerar todos esses aspectos (enunciado, enunciação, exterioridade histórico-social e memória discursiva). Somente por essa perspectiva a análise poderá fornecer uma dimensão mais crítica e aprofundada da realidade que procuramos compreender por meio de dada manifestação de linguagem, por um lado, e dos efeitos de sentido possíveis em diferentes conjunturas, por outro.

É por esse prisma que procuramos cumprir parte da análise dos dizeres selecionados por nós. É pela abordagem das formações nominais que procuraremos referenciar, nos dizeres dos descendentes, o que determinadas construções linguísticas trazem de específico em sua significação, principalmente no que pode nos indicar um gesto de resistência. Procuramos pensá-las de forma aprofundada remetendo-as à memória discursiva em torno da imigração,

nos contextos nacional e municipal, e frente às relações de força e formações discursivas que refletem.

O fato de nos permitir aliar as marcas linguísticas às características externas, ou seja, o formal da linguagem ao complexo histórico-social que o delinea, faz com que a abordagem proposta na elaboração das FN nos ampare de forma fecunda na tarefa que vimos desempenhando aqui. Isso significa que essa estratégia nos mantém dentro dos limites em relação aos quais devemos nos atentar em nossa prática analítica, que é o trabalho com as propriedades discursivas, nem exclusivamente linguístico nem essencialmente social, mas que se dê por uma relação entre os dois que permita chegar a tais propriedades, ou seja,

[...] as formas materiais que reúnem forma-e-conteúdo. As marcas formais em si não interessam ao analista. O que lhe interessa é o modo como elas estão no texto, como elas se “encarnam” no discurso. (ORLANDI, 2009, p. 90).

Desta forma, a abordagem adotada, não nos deixa incorrer em nenhum dos excessos, pois em sua própria formulação indica claramente um caminho de relação das marcas com o discursivo.

Abordados como compondos FN, problematizaremos, assim, principalmente, a questão dos adjetivos, conforme detalhado na subseção seguinte, em torno de construções nominais que, em diferentes perspectivas, no livro e na solicitação analisados, trazem para esses materiais referências muito específicas ao qualificarem nomes que adquirem uma significação muito mais substancial do que aparentemente podem denotar. Não se trata, nestes casos, de uma simples qualificação/referenciação, e a noção de formação nominal nos possibilita aqui encará-los de forma mais complexa, sem permitir que a compreensão em torno delas fique apenas em um nível intuitivo e tendencioso ao nosso objetivo. O tratamento dar-se-á, portanto, com foco nos atributos, adjetivos, considerando-se a memória discursiva que os constitui e as formações discursivas em que aparecem.

1.5.1.1 Os processos de qualificação – a seleção de adjetivos e a referenciação

A maneira como os imigrantes são representados, por meio dos adjetivos/atributos¹¹ selecionados para caracterizá-los, é de extrema relevância pois é principalmente por meio dessa representação que eles são retirados da condição geral e homogeneizada de imigrante e adquirem status individualizados. Isso lhes confere autonomia para atuar e interferir na realidade de diferentes formas, potencializando a importância de suas ações.

A observação de construções que refletem o modo como os imigrantes são representados, sob o ponto de vista de seus pares, é o que mais efetivamente sugere um descontentamento com a centralização de um outro sentido, porque aponta que esse não é suficientemente representativo, não contendo a carga simbólica necessária para o processo de significação que envolva a memória da imigração, nem em relação aos descendentes nem em relação à sociedade em geral.

Isso será notado principalmente no capítulo quatro, em observação mais atenta à materialidade linguística do livro.

1.5.2 Elementos de progressão textual – a coesão como aspecto marcante

Sem adentrarmos com maiores pretensões no campo da Linguística Textual (LT)¹², gostaríamos de salientar algumas noções desse campo, que servirão para embasar, no próximo capítulo, interpretações a respeito de dois elementos que nos estudos da LT encaixam-se na temática da progressão textual. São elementos recorrentes no texto do abaixo-assinado que serão analisados tendo em vista sua contribuição para a argumentação e a solicitação que se faz a partir dela. Trata-se da recorrente marcação temporal e do uso do verbo “considerando” no início de três de seus cinco parágrafos.

De acordo com Koch,

a progressão textual (sequenciação) diz respeito aos procedimentos linguísticos por meio dos quais se estabelecem, entre segmentos do texto (enunciados, [...], parágrafos e mesmo sequências textuais), diversos tipos de relações semânticas e/ou

¹¹ Os termos “adjetivo” e “atributo” são usados neste trabalho como sinônimos, fazendo referência a palavras ou expressões com função de caracterização.

¹² Para uma informação mais abrangente acerca desse tema, cf. FÁVERO, L. L.; KOCH, I. G. V. *Linguística Textual*: introdução. São Paulo: Cortez, 2012.

pragmático-discursivas, à medida que se faz o texto progredir. (KOCH, 2011, p. 121).

A seguir, completa dizendo que “a progressão textual pode realizar-se por meio de atividades formulativas em que o locutor opta por introduzir no texto recorrências de variados tipos [...]” (Ibid., p. 121), sendo que essas escolhas influem nas repercussões de seus textos, influenciando em sua clareza. Uma boa elaboração textual depende em grande parte de que se consiga relacionar as informações presentes em cada uma de suas partes de maneira a conferir-lhe textualidade, tornando-o legível.

Temos com isso base para pensarmos aqueles elementos utilizados na progressão do texto do abaixo-assinado. Esse arcabouço interessa-nos porque a formulação argumentativa vai acontecendo, durante todo o texto, como apontaremos adiante, ancorada em procedimentos desse tipo, seja para introduzir novas informações na sequência temática, como no caso da reiteração do uso do “considerando”; seja para garantir a linearidade temática, por meio de articuladores que marcam a relação temporal das informações utilizadas como argumento, organizando o texto a partir da retomada de acontecimentos passados e finalizando-o com uma expectativa, ou seja, com a espera de um acontecimento que se concretizará no futuro.

A questão da progressão textual também nos chamou a atenção em alguns momentos da análise do livro de Mario Seguso. A maneira como ele configura e relaciona as partes de seu texto no que se refere à progressão e continuidade temática, ora focando a elite poços-caldense, ora os italianos, também é sugestiva de efeitos de sentido que merecerão destaque no capítulo quatro.

Com base nisso, nos cercamos do cuidado de buscar referência teórica para elementos que serão analisados mais adiante em relação aos efeitos de sentido que sua utilização sugerem ao texto. No próximo capítulo, exporemos alguns acontecimentos que servem de pano de fundo para compreendermos a situação da imigração no Brasil e em Poços de Caldas. Apresentamos também as relações sociais sobre as quais essa cidade se funda, e que vão delinear a divisão dos sentidos elucidada neste trabalho. A explanação feita no capítulo dois lançará luz sobre diversos aspectos que compõem as condições de produção dos dizeres que analisamos a frente e dos discursos deles emergentes.

CAPÍTULO 2 – MATERIAL EMPÍRICO E DISCURSO – AS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO E HISTORICIDADE DOS DIZERES

Este capítulo é destinado à exposição de acontecimentos histórico-discursivos em torno da imigração no Brasil e em Poços de Caldas. Fazemos aqui uma retomada essencial para a compreensão, no que diz respeito ao nosso material, das concepções de produção dos discursos conforme apresentamos no capítulo anterior. A afirmação de que há um sentido centralizado em Poços de Caldas, no que concerne à sua história, depende de que tenhamos em vista certos acontecimentos ocorridos até mesmo anteriormente à imigração na cidade. A clareza acerca desses acontecimentos é o que melhor nos indica os já-ditos que precedem os gestos de resistência de que estamos tratando. Ficam aqui também ilustradas diversas maneiras e manobras de administração da memória em torno da imigração no país e no município.

A apresentação será feita em duas partes, sendo a primeira o levantamento de acontecimentos históricos em torno da imigração, em âmbito nacional, e a segunda, em âmbito local. Este capítulo se configura, portanto, em uma importante análise das condições de produção dos dizeres, ou seja, daquilo que confere a eles a historicidade necessária ao funcionamento dos sentidos (ORLANDI, 2012, p. 183-185).

Dessa forma, empreenderemos agora a tarefa de buscar, em meio à memória da imigração, propriedades interdiscursivas que possamos relacionar às marcas linguísticas na confirmação de nossa hipótese. Ou seja, a relação entre a formulação linguística e suas condições de produção com ênfase naquilo que possa nos sugerir formas de resistência nos domínios das relações de força das quais estamos tratando.

2.1. RELAÇÃO DE FORÇAS: APAGAMENTO E RESISTÊNCIA NA MEMÓRIA DA IMIGRAÇÃO

Procuramos, nesta seção, apresentar o fio interpretativo que nos possibilitará compreender e

distinguir as formações discursivas orientadoras dos fatos e dizeres com os quais trabalharemos, procurando justificar e embasar, assim, a distinção das forças que dá sentido à perspectiva de resistência que adotamos e que configurará toda a dissertação. Deste modo, far-se-á necessário compreendê-los inseridos em uma rede interdiscursiva histórica, uma tarefa para compreender sobre quais condições de produção acontece o olhar do presente tema, considerando a orientação primordial dos estudos em Análise de Discurso.

Para isso, realizaremos um trabalho de retomada de alguns acontecimentos que envolvem a imigração, dividindo-o em duas etapas: uma mais global, apontando momentos específicos da história do Brasil, nos quais conseguimos pontuar acontecimentos de relevância para a compreensão daquilo que empreendemos aqui; e outra que se concentrará em aspectos mais locais, no contexto poços-caldense. Ambas nos fornecerão a base empírica necessária para que possamos abordar a noção de resistência no que concerne à seleção e literalização de sentidos sobre a história da cidade.

2.1.1 Os imigrantes europeus no Brasil: o embranquecimento e o apagamento

Para o momento, ressaltam-se dois aspectos específicos da história nacional nos quais a presença dos imigrantes se faz notar como elemento marcante, ora como benéfico ora como prejudicial aos anseios políticos: i - a transição do Regime Monárquico para o Republicano; e ii - o período conhecido como Estado Novo. Eles nos permitem perceber como os sentidos da imigração foram alocados de diferentes maneiras e tiveram sua importância relativizada ao longo desses estágios da história nacional.

2.1.1.1 A República, o fim da escravidão e a onda imigratória

O primeiro momento ao qual nos atentamos é aquele marcado pelo fim do regime escravista e pelo despontamento da República. Esse período foi aquele no qual o Brasil recebeu mais

imigrantes, sendo o ano de 1891, de acordo com Paulo Sérgio Pinheiro et al. (2006, p. 114), o que registra o maior número de imigrantes para o país, com destaque para São Paulo, estado que recebeu o maior contingente de estrangeiros, italianos em sua maioria¹³. Tal abertura vinha sendo adotada, de maneira explícita, para que houvesse, mais massivamente, a substituição, pós-abolição, da mão de obra escrava pela do trabalhador europeu nas lavouras de café.

Além da substituição da mão de obra, outro fator também mobilizava e motivava a abertura das fronteiras para o elemento europeu: tratava-se do ideal de embranquecimento da população e da tentativa de aproximação com as culturas europeias. Esse ideal guiava as práticas administrativas que visavam não só a vinda, mas a manutenção dos imigrantes no país. Em relato sobre as práticas higienistas no período inicial da República, na capital, Sidney Chalhoub, ao falar das doenças mais recorrentes da época (principalmente entre 1850 e 1920), a tuberculose e a febre amarela, nos informa que a primeira

[...] matou muito mais do que quaisquer das outras doenças epidêmicas. A tuberculose, porém, parecia atacar indiferentemente brancos e negros, nacionais e estrangeiros e, desculpa suprema, era doença extremamente grave até mesmo em Paris, o que nos eximia de qualquer culpa por abrigar a peste. A febre amarela significava basicamente o oposto: além de não acometer Paris e deflagrar o Rio anualmente, era um verdadeiro flagelo principalmente para os imigrantes. (CHALHOUB, 1996, p. 57).

Frente a esse quadro, o mesmo autor expõe a análise de Rui Barbosa a respeito das características da febre amarela:

É um mal, de que só a raça negra logra imunidade [...] Conservadora do elemento africano, exterminadora do elemento europeu, a praga amarela, negreira e xenófoba, atacava a existência da nação na sua medula, na seiva regeneratriz do bom sangue ariano, com que a corrente imigratória nos vem depurar as veias da mestiçagem primitiva, e nos dava, aos olhos do mundo civilizado, os ares de um matadouro da raça branca. (BARBOSA, apud CHALHOUB, 1996, p. 57).

A impressionante citação acima nos mostra, para além da postura racista e cruel adotada por Rui Barbosa, que o que realmente importava naquele momento era a relação dos imigrantes com a ideia de civilização, ou seja, esse grupo representaria a “raça” que seria responsável por

¹³ “Cerca de um terço dos imigrantes, ou seja, 694.489 entrados em São Paulo, era italiano [...] Apesar do grande número de nacionalidades que vieram para São Paulo, quem marcou a vida na fazenda de café e a fisionomia das cidades foi, sem dúvida, o italiano”. (PINHEIRO et al., 2006, p. 115).

“depurar as veias da mestiçagem primitiva” (Ibid., p. 57).

A questão do embranquecimento é constante em diversos trabalhos sobre a criação da nação e da identidade nacional. Em “A construção da identidade nacional”, José Luiz Fiorin, embora por outra perspectiva, não deixa de tocar no assunto, comentando que “O princípio do branqueamento é que rege o incentivo à grande imigração europeia ocorrida entre 1887 e 1930” (FIORIN, 2009, p. 122).

Desta forma podemos perceber a dupla importância que tinha a vinda desses imigrantes para o país, pois junto com eles viriam também, além dos braços para a lavoura, o “bom sangue ariano” que clarearia a população mestiça brasileira, já que não era mais interessante, para a imagem que se estava construindo para o país, que o estoque genético da população brasileira estivesse permeado pelo elemento negro.

No entanto, o êxtase em relação à grande quantidade de europeus e os benefícios que trariam para o Brasil foi perdendo força no decorrer dos anos, quando os planos e projetos nacionais passam por novas reflexões e tomam outros rumos.

2.1.1.2 O Estado Novo e o projeto nacionalista

Destacamos aqui o período conhecido como Estado Novo¹⁴, que vai da promulgação da Constituição de 1937 até a deposição de Vargas, em 1945, sobre o qual nos é interessante uma comparação com o período precedente. Segundo Maria Onice Payer,

no final do século XIX, a tentativa de contornar a diversidade e fortalecer a unidade do Estado Republicano realizou-se através da decisão de dar à diversidade uma visibilidade nacional formal, por meio de uma ação jurídica descentralizadora: a

¹⁴ Segundo Daniel Aarão Reis, “[...] o Estado Novo foi uma ditadura, um 'estado de exceção', no sentido próprio da palavra, ou seja, lugar onde, ou período em que as leis existentes são subordinadas à vontade – arbitrária – dos homens do poder. Pois foi nas entranhas dessa ditadura [...] que se gerou a cultura política nacional-estatista no Brasil. Vale a pena sublinhar o fato porque a marca – e a lógica – autoritária nunca se descolaria dessa cultura política”. (REIS, 2014, p. 15). A passagem tem importância pois o apagamento da participação estrangeira, pelo menos como parte da memória nacional, teve seus fundamentos nesse período, a partir do qual ecoa, de acordo com o historiador, toda a cultura política dos períodos seguintes de nossa história.

formação da República Confederativa [...] Já no Estado Novo a forma jurídica adotada pelo Poder Central perante a diversidade de interesses tomou a direção oposta, pela via da centralização, que anulava assim a importância dos 'particularismos dos Estados', como dizia Vargas, tanto quanto a dos demais interesses setoriais politicamente diversos. (PAYER, 2006, p. 64).

A questão da centralização do poder e da exaltação de elementos nacionais acaba colocando os estrangeiros em uma situação de apagamento de sua identidade em prol de uma nacionalização. Isso seria feito por meio da criação de uma identidade nacional, que impunha também a nacionalização desses estrangeiros por meio, por exemplo, de políticas educacionais que visavam o estudo da língua e história do Brasil, a ponto de interditar a língua dos imigrantes, com vistas a ambientá-los e homogeneizar a população (PAYER, 2006). No Estado Novo os estrangeiros passam a ser vistos como “elementos alienígenas” nas palavras do próprio Vargas, e se no início da República houve abertura para sua entrada no país, agora essa entrada passa a ser controlada com uma série de restrições, como a orientação das localizações para as quais deveriam se dirigir e a instituição de “[...] um regime de quotas imigratórias¹⁵ [...], que refletia uma orientação equilibrada na defesa dos interesses da nacionalidade” (GOMES, 1982, p. 162).

Ao falar sobre ideologia e trabalho no Estado Novo, na construção do trabalhador brasileiro, “herói da democracia social que se construía no Brasil” (GOMES, 1982, p. 164), a historiadora Ângela Maria de Castro Gomes retrata o modo como os estrangeiros passaram a ser enxergados no período, visão esta guiada por uma ideologia de nacionalização:

era preciso combater tanto o subversivo, identificado ao inimigo externo, ao estrangeiro de pátria e de ideias, quanto o malandro [...] Ambos eram ameaças contagiosas ao fundamento da democracia social do trabalho [...] O subversivo, associado ao estrangeiro – anarquista ou comunista –, escapava do controle social na medida em que elaborava um projeto político-ideológico que se contrapunha ao do Estado. (GOMES, 1982, p. 164).

Os atributos utilizados acima por Gomes para caracterizar os estrangeiros no período do Estado Novo, “inimigo”, “ameaça contagiosa”, em contraposição ao que representaram no

¹⁵ Tal regime de quotas refere-se ao artigo 121, parágrafo 6º da Constituição de 1934, segundo o qual, “§ 6º - A entrada de imigrantes no território nacional sofrerá as restrições necessárias à garantia da integração étnica e capacidade física e civil do imigrante, não podendo, porém, a corrente imigratória de cada país exceder, anualmente, o limite de dois por cento sobre o número total dos respectivos nacionais fixados no Brasil durante os últimos cinquenta anos”. (BRASIL, Constituição (1934)). **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**. 1934. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao34.htm>. Acesso em 15 jan. 2016.

início da República, elemento de modernização, exemplificam o valor relativo dado aos imigrantes em diferentes momentos de nossa história. Essa relatividade, acreditamos, acaba deixando marcas nos sujeitos, que se constituem por uma memória discursiva na qual ora são tidos como elementos positivos ora como negativos. Importante aqui pensarmos em como esse período de caracterização negativa, no qual se pretende apagar características estrangeiras em detrimento do nacional, nos leva a concluir que a importância do trabalho dos imigrantes no país vai também sendo apagada passando-se a selecionar aquilo que melhor coaduna com as aspirações de Nação. Isso significa que ao longo da história brasileira vão se selecionando e administrando sentidos coerentes com o modelo de nação almejado, modelo com o qual, como vimos, o estrangeiro não mais colaboraria. Nas palavras de Payer:

[...] na adaptação do imigrante ao país, estes efeitos de sentido nos parecem importar, na medida em que, colocando-se como mediador desta relação, o aparelho jurídico do Estado o faz naturalizando as evidências e a memória discursiva que ele mesmo produz como memória social, oficial, produzindo a necessidade de apagamento/esquecimento, no próprio sujeito, das outras memórias que o constituem como tal. (PAYER, 2006, p. 70).

Percebemos, desta forma, como o sujeito é interpelado pelo Estado a se apagar, ou seja, apagar características provenientes de seu país de origem, que o tornariam estranho, em função de uma identidade criada para ser assumida como natural e que privilegiaria elementos nacionais brasileiros. Esse evento é de extrema importância para o que estamos aqui chamando de resistência, na medida em que nos fornece item constituidor para o acontecimento que surge em dizeres posteriores, carregando essa memória de sentidos.

Essa configuração de Nação em sua relação com os estrangeiros, nos apresenta a situação desses, o que serve também como justificativa aos gestos de resistência que surgirão mais adiante reivindicando uma lembrança que se quis apagar por meio da seleção do sentido mais conveniente ao projeto de Nação de determinado momento da história nacional.

Mas essa seleção de sentidos e a dominação por parte do Estado sobre, de certa forma, a identidade dos imigrantes estrangeiros no país, nos leva, inevitavelmente, a reconhecer a validade das proposições de Pêcheux, para quem não há ritual sem falhas e “[...] não há dominação sem resistência” (PÊCHEUX, 2009, p. 281). Com efeito, é isso que verificamos quando nos debruçamos sobre os dizeres que surgem mais tarde na tentativa de reaver uma

memória que foi apagada, no curso da história, por um projeto de nação, justamente o que parece ocorrer com o livro de Mario Seguso e toda a situação envolvendo a solicitação do monumento em homenagem ao imigrante em Poços de Caldas. A retomada dessa memória e desses discursos nos fazem pensar no documento e no livro como formas de compreendermos em que medida se dá a resistência e ressignificação das identidades, reafirmando gestos de interpretação a partir de e sobre os dizeres em questão.

Há uma passagem no documento de solicitação, texto que é alvo de análise mais detalhada adiante no presente trabalho, que ilustra de forma bem clara o que estamos destacando neste ponto. No terceiro parágrafo, ao relatar a chegada dos italianos ao país, os solicitantes escrevem: “[...] adotaram nosso Brasil, como sua nova Pátria [...]”. Isso elucida um apagamento da italianidade não só em aspectos estanques, mas um apagamento em prol da dedicação a uma outra pátria sugere como efeito de sentido uma dedicação integral, a aceitação e assunção de uma outra identidade, que, simbolicamente, pode designar a memória de um gesto de obediência, evidenciando a interpelação de que relata Maria Onice Payer em relação à interdição da língua dos imigrantes e à imposição do ensino da língua portuguesa tanto para brasileiros quanto para estrangeiros.

Essa interpretação ganha fôlego quando pensamos acerca do objetivo do documento. A homenagem que requerem é uma homenagem ao “IMIGRANTE ITALIANO”. O teor da solicitação põe em xeque as condições de liberdade em relação à adoção do Brasil como nova pátria, que é utilizada no documento como argumento a favor do que se está requerendo, ou seja, um monumento que ressalte um povo, determinado por um adjetivo pátrio que não é “brasileiro” mas “italiano”. Isso suscita uma cobrança por uma espécie de dívida histórica, refletindo algo imposto e não livremente escolhido.

A perspectiva global adotada nesta seção será retomada adiante, na seção 2.1.3, em relação ao momento de surgimento dos textos que analisaremos. Antes, porém, é importante que contextualizemos a situação da imigração em Poços de Caldas.

2.1.2 Poços de Caldas – breve histórico para compreensão de um sentido que sobressai

O trabalho de análise dos discursos que emergem dos objetos empíricos com os quais lidamos, dizeres sobre os imigrantes italianos, só será possível por meio de uma reflexão que envolve certo conhecimento também sobre a história da cidade na qual surgem. Pensar esses dizeres, como requisição de sentido, em uma perspectiva de resistência, pode causar certo estranhamento, uma vez que não se trata de um grupo comumente tido como fragilizado socialmente. Desta forma, assim como feito anteriormente em relação ao Brasil, nesta seção, procuramos apresentar pontos específicos sobre a formação de Poços de Caldas que darão um panorama sobre o que consideramos um discurso legitimado sobre sua história.¹⁶

Tanto o livro *Os admiráveis italianos de Poços de Caldas: 1884 - 1915*, quanto o abaixo-assinado de solicitação do monumento têm em sua constituição um laço fundamental com Poços de Caldas. Isso se deve ao fato de a cidade ser representada como uma espécie de alicerce a partir do qual os sentidos são requeridos e se sustentam para os indivíduos que se referem aos antepassados, sobre o espaço para onde eles foram trazidos, sobre as práticas que desenvolveram no local de destino. É pela cidade e na cidade que esses dizeres se referenciam e é por sua formação e constituição social que pretendemos nortear nossa interpretação. Nesse sentido, tanto a imigração propriamente dita quanto os requerimentos almejando o seu reconhecimento e de seus atores necessitam, para que fique clara nossa linha interpretativa, de um trabalho de retomada de alguns aspectos que se sobressaem na história e formação da cidade.

Poços de Caldas localiza-se no extremo Sul do estado de Minas Gerais, na divisa com o estado de São Paulo. Os primeiros registros sobre a região remontam a relatos sobre suas águas sulfurosas, já que da história anterior ao protagonismo¹⁷ destas pouco se sabe. Desde então as águas termais chamavam a atenção por suas propriedades curativas, que se de início, na visão de uma elite médica, foram usadas indiscriminadamente e sem nenhum rigor pelos

¹⁶ Nossa principal fonte sobre a história da cidade foi o livro *A propósito de águas virtuosas: formação e ocorrências de uma estação balneária no Brasil*, do antropólogo Stelio Marras, fruto de sua dissertação de mestrado em Antropologia Social pela FFLCH/USP. A opção por essa fonte deu-se principalmente pela clareza com que o autor expõe a formação da cidade e seus atores e pela postura crítica que adota frente a esses elementos e aos registros históricos sobre eles.

¹⁷ Ao mencionarmos protagonismo, estamos nos referindo a elementos geográficos ou naturais que atraíram interesse de diferentes atores para a região, assim como foi, por exemplo, o caso do ouro e outros minérios em outras partes de Minas. A história em torno desses elementos também nos permite classificar seus atores principais, por diferentes critérios, conforme as relações que se considere, como ficará exemplificado mais adiante com o tripé de sustentação sobre o qual se edifica a narrativa vitoriosa a respeito de Poços de Caldas: médicos, coronéis e estadistas.

que ali passavam, atribuindo a elas características místico-religiosas, ganharam fama e mais tarde tornaram-se razão para a construção e modernização da cidade balnear. Nas palavras de Stelio Marras,

é assim que a história da cidade de Poços de Caldas prende-se a suas águas quentes, untuosas e cheirando a enxofre, borbulhando em poços a céu aberto no antigo e vasto alagadiço dos Campos das Caldas. Lá, dizia-se, algum milagre restabelecia valetudinários sem esperança. (MARRAS, 2004, p. 25).

Relatos dessa natureza aos poucos chamaram a atenção de médicos e do poder público da época, pelos meados do século XIX. Se por um lado havia necessidade de cientificizar, por métodos higienistas, a prática dos banhos pelos doentes, por outro via-se na área a possibilidade de criação de uma estância balneária nos moldes europeus, o que significaria progresso e modernização.

Tais motivos levaram o engenheiro Martiniano da Fonseca Reis Brandão, designado pelo então governo provincial de Pedro de Alcântara Cerqueira Leite, em 1865, a proceder com a desapropriação de terrenos no entorno das fontes. “Eram terras que já então pertenciam a um único dono, o sesmeiro Joaquim Bernardes da Costa Junqueira e seus herdeiros [...]”¹⁸ (Ibid., p. 39). Essa sucessão de acontecimentos levou a um tripé de poder sobre o qual se basearia a formação da cidade. Segundo Marras: “[...] o fato é que ao longo do tempo marcava-se em símbolo e concretude o consórcio entre *médicos*, *coronéis* e *estadistas*, definindo o destino de uma cidade de águas no Brasil” (Ibid., p. 39, grifos nossos). A clareza sobre isso é de extrema importância pois marca o princípio, os lugares a partir dos quais emergem os dizeres, daquilo que consideraremos ao longo deste trabalho como o sentido que se legitimou e se centralizou.

Esse tripé de sentidos, baseado em posições sociais, ancorado nos dizeres de médicos, coronéis e estadistas, está ligado a um conjunto de representações de identidades que aos poucos passa a ser referenciado pelos discursos científico, econômico/social e burocrático/legal, respectivamente relacionados aos médicos (doutores), aos coronéis

¹⁸ A família Junqueira será ator essencial no processo de formação da cidade e na manutenção de uma identidade para Poços de Caldas, com características que permeiam, de maneira geral, toda a cultura sul mineira. Ainda de acordo com Stelio Marras: “Os Junqueira [...] era gente de ascendência portuguesa que ia engrossando no Brasil, porém à sua maneira, uma aristocracia rural bastante singular, combinando escravismo a economia liberal de mercado, feição feudal sob Estado formalmente moderno e burguês” (MARRAS, 2004, p. 30-31).

(proprietários das terras, homens de negócio, mas também próximos ao povo) e ao poder público (detentor dos meios para se fazer concretizar o projeto de cidade que se almejava). Nesse contexto, não há espaço para outros atores. O homem simples, rústico, por exemplo, se caracteriza por tudo aquilo que se queria esquecer; simplicidade e rusticidade são características que não coadunam com os planos da “hidrópole” que se pretendia construir. Assim, os discursos sob o ponto de vista desses sujeitos “simples” vão sendo colocados à margem e seus sentidos sofrem uma espécie de secundarização. Em termos muito próximos aos utilizados por analistas do discurso, o antropólogo Stelio Marras nos presentearia, sobre a historiografia da cidade e o que se pode encontrar de registro sobre ela, com a seguinte passagem:

banhada em imaginação *elitista*, a historiografia da cidade acaba tornando pálida esta condição ou formação rústica até de seus heróis e beneméritos – revelando-se uma historiografia presa à função enaltecedora, edificante, gloriosa ou exemplar que procura selecionar e inscrever os fatos no almejado tempo linear do *progresso* e da *civilização*. Sucede que de significação oposta à voga civilizacional, que costuma guiar as historiografias tradicionais de cidades [...], sobram ralos e esparsos documentos e testemunhos para uma outra história [...]. (Ibid., p. 46-47, grifos do autor).

Assim, Marras nos alerta para o que podemos chamar de seleção de sentidos para a cidade, e é esse um ponto significativo para a presente dissertação. O modelo estrutural de estação balneária precisa estar acompanhado de um modo de vida à sua altura, já que esse modelo pretendia aliar o poder das águas ao requinte de uma cidade veranista. O projeto que se pretendia ali, portanto, ia um pouco além de se pensar uma infraestrutura mais organizada para as casas de banho. O que se almejava era aliar a cura aos prazeres de uma cidade veranista, para que assim a cidade curista, promovendo saúde por meio de suas águas, “tivesse por onde financiar-se e afinal vingar” (Ibid., p. 41). Essa seleção de sentidos, de modelos requeridos para a cidade, ainda em termos utilizados por Marras e também tão próximos aos nossos, opõe, segundo ele, “sujeitos fortemente históricos aos *outros*, os fracamente históricos [...]” (Ibid., p. 43). Podemos, assim, relacionar essa seleção de sentidos a lugares de fala e a um poder dizer e agir que leva muito “naturalmente” à manutenção e à centralização de um sentido¹⁹.

¹⁹ Estamos aqui introduzindo a relação entre sentidos no que se refere às formas de legitimação que levam um a sobressair a outros, assim como nos aponta Eni Orlandi, embora não haja um sentido central e sim vários sentidos possíveis, “a sedimentação de processos de significação se faz historicamente, produzindo a institucionalização do sentido dominante. Dessa institucionalização decorre a legitimidade, e o sentido legitimado fixa-se então como centro: o sentido oficial, literal. O produto dessa sedimentação, dessa

Embora os *outros* a que Stelio Marras se refere sejam os caipiras, considerados como atrasados, notamos, ao nos deparar com os dizeres dos italianos que, nesse contexto, apesar de sua forte participação na construção da cidade, podem também ser caracterizados como sujeitos que por vezes passaram, diante da sociedade local, por um ofuscamento de memórias, ou seja, que tiveram seus sentidos marginalizados, mas que conseguiram requerê-los de diferentes formas.

O sentido selecionado, que ecoa e se centraliza, é aquele, portanto, dos que ocuparam lugares nos quais era possível se ter voz: os coronéis, médicos e administradores. É a partir de seus dizeres, por meio dos lugares que ocuparam, que emergirá um sentido, posto como legítimo, sobre a cidade. Os ecos dessa seleção podem ser percebidos nos mais variados lugares de memória presentes na cidade: estátuas, nomes de praças e ruas, na configuração do Museu Histórico e Geográfico de Poços de Caldas etc. Enquanto isso, dos indígenas, dos caipiras e dos imigrantes há poucos registros, o que nos leva a concluir a pouca relevância conferida a esses grupos e, por consequência, a marginalização de sentidos atribuídos a eles, sobre eles e por eles ao município.

Mario Seguso deixa registrado em seu livro *passagem* na qual relata a falta de documentação sobre os italianos. Em determinado momento, ele dirá:

de todos estes italianos, e daqueles que serão mencionados a seguir, oficialmente não existe a possibilidade de estabelecer as datas exatas de suas chegadas, por falta de documentação anterior no Cartório do Registro Civil. (SEGUSO, 2007, p. 65).

Ressalta ainda que dos italianos que chegaram antes de 1945 “[...] não existe absolutamente nada” (Ibid., p. 66), o que acarretava diversos transtornos e difíceis situações para os imigrantes e seus familiares que permaneciam na Itália, pois em certos casos não se podia colocá-los a par dos acontecimentos ou avisá-los caso algum imigrante sofresse um acidente ou viesse a óbito, por exemplo.

Em favor do sentido e da história que se queria fazer ecoar através dos tempos, junção de tradicionalismo e modernização, temos o enlaçamento dos poderes já mencionados

institucionalização, é observado na história da língua: a história dos sentidos cristalizados é a história do jogo de poder da/na linguagem” (ORLANDI, 1988, p. 21).

representado de forma muito tradicional, e muito ao gosto sul mineiro, pela aliança matrimonial entre o médico e cientista Pedro Sanches de Lemos²⁰ com a filha primogênita do coronel Agostinho Junqueira. Exceção em nome do progresso, já que

[...] o mapa da família mostra claramente a endogamia entre os descendentes dos três casamentos do sesmeiro que requereu as terras para os filhos em 1815. Tios e sobrinhas, primos e primas casaram terra e sangue comuns [...]. (MARRAS, 2004, p. 42).

Desta forma, “[...] o *aristocrata rústico* e o médico *civilizado* participavam ambos de um estrato social comum: formavam as vagas elites do país novo [...]” (Ibid., p. 55, grifos do autor). Tais arranjos foram fundamentais para que os planos de construção da estância termal se dessem atendendo aos requisitos e sem ferir os interesses daqueles que detinham maior poder de controle sobre a região. E, nesses termos, deu-se a construção, culminando, nos anos 1920, com as edificações dos prédios das Termas, do Palace Hotel e do Palace Casino, época áurea, na qual a cidade ficou conhecida como a “Las Vegas brasileira”.

Se a história da cidade tem como elemento fundador suas águas, um outro elemento, no entanto, também faz parte dela e tem papel fundamental em seu desenvolvimento e na vida dos imigrantes que se instalaram nas fazendas: o café e suas lavouras, massivamente presentes, principalmente a partir de meados do século XIX, colaboram intensamente com o crescimento da região, como já dito, muito próxima ao Estado de São Paulo. Nesse sentido e com objetivo de fazer circular essa mercadoria, há no Brasil a implantação de estradas de ferro. Poços de Caldas e seu entorno recebe o ramal de Caldas da Mogiana²¹ que a um só tempo atende tanto ao escoamento do café produzido ali, principalmente nas terras altas do Junqueira, quanto à visitação para o curismo e veraneio.

Foi por esse ramal que chegaram a Poços de Caldas grandes levas de imigrantes italianos que vinham principalmente para substituir a mão de obra escrava após a abolição, nas lavouras de

²⁰ Pedro Sanches formou-se em medicina pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e por volta dos anos 1870 interessou-se muito pelas águas sulfurosas termais de Poços, então freguesia de Nossa Senhora da Saúde das Águas de Caldas (MARRAS, 2004, p. 43).

²¹ Esse ramal pertenceu à Companhia Mogiana de Estradas de Ferro, uma das mais importantes do Brasil, que “[...] fundada em 18 de março de 1872 teve quase 2000 quilômetros de linhas, servindo aos estados de São Paulo e Minas Gerais até 1971, quando foi incorporada à Fepasa – Ferrovia Paulista S. A”. A estrada serviu às cidades de Campinas, Jaguariúna, Amparo, Serra negra, Aguai, Ribeirão Preto, Franca, Uberlândia, Poços de Caldas, Mocóca, entre outras. (CURY, P. R. História e imagens da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro. Disponível em: <www.cmef.com.br>. Acesso em: 14 jan. 2016.)

café. A presença desses europeus na região contribuiu muito com o projeto de modernização que se tinha para o local, já que traziam consigo saberes técnicos propícios para os anseios modernizantes da elite local. Stelio Marras cita trecho de entrevista concedida a ele por Antônio Cândido, no qual o sociólogo relata o seguinte sobre os italianos:

o colono, se você pensa em sedimentação de civilização, o colono é muito mais civilizado que o patrão. Porque o colono traz uma culinária muito mais requintada, traz a polenta, traz as massas, sabe cozinhar muito bem, sabe usar a carne, sabe fazer pão, sabe fazer vinho, tem uma tradição folclórica milenar, canta, ele toca instrumentos, é a cultura européia que ele traz pra cá [...]. (Ibid, p. 81-82).

Se por um lado essas características beneficiariam e facilitariam o desenvolvimento da cidade, segundo padrões europeus, ressaltando-se a modernização nos serviços hoteleiros, com propostas de maior requinte e privacidade para os hóspedes, por outro, os italianos traziam também ideias que poderiam não agradar tanto os coronéis acostumados ao cabresto e rédeas firmes com que comandavam:

o café trazia então, entre os anos 1880 e os de 1910, os italianos e com eles um veio da velha civilização, na esteira da qual também atravessam o Atlântico umas ideias sindicalistas, anarquistas e socialistas com que o conservadorismo enraizado da alta camada rural de Poços de Caldas teve que se haver mesmo precocemente. (Ibid., p. 81).

As divergências entre o anarquismo e o socialismo face à ideia de conservadorismo aparecem no livro de Mario Seguso quando nos atentamos às diferenças de comportamento dos colonos que viveram na zona rural em relação aos que se alojaram na zona urbana. Tanto em termos organizacionais quanto políticos notamos disparidades das quais falaremos mais adiante durante a análise do texto.

Gostando os coronéis ou não, o fato é que os italianos tiveram importante participação na construção do município, tendo sido Poços de Caldas, por sua proximidade com São Paulo, privilegiada quanto a isso em relação a outras localidades mineiras. No texto de Miguel de Carvalho Dias, “A imigração estrangeira em Poços de Caldas”, encontrado no portfólio pesquisado no Museu Histórico e Geográfico de Poços de Caldas, ressaltamos o seguinte extrato que reflete de forma curiosa o privilégio de que falamos:

Consta que, quando o Presidente Artur Bernardes assumiu o governo de Minas

Gerais, em 1918, convidou seu velho amigo Monteiro Lobato para conhecer o Estado. E proporcionou-lhe uma visita a várias regiões.

No seu regresso a Belo Horizonte, perguntou-lhe o Presidente mineiro:

- O que achou?

Monteiro Lobato respondeu:

- Quer que diga a verdade?

- Foi para isso que pedi para você vir a Minas.

- Olhe, eu achei tudo muito encruado.

- De acordo, mas você tem uma receita para desencruar?

O escritor paulista pensou e respondeu:

- Eu pegaria um milhão de italianos e espalharia por todo o Estado.

[...] a chance que Minas não teve aconteceu em Poços de Caldas [...]

Houve, portanto, na cidade mineira de águas sulfurosas, café e casino, também a participação italiana de forma massiva e destacável. Porém, como bem escreveu Stelio Marras, alguns sujeitos, pela administração da memória, tornaram-se mais históricos que os outros e, se a participação ocorreu, é inegável, e podia ser destacada como um privilégio como depreendemos do que diz Monteiro Lobato na citação, o que ecoou na história não parece ser suficiente frente a importância do acontecimento que merece ser narrado não só pelo que se relaciona às ligações com a cidade, suas águas e lavouras, mas também pelo que se sentiu e se viveu no espaço privado, pelos sentidos não selecionados e mais adiante requeridos pelos descendentes.

A época áurea de que falamos, da cidade balnear e veranista, com águas que curam e casinos que divertem, teve fim com o progresso da ciência e novas descobertas, como a da penicilina, e com a proibição dos jogos, em 1946. A principal atividade econômica sofre então uma reviravolta e a cidade passa a ter como foco o turismo, incluindo a classe média. O comércio e indústria também movimentam a economia do local.

Essa nova perspectiva passa, portanto, em nosso entendimento, a considerar, inevitavelmente, um novo aspecto: a memória, pouco relevante nos tempos de veraneio e cura, tempos de prazeres momentâneos, torna-se, agora, elemento fundamental, já que as construções e as histórias daquela época, retomadas de várias formas, como no Museu Histórico e Geográfico de Poços de Caldas e em estátuas e bustos espalhados pela cidade, passarão a constituir roteiro obrigatório para quem visita Poços.

As questões levantadas por Stelio Marras, a respeito do que estamos tratando aqui como

seleção de sentidos sobre a cidade, seu povo, a constituição da cidade e integração dos migrantes nesse processo, ficam evidentes em diferentes materialidades e formas de se contar a história e apresentar e homenagear seus atores.

São indícios da seleção de sentidos ao se contar a história da cidade que coloca no centro os coronéis, médicos e estadistas, por exemplo, a dificuldade, relatada por Stelio Marras, em se encontrar registros da história da cidade e dos que ali viveram antes da cientificação das águas, da gente simples, dos índios e caipiras, o que reflete ainda a falta de interesse a respeito desses sujeitos, seus modos de vida e as contribuições de seus trabalhos e saberes para a formação infraestrutural e sociocultural da cidade e da região.

Percebemos também o discurso elitista, destacando o mesmo tripé já mencionado, presente na configuração do Museu Histórico e Geográfico de Poços de Caldas²². Consideramos esse espaço muito significativo na representação do que estamos considerando aqui como um sentido central, selecionado para ser aquele que se reproduzirá sobre a cidade. Em uma análise mais semiótica das partes dedicadas à sociedade municipal, dos objetos selecionados para representá-la e da disposição em que são arranjados, mesmo que feita de forma não muito aprofundada e detalhada, é possível perceber um modo muito específico de se contar sua história, ressaltando um estilo de vida luxuoso, do qual, porém, somente alguns desfrutaram. A coleção, de maneira geral, em suas salas principais, de acordo com o que está exposto, sugere que a história da cidade foi construída por quem habitava casas com mobílias caras (IMAGEM 1), de carvalho inglês, e talheres de prata e por aqueles que frequentavam os casinos. Ao caipira restou apenas uma sala no subsolo, semelhante a uma senzala e a cujo acesso não foi dada a devida importância, já que é um espaço cercado e o visitante não pode circular por ele (IMAGEM 2).

²² Destacamos aqui que o museu está localizado na Villa Junqueira, mansão que “[...] foi adquirida no início do século XX pelo Coronel Agostinho José da Costa Junqueira que ali se estabeleceu com sua família quando o edifício foi denominado ‘Villa Junqueira’” Disponível em: <http://www.pocosdecaldas.mg.gov.br/site/?page_id=13118> Acesso em: 04 abril 2016.



Imagem 1: Ilustra o requinte das casas em que viva a elite poços-caldense – Acervo do Museu Histórico e Geográfico de Poços de Caldas.

Arquivo pessoal da autora.



Imagem 2: Imagem do local destinado à representação dos caboclos – Museu Histórico e Geográfico de Poços de Caldas. Nota-se as correntes que impedem a circulação dos visitantes e a diferença em relação à Imagem 1 quanto à amplitude do espaço e iluminação.

Arquivo pessoal da autora

Outro exemplo da administração da memória, em prol da centralização do mesmo sentido, pode ser visto no texto “História da cidade”²³, presente no site oficial da Prefeitura Municipal de Poços de Caldas, que visa relatar a história da cidade a quem queira se informar sobre o assunto. Embora seja compreensível que o veículo requeira textos mais curtos, nesse, que é um texto divulgado em suporte legitimado institucionalmente pelo principal órgão da

²³ Disponível em: <<http://www.pocosdecaldas.mg.gov.br/site/?p=8056>>. Acesso em: 21 out. 2015.

administração municipal, não encontramos uma menção sequer aos imigrantes italianos, assim como aos caipiras de que tanto nos fala Stelio Marras. No entanto, o coronelismo e a ciência estão, respectivamente, como sempre, marcados pela menção a José Bernardes Junqueira e a Pedro Sanches, sem contar as várias figuras de Estado citadas, dentre elas, os presidentes Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek.

Se no trabalho com a AD, precisamos estar atentos ao aspecto interdiscursivo, é interessante notar como o nosso trabalho interpretativo vai se dando também por uma relação de sentidos que não se restringe somente aos objetos e ao seguimento teórico-metodológico selecionados. Diferentes discursos sob diferentes formas de linguagem vão auxiliando nossa interpretação para a compreensão do modo como funciona o discurso em estudo.

Nesta medida, os descendentes dos italianos, neste outro tempo, talvez temerosos de que tal seleção os apagasse definitivamente da memória da cidade e da dos futuros descendentes, vieram solicitar um outro lugar, traçando estratégias para imprimir a participação de seus antepassados na história da cidade, elucidando outros sentidos como referência para seus processos de significação.

2.1.3 Um outro ideário para o país – possibilidade de ruptura e resistência

Será possível, a partir do que foi exposto, compreender de maneira mais ampla os textos-objetos dessa pesquisa como um resultado de uma série de acontecimentos em diferentes níveis, como possibilitam as observações contidas nas seções anteriores. Acontecimentos que, embora não estejam explícitos nesses dizeres, constituem interdiscursivamente, neste caso, o que estamos chamando de discurso de resistência. Desta forma, esperamos, com essa apresentação, também apontar a direção da resistência, noção que nos é primordial neste trabalho.

Se a resistência surge pela falha da ideologia dominante, conforme nos aponta M. Pêcheux e Eni Orlandi, o levantamento do discurso hegemônico sobre as características de um povo

brasileiro ideal durante o Estado Novo é suficiente para justificá-la, indicando um momento crítico na preservação da memória da imigração e dos imigrantes. A configuração da formação da cidade e sociedade poços-caldense, como mostrado, corrobora essa visão. É preciso, então, demarcarmos o período e as características que deram a possibilidade de voz aos descendentes, momento em que algo falha em uma ideologia que trabalhou em apagar e calar esses sujeitos.

Em análise sobre os períodos que precedem o Estado Novo, de 1937 a 2010, Daniel Aarão Reis (2014, p. 11-29) destaca que foram períodos distintos, mas marcados pelo que o historiador chama de “cultura política nacional-estatista”, que teve seu início no Estado Novo, com o nacional desenvolvimentismo, e permeou governos que vão de Juscelino Kubitschek a Lula. Tal cultura política caracterizou-se, em termos gerais, pela centralização do poder nas mãos do Estado sob a justificativa do desenvolvimento socioeconômico, o que exclui, em diferentes níveis, a participação e voz popular.

Há, no entanto, a partir da década de 1960, um movimento internacional de questionamento da modernidade herdeira do iluminismo, das concepções de mundo eurocentradas, o que conduz a uma percepção de que há uma pluralidade de pontos de vista que deve participar ativa e democraticamente da gestão dos rumos do Estado. No Brasil isso se expressa no rompimento do “pacto populista”, quando os movimentos sociais começam a se organizar cobrando reforma agrária, saúde, educação, igualdade de renda e outros direitos sociais básicos que não vinham sendo garantidos por um Estado constituído, no entanto, com base nessa promessa (GOMES, 1996). O golpe civil-militar de 1964 interrompe esse processo de emancipação popular buscando legitimar-se no velho ideal nacional (ou estatal) desenvolvimentista (REIS, 2014). A partir da segunda metade da década de 1970 há, no entanto, um movimento de redemocratização no qual a tônica volta a ser o direito de representação de um povo brasileiro percebido como plural, e a heterogeneidade cultural aparece, enfim, como um valor. Os sentidos antes marginalizados começam, assim, a encontrar formas de permear o centro.

É importante notar, portanto, que dos anos 1960 para cá o ponto do projeto de nação relacionado a uma homogeneização a qualquer custo perde força em função dos movimentos

de massa com os quais os projetos elitistas de nação têm que dialogar. Aqui conseguimos localizar uma brecha, por meio da qual é possível irromper um outro sentido e por meio dele resistir ao que foi legitimado com base em uma ideologia que não mais se sustenta. No final do século XX os sujeitos estão em trânsito em um mundo globalizado e, nas palavras de Zygmunt Bauman, “[...] globalização significa que o Estado não tem mais o poder ou o desejo de manter uma união sólida e inabalável com a nação” (BAUMAN, 2005, p. 34). Dessa maneira, o rigor com que se consideram os parâmetros de cidadania e pertencimento nacional sofre alterações, afrouxando-se as imposições de nacionalização sobre os não nascidos no país, mas que residem nele.

A respeito desse momento, em que pensamos já nos contextos de produção dos dizeres do abaixo-assinado e do livro, achamos bastante ilustrativa a reflexão de Moita Lopes, que situa os sujeitos nesse outro tempo-espaço.

Isso não quer dizer, por outro lado, que em outros momentos da história, os movimentos, os trânsitos, os fluxos não fossem constitutivos de quem somos, já que “existir” seria existir sempre em movimento, em meio a oscilações entre continuidades e rupturas. No entanto, tal devir ficou mais exacerbado e muito mais facilmente identificável nas práticas em que vivemos, devido aos avanços tecnológicos (midiáticos e outros), que possibilitam a compreensão do espaço e a rapidez do tempo, assim como os consequentes deslocamentos, [...]. A exacerbação dos fluxos identitários também se tornou mais visível devido a políticas e epistemologias contestatórias de visões homogeneizadoras de nossas sociabilidades [...] surgidas em um mundo que faz a crítica aos ideais da modernidade de progresso, cientificidade e racionalidade, que apagavam o corpo e sua história. (LOPES, 2010, p. 12).

A situação dos descendentes em Poços de Caldas é justamente a de sujeitos que circulam por esse mundo agora globalizado, que não exige mais, pelo menos da maneira como fora no século XIX, o enquadramento a características locais em detrimento de características adquiridas em decorrência do trânsito global. Quando ocorre esse afrouxamento na ideologia nacional, os sujeitos, mais livres para se individualizarem, irrompem com seus outros sentidos em resgate da memória daqueles que não tiveram voz ou foram pouco ou mal interpretados, resistindo. A partir daí, é possível que os descendentes comecem a pensar em formas de ressaltar e rememorar sua italianidade, já que os elementos e características culturais, antes tidos como “alienígenas”, passam a ser valorizados positivamente.

Esperamos desta forma, embora de maneira breve e geral, ter esclarecido a situação em que

surtem os dizeres que analisamos e as condições históricas de produção do discurso deles emergente, assim como ilustrado a administração da memória e a seleção de sentidos contra as quais se colocam em relação de tensão. A retomada dessas condições nos forneceu sinais positivos a respeito de nossa hipótese de resistência. Passamos adiante, à sua confirmação pelo viés linguístico-discursivo.

CAPÍTULO 3 – A SOLICITAÇÃO DO MONUMENTO EM HOMENAGEM AO IMIGRANTE ITALIANO – O ABAIXO-ASSINADO COMO PARTE ESCRITA DA RESISTÊNCIA

O texto que passaremos a analisar trata-se do que estamos denominando aqui de uma solicitação e tem como objetivo um projeto de lei que autorize a construção de um monumento em homenagem aos imigrantes italianos na cidade de Poços de Caldas.

O texto curto, de apenas uma página (ANEXO 1), caracteriza-se como texto argumentativo e apresenta-se como um abaixo-assinado endereçado ao prefeito do município, à época, Paulo Tadeu Silva D'Arcádia. Registrou-se como responsável, signatária da solicitação, uma Comissão Organizadora, composta por descendentes de três famílias italianas, os Cagnani, Venafro e Zanetti, sendo o documento assinado por mais, pelo menos, vinte e cinco descendentes. A data de envio não consta no documento, mas pela data de recolhimento das assinaturas, a partir do dia 05 de março de 2001, acreditamos ter sido endereçado em meados ou fim do mesmo ano.

O fato de a comissão organizadora ser composta por membros de famílias italianas e de o documento conter várias assinaturas, confere a ele um caráter legal, próximo ao que se exige de ações de iniciativa popular, porém em um grau reduzido, já que possui feição mais localizada. Essa característica de união, responsabilidade compartilhada e desejo mútuo constitui-se em traço argumentativo categórico, uma vez que visa às aspirações de um grupo, representando o pensamento de uma maioria.

Além disso, podemos pontuar que o uso dos sobrenomes de famílias indica uma espécie de atributo que representa uma vontade de memória aliada ao peso identitário das gerações e ao que Joël Candau classifica como memória genealógica e familiar. Isso pode ser também notado no livro, nas várias listas de nomes e sobrenomes de família apresentadas por Mario Seguso (SEGUSO, 2007, p. 271 – 284). Para Candau, “a genealogia pode ser definida como uma 'busca obsessiva de identidade' e se apresenta com mais força quanto mais as pessoas experimentam o sentimento de se distanciarem de suas 'raízes” (CANDAU, 2014, p. 137).

Essa observação nos indica também a responsabilidade carregada pelos signatários em relação a incumbência do lembrar, sugerindo uma forma de consciência em torno da função de serem continuadores de seus predecessores, não os deixando cair no esquecimento.

Apesar de ser um texto curto, o abaixo-assinado nos oferece um leque bastante interessante de análise, que foi se delineando no decorrer de suas muitas leituras. Ao longo delas procuramos destacar as formas mais recorrentes e que nos chamavam mais atenção, atentando-nos sempre às que poderiam estar elucidando uma forma de resistência que se marcasse linguisticamente em consonância com suas condições de produção e todo o referencial teórico a que recorreremos.

Resultou daí que optamos por observar algumas formações nominais ali presentes e, tendo em vista o caráter argumentativo do texto, detivemo-nos também em aspectos coesivos proeminentes como a enumeração dos parágrafos pelo uso repetitivo de um mesmo verbo e a organização temporal presente na configuração textual. Outros elementos também se destacam e serão observados em suas especificidades ao longo dessa análise, mas de forma mais integrada, no bojo das categorias acima ressaltadas.

3.1 MARCAS LINGUÍSTICO-DISCURSIVAS PELO OLHAR DAS FORMAÇÕES NOMINAIS

Há no corpo do texto do abaixo-assinado, um conjunto específico de marcas linguísticas que nos chamou a atenção e tornou-se, mais efetivamente, foco de análise. Esse conjunto é o conjunto de marcas que serão aqui analisadas como formações nominais, que foram selecionadas e divididas em dois grupos: o primeiro deles caracteriza-se por apresentar um substantivo possuidor de carga semântica espacial/geográfica determinado por um pronome possessivo adjetivo; e o segundo, por apresentar, de forma mais explícita, uma avaliação dos descendentes sobre a condição de reconhecimento das ações dos imigrantes, gerando um efeito de sentido no qual podemos reconhecer a indignação com que é retratada a falta de homenagem a seus antepassados. Os dois grupos, porém, inter-relacionam-se fortalecendo um

processo de individuação que perpassa todo o texto.

Apresentamos abaixo a relação dessas construções na ordem em que aparecem no texto.

Quadro 1 – Construções analisadas como FN

| Construções analisadas como FN | |
|---------------------------------------|--|
| Relação espacial/geográfica | Avaliação → indignação explícita |
| “nosso País” | “poços caldenses e descendentes de imigrantes italianos” |
| “nossa zona rural” | “reconhecimento merecido” |
| “nosso Município” | “justa acolhida” |
| “nosso Brasil” | |
| “nossa cidade” | |
| “nosso Estado” | |

Conforme exposto na seção que trata das FN, não enxergamos as construções do Quadro 1 como construções que simplesmente referenciam algo no mundo por meio de uma especificação, um delineamento conferido pelos adjetivos. Não se trata de algo fixo, com relação direta e unilateral com a realidade. Nossa proposta é olhar para o que há de singular nessas construções, no dizer e em relação aos acontecimentos constituintes de uma memória discursiva e frente às relações de poder que já foram anteriormente descritas.

O primeiro grupo do Quadro 1 tem como característica composicional construções que se formam pela ligação de nomes com carga semântica relacionada a espaço físico/geográfico, definidos, pelo que classificamos aqui como pronomes possessivos adjetivos, todos na primeira pessoa do plural.

Por meio dessas construções, percebemos a necessidade que os descendentes têm de demarcar os territórios para os quais vieram os italianos, apontando as ações desses em cada um dos espaços: no país, no estado e no município (zona rural e cidade), e denotar a ideia de pertencimento a eles por meio do pronome. As ações apontadas são ações positivas e que, de maneira geral, marcam a ideia de construção e de melhoria desses espaços.

A partir desse contexto, tendo em vista a noção de formação nominal e tudo o que foi recuperado dos acontecimentos sobre a imigração, percebemos, em torno das construções isoladas na primeira coluna do Quadro 1, efeitos de sentido que ultrapassam a simples referenciação direta linguagem-realidade. Pela proposta de Eni Orlandi, segundo a qual pode-se pensar um modo de resistência dos sujeitos a partir da reflexão sobre como “[...] aqueles que submetidos ao processo de alienação se subtraem, ou são subtraídos [...] ao apagamento de seu eu social, de alguma forma se objetivam em suas relações” (ORLANDI, 2012, p. 227), pensamos nessas construções como designativas de uma individuação. A construção nominal “nosso País”, por esse prisma, não tem como função somente referenciar Brasil, assim como “nossa cidade” e “nosso Estado” não têm a função de simplesmente referenciar Poços de Caldas e Minas Gerais. Essa referenciação simples é possível em um primeiro plano quando se considera somente o conteúdo do texto.

No entanto, uma análise mais complexa, que leve em consideração também aquilo que é exterior ao linguístico, nos mostra que elas funcionam muito mais como intensificadoras de um jogo de linguagem que nos permite perceber a dualidade: igualdade x diferença, conforme foquemos no nome ou pronome, marcada no uso do pronome possessivo como adjetivo nas seis construções que isolamos, por meio das quais esses sujeitos imprimem sua objetividade, individuando-se.

Nossa formulação acerca dessas materialidades, encaradas como formações nominais, é a de que seu papel na referenciação é o de contribuir na elaboração de um efeito de sentido global e não somente parcial. Percebidas dessa forma, pensamos nos efeitos de sentidos como provenientes de uma formulação que inclui toda a rede interdiscursiva precedente que apontamos, culminando por marcar uma distinção naquilo que é comum, ou seja, os espaços coabitados (igualdade) por sujeitos diferentes (diferença). A igualdade estaria expressa pelo nome que o pronome designa, indicando que Brasil, Minas Gerais e Poços de Caldas são espaços de todos, o que direciona também à ideia de igualdade de direitos dentro de um mesmo espaço. Por outro lado, essa igualdade deve ser pensada em relação à diferença dos sujeitos que ocupam esses espaços. Temos assim que a função primordial do pronome é justamente apontar essa diferença pelo uso de um “nosso”, plural, que se desmembra em muitos eus, singulares, objetivos, e que aqui, pela relação que podemos fazer com os outros

elementos do texto, vem destacar os imigrantes italianos. Isso quer dizer que essas construções realçam, pelo uso da pluralidade, uma singularidade, o povo italiano. Essa relação de muitos eus, posta pelo pronome “nosso/a”, é importante porque estabelece uma relação entre os diferentes sujeitos que ocupam os espaços, ou seja, os italianos e demais habitantes do município.

Não há, dessa forma, em uma perspectiva que visa apontar o gesto de resistência ali presente, um referente simples no mundo para as construções, como é fácil supor, porque elas não significam por si, isoladamente, mas em uma relação de sentido que só se compreende quando se tece o que é dito na solicitação, na atualidade de sua formulação, a uma rede discursiva que a precede, marcada por uma relação de forças específica, na formação social que delimitamos.

Se não buscamos os indícios, tanto do texto quanto de uma exterioridade ampla a ele, não somos capazes de perceber que há nesses usos um gesto de individuação que possibilita a resistência por meio da passagem do apagamento de seu eu social à sua objetivação, já que não é pela igualdade que eles querem ser homenageados, mas pela especificidade, pela singularidade. É pela diferença que há propósito em tanta ressalva ao fato de que o espaço é comum, é “nosso”.

Dessa forma, o jogo segue presente em cada “nosso(a)” utilizado em relação aos espaços. Em termos das relações de sentidos, isso se mostra extremamente interessante porque os mesmos espaços são ocupados por sujeitos diferentes, porém, alguns sentidos estão mais presentes do que outros nesses espaços. A afirmação da igualdade e da singularidade pelo “nosso” se mostra como um forte argumento na cobrança pela homenagem, que é acima de tudo a cobrança por sentido, por meios de significação. Se os espaços são “nossos” e “nós somos diferentes”, prevalece o efeito de que é preciso que os sentidos disponíveis atendam a essa diversidade, não sendo justo que uns signifiquem mais que outros.

Assim, percebemos que é pela afirmação da diferença que emerge a solicitação por justiça, porque houve um trabalho realizado pelo bem comum, um esforço que transformou a cidade em exemplo para o Estado, por meio do qual foi possível, como destacado na solicitação, “[...] transformar nossa cidade em um dos Pólo Regional (sic), seja de população, e

principalmente da agropecuária [...] e também de renda de seus habitantes, sendo exemplo para nosso Estado”. E isso é destacado como realização do trabalho de uma gente específica, dos imigrantes que vieram da Itália, de um outro espaço, portanto.

Compreendemos, desse modo, que a ideia de espaço está tanto relacionada a espaço físico quanto a lugar ocupado, isto é, a vivências. Por meio da solicitação do monumento, os descendentes encontram uma forma de se colocarem no espaço, de pertencerem a ele tanto quanto ele os pertence, ocupando também um outro lugar como sujeitos, individualizando-se, marcando, ao mesmo tempo, o físico da cidade (um espaço) e sua identidade/nacionalidade italiana (um lugar de pertencimento) na cidade. Nos termos de Eni Orlandi, “[...] encontrar uma situação (um (outro) espaço) para o sujeito é encontrar um sentido e tornar possível o movimento de sua individuação: poder estar; instalar (se em) uma situação. Passar do não-sentido ao sentido possível [...]” (ORLANDI, 2007, p.16). Isso significa que, pelos argumentos e as escolhas linguísticas apresentados no documento de solicitação, os sentidos são construídos pela constante afirmação da importância da presença dos italianos na cidade, o que culmina no monumento como símbolo da relevância desse povo, especificamente, para o local, referendando-a em um lugar de memória, aos moldes do que prevê Pierre Nora.

É na referência ao diferente, percebida nessas construções, que se dá o movimento de individuação e a impressão de um outro sentido. A ideia do comum e do diferente se dá de tal forma, impregnada no documento, que chega a gerar confusão quando na primeira frase da solicitação há a seguinte especificação daqueles que a assinaram: “Os abaixo assinados, poços caldenses e descendentes de imigrantes italianos [...]”. A especificação é passível tanto de uma diferenciação, separação (marca aspectos identitários distintos para sujeitos distintos), quanto de uma igualação (marca aspectos identitários distintos mas que podem caracterizar um mesmo sujeito). Afinal, indica um conjunto de pessoas que se denominam poços-caldenses e que são também descendentes de italianos, ou seja, filhos ou netos de italianos imigrantes, que nasceram em Poços de Caldas; ou a ideia é deixar claro que assinam o documento tanto nativos da cidade quanto descendentes de imigrantes italianos?

Essa confusão, que parece permear o documento pela utilização das construções com o uso do pronome possessivo, frente às quais nos indagamos o que pretendem destacar, parece ter

indicação de saída quando analisamos a FN “reconhecimento merecido”. Esta FN não nos permite designar um referente, porque o reconhecimento poderia ter se dado de diferentes formas. No entanto, o “monumento em homenagem ao IMIGRANTE ITALIANO” (caixa-alta do autor) surge como uma alternativa, uma forma desse reconhecimento, e ele, acima de tudo, explicita a diferença, a individuação por meio da especificação conferida ao substantivo “imigrante” pelo adjetivo “italiano”. A solicitação, conforme colocada no documento, se justifica pelo reconhecimento de todo o trabalho realizado, pelos feitos e melhorias em prol da região, mas também, e primordialmente, pelo reconhecimento da diferença, que é o reconhecimento de um sentido outro, ou seja, o reconhecimento do imigrante italiano em toda sua complexidade.

Isso aparece no texto pela escolha da formatação da fonte que especifica o monumento. A utilização de maiúsculas neste ponto: “[...] Projeto de Lei, autorizando a construção de um monumento em homenagem ao IMIGRANTE ITALIANO [...]”, e isso não ocorre em nenhum outro momento do texto, além de ressaltar mais uma vez a individuação, vai dando à solicitação ares de conclusão, sendo a última vez em que a construção “imigrante italiano” aparece no texto. Entendemos que a caixa alta tem o poder de representar em um texto escrito a ênfase que o aumento de voz representaria na oralidade, sugerindo a necessidade premente da homenagem a esse povo específico. Esse recurso é utilizado aqui, como uma estratégia visual, para destacar o ponto máximo daquilo que se pede, não exatamente o que se solicita, mas aquilo que o solicitado representa, ou seja, mais uma vez, a diferença, a individuação; não qualquer, nem todos os imigrantes, mas o IMIGRANTE ITALIANO.

A última formação que gostaríamos de ressaltar é “justa acolhida” cujo referente seria a aceitação do que foi solicitado. Contudo, no nosso entendimento, “justa acolhida” teria como referente a concretização do ato de resistência. A ideia de uma cobrança por justiça é a própria ideia de resistência, textualizada, da maneira pela qual a abordamos. Resistir, nesse ponto, é buscar justiça, que se faz aqui pela colocação de um outro sentido por meio de uma constante afirmação de diferença, num gesto de individuação, conforme nos aponta Eni Orlandi (2012, p. 213-234).

Ao designarem a “acolhida”, ou seja, a aceitação da solicitação, como “justa”, a comissão

organizadora imputa, desde já, um juízo de valor sobre a decisão a ser tomada acerca do que está sendo pleiteado. Tanto é que eles estão na expectativa de que o “[...] pleito receberá a justa acolhida”. A justa acolhida é o que eles esperam e o que esperam é que a solicitação seja aceita. A decisão de aceitar ou não a solicitação é uma opção, está no nível das possibilidades, mas a justiça em torno dessa decisão não. O que é justo não será decidido a partir de uma análise dos argumentos, o justo já está posto e isso tem peso significativo sobre a argumentação e a efetivação do gesto de resistência. Tudo isso pressupõe que uma decisão pela negação seria injusta, mantendo os imigrantes e seus sentidos às margens da história da cidade, continuando, por um lado, a abafar a identidade que é defendida como passível de homenagem e, por outro, a perpetuar o sentido de que os grandes responsáveis pela construção da cidade seriam somente os médicos, coronéis e políticos, sujeitos aos quais se “deviam” e, portanto, se fizeram homenagens e agradecimentos simbolizados de diferentes formas. Essa interpretação decorre também da ideia de igualdade de direitos que se delineia em torno das construções com o possessivo “nosso”. Se é de todos, que todos, em suas individualidades, tenham os mesmos direitos.

Como afirmamos, o efeito de sentido neste ponto é a própria representação do gesto de resistência empreendido na solicitação, presentificado por aspectos que requerem a referida justiça ao público que ajudou a povoar a cidade: “Na expectativa de que nosso pleito receberá a justa acolhida, agradecemos antecipadamente”.

Há ainda um outro elemento presente nas condições de produção desses dizeres que reforçam o efeito de sentido que depreendemos acima: a elite científica, econômica e administrativa da cidade tem seus representantes, seus heróis, homenageados de formas diversas pela cidade, por meio de estátuas, nomes de praças e ruas, por exemplo, que tornam seus sentidos presentes no cotidiano da população fazendo com que ecoem por todos os espaços. Essa representação do outro, observada e vivenciada cotidianamente impulsiona os descendentes a solicitarem, pelo abaixo-assinado, um reconhecimento similar, afinal, “os espaços são nossos”. Esse reconhecimento deve se dar por meio de símbolos, no caso o monumento, com os quais se identifiquem e que acreditam merecer devido às várias contribuições relativas à permanência dos italianos no município. Contribuições essas que ultrapassariam a narrativa segundo a qual a sua presença tenha gerado uma espécie de sofisticação caracteristicamente

européia da população, tanto no que diz respeito à miscigenação e branqueamento quanto a hábitos que visavam europeizar requintando a culinária, a arquitetura e os serviços hoteleiros, por exemplo. Além dessas, outras contribuições deveriam também ser consideradas.

A característica linguística marcante, capaz de nos sugerir essa interpretação, está presente na maneira selecionada pelos descendentes para inserirem, no texto, três dos seus cinco parágrafos. A progressão textual conferida pelo modo como iniciam esses parágrafos, pelo uso do léxico “considerando”, faz com que ressaltem os fatos sobre a vinda e vida dos italianos na cidade, relatos esses presentes no conteúdo de cada um desses parágrafos.

De acordo com Koch, “a reiteração ou repetição de itens lexicais tem por efeito trazer ao enunciado um acréscimo de sentido, que ele não teria se o item fosse usado somente uma vez [...]” (KOCH, 2011, p. 121). Desse modo, o uso reiterado do verbo, como notamos nas construções: “Considerando que já faz mais de um século, que Poços de Caldas, recebeu a primeira leva de imigrantes italianos [...]”; “Considerando que quando, se instalavam em nossa zona rural, traziam famílias numerosas para o trabalho braçal [...]” e “Considerando que esta participação até o presente momento, não tenha recebido o reconhecimento merecido [...]”, demonstra a insistência da necessidade de pontuar as ações dos imigrantes, dificuldades e efetivas contribuições que passam do invisível para o visível ao serem postuladas no documento, elementos pelos quais merecerão, ao final do texto, um pedido de homenagem.

Isso nos aponta a necessidade que têm de ressaltar as dificuldades pelas quais passaram e as efetivas contribuições dos imigrantes para a cidade e região, mesmo com esses obstáculos. Os argumentos são apresentados de forma que em cada um desses parágrafos estejam descritos aqueles que os descendentes estão considerando como os mais válidos para pleitearem o monumento.

Em consulta ao dicionário sobre o verbete “considerar”, encontramos: “con.si.de.rar *v.t.d.* **1.** Atentar para; ponderar. **2.** Examinar (1). **3.** Contemplar (1); observar. **4.** Ter em boa conta. *T.i. e int.* **5.** Meditar, pensar, refletir. *Transobj.* **6.** Ter na conta de. **7.** Julgar, supor. **P. 8.** Ter-se na conta de.” (FERREIRA, 2008, p. 260). Dessas definições, destacamos as presentes em 1, 4 e 5. Entendemos que a comissão signatária do documento expõe seus argumentos, colocando-os em consideração, ou seja, ao mesmo tempo em que os estão considerando, estão enumerando-

os para que sejam também considerados. O que emerge dessa utilização repetitiva é que as autoridades competentes se atentem às ações realmente transformadoras que os italianos desenvolveram, que meditem, pensem, reflitam sobre elas e as tenham em boa conta, uma vez que a repetição do verbo confere um caráter enfático à solicitação. Desse modo, recomenda-se ao interlocutor (no caso a prefeitura) o acolhimento da solicitação como uma maneira de se fazer justiça. O que até aquele momento não havia sido feito, embora os espaços sejam de todos e outros já tenham sido reconhecidos neles.

Entendemos, assim, que, na solicitação, a resistência está representada pela utilização de elementos que marcam uma individuação e a contemplação do grupo imigrante e seus descendentes. Invoca-se e enfatiza-se a ideia de uma injustiça aos italianos, portadores de uma identidade específica, e, por fim, cobra-se uma homenagem que se caracteriza por uma intervenção na realidade, por meio da formulação de um outro sentido até então não presente na cidade, simbolizado pelo monumento, inaugurado em 01 de dezembro de 2002.

Podemos, ainda, atentando ao que preconiza Pêcheux e Orlandi a respeito da abordagem de resistência, esboçar algo a respeito do que falha ideologicamente na relação de forças em questão abrindo-se em ruptura para que haja resistência. Além do fato de que a própria administração dos sentidos falha ao ter como massa de manobra apenas a memória coletiva que se acredita possível, percebemos ainda que a solicitação é feita por meio de um aparato burocrático. A burocracia, que na solicitação se imprime no formato de documento oficial, é utilizada pelo Estado no controle das mais variadas formas de ação nas diversas instituições que abriga. Apesar de ser uma forma de limitar e hierarquizar ações, a burocracia, é aqui utilizada como meio de intervenção na realidade, pela parte que se encontra menos favorecida na relação de forças que ali se constituiu. O próprio estilo, visível no uso de “considerandos”, indica uma espécie de apropriação de um jargão caracteristicamente burocrático como estratégia de convencimento. Ou, pelo menos, uma tentativa de imersão numa “ordem do discurso”, como diria Michel Foucault (1996), para a qual o enunciado, para ser tomado como verdadeiro, precisa cumprir uma série de rituais de forma e de conteúdo previamente institucionalizados, ou seja, uma espécie de “tradição burocrática” a ser seguida²⁴.

²⁴ O uso de “considerandos” é objeto de normatização, por exemplo, de manuais oficiais de redação, como podemos perceber em: <bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rda/article/download/8696/7428>.

Ressaltamos ainda que a intervenção na realidade, da qual falávamos anteriormente, não se dá só no espaço físico da cidade, com a concretização do monumento, ela é também simbólica em um outro sentido. No nível da linguagem, ocorre uma mudança na maneira como as pessoas passam a fazer referência à praça onde está localizado o monumento. Após sua inauguração, em 2002, a praça chamada oficialmente Praça Teotônio Vilela, em homenagem ao empresário e político brasileiro, passa a ser conhecida como Praça dos Imigrantes. Percebe-se com isso a amplitude da intervenção no real alcançada pela interferência do monumento no espaço urbano. O sentido ecoado do monumento, ressignificado inclusive linguisticamente por essa renomeação da praça, que é precedido pela solicitação e por uma rede imensurável de discursos, altera, em diferentes patamares, o sentido dos discursos sobre o município. Passa, assim, a constituir memória discursiva impressa, marcada na cidade, alcançando o espaço que está também impregnado, em sua construção, pelo trabalho dos imigrantes.

Sendo Poços de Caldas uma cidade turística, a importância do monumento como uma possibilidade outra de sentido ganha mais força, pois não estará somente na memória dos habitantes locais, podendo ser levado também na dos visitantes e em seus registros fotográficos, por exemplo, constituindo a possibilidade de compor interdiscurso em suas formulações sobre a história da cidade e daqueles que dela participaram, destacando-se.

Essas reflexões nos fazem recordar das colocações de Pierre Nora levando-nos a relacionar a necessidade de memória à noção de memória discursiva de M. Pêcheux²⁵ e à questão da inscrição do acontecimento e sua elaboração em acontecimento discursivo no espaço da memória. Ao se transformar uma memória natural em um lugar de memória, externalizando-a (pelo monumento ou mesmo pelo livro, por exemplo), aumentam-se as possibilidades de inserção desse acontecimento no interdiscurso, ou seja, perpetua-se uma lembrança, levando-a mesmo a quem não fez parte do acontecimento e não poderia acessá-la de outra maneira. Dessa forma podemos pensar, em torno do acontecimento da imigração, o ciclo produção-distribuição-consumo do discurso de resistência pensando de forma equivalente no abaixo-assinado-monumento-moradores e turistas e na importância que adquire no cenário de

²⁵ Para quem “[...] a memória discursiva seria aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os ‘implícitos’ [...] de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível”. (PÊCHEUX, 2007, p. 52).

desigualdade de representações e sentidos que expusemos aqui.



Imagem 3: Monumento ao imigrante italiano – Praça dos Imigrantes, Poços de Caldas-MG

Fonte: <http://www.joiahotel.com.br/pocos_de_caldas/pracas_3.htm.>

3.2 A ORGANIZAÇÃO TEMPORAL COMO CARACTERÍSTICA ARGUMENTATIVA MARCANTE

O abaixo-assinado apresenta ainda, como aspecto notável, uma organização temporal que relaciona as informações de maneira a fortalecer os argumentos. Isso ocorre pela remissão da “dívida” cobrada, do reconhecimento, à ideia de ancianidade, condição importante para se criar símbolos de homenagem. Essa organização potencializa, assim, ainda mais, a argumentação em favor de um parecer favorável à construção do monumento e não poderia deixar de ser notada e registrada aqui, já que dele depende a efetiva intervenção no real.

Temos no texto as seguintes passagens que denotam a marcação do tempo desde a chegada dos imigrantes até o momento da solicitação, com uma remissão, no final, ao futuro.

Quadro 2 – Marcas da organização temporal presentes no abaixo-assinado

| Marcas da organização temporal presentes no abaixo-assinado | |
|--|---------------------------------|
| Marcas | Localização²⁶ |
| “no final da segunda metade do século XIX” | 1º parágrafo |
| “a partir de 1884” | 1º parágrafo |
| “já faz mais de um século” | 2º parágrafo |
| “quando se instalaram em nossa zona rural” | 3º parágrafo |
| “até o presente momento” | 4º parágrafo |
| “Na expectativa de que nosso pleito receberá” | 5º parágrafo |

Acreditamos, amparados em sua historicidade, que o trabalho de conferir tal organização ao texto, ancorando os argumentos em construções situadas no tempo, esteja, para além de sua função textual de facilitar a atividade interpretativa, aliado à tomada de consciência por parte dos sujeitos a respeito da falta de um símbolo que homenageasse os italianos. O fato de ressaltar a quantidade de tempo decorrida desde a chegada dos italianos até o momento da solicitação confere força argumentativa ao texto. Os fatos descritos foram baseados em acontecimentos que ocorreram há mais de um século, pressupondo, dessa forma, que a falta de reconhecimento vem de longa data.

É perceptível também, que a única passagem que sugere um espaço curto de tempo, “prazo não muito longo”, em: “[...] conseguiram num prazo não muito longo, transformar nossa cidade em um dos mais importantes Pólo Regional [...]”, é usada também em favor do objetivo da solicitação, pois é colocada para descrever que em determinado momento, em um prazo relativamente curto, os italianos fizeram muito pela cidade. Aqui a categoria de articulador tempo também é usada a favor da argumentação.

O mais importante da percepção da organização temporal, a nosso ver, é a explicitação da consciência de uma falta que se comprova antiga, e que, assim, se torna mais grave, colocando-se no limite da aceitação, pronta para desencadear um rompimento. Entendemos o conjunto do texto, a partir das passagens elencadas, como uma forma de resistência mais explícita, que se marca também pelo caráter argumentativo já mencionado. A maneira de

²⁶ Por estar contido em apenas uma página, marcaremos a localização das passagens do texto pelo parágrafo em que aparecem.

requerer o monumento, pela característica de sequenciação temporal ressaltada, nos remete principalmente à compreensão de que a escolha pela utilização das marcações de tempo serve para pontuar argumentos em favor da justiça cobrada ao final da solicitação. Pressupõe-se, pela afirmação, que o tempo decorrido foi longo o bastante para que, até o momento da produção do documento, não houvesse homenagem alguma, ressaltando-se a quantidade de feitos dos italianos, em curto espaço de tempo, em prol da região. Isso nos sugere, portanto, que o decurso temporal ampliado também reforça a ideia de “injustiça”, uma vez que a demora na reparação interfere como um fator que aumenta o grau dessa injustiça.

A noção de tempo longo serve ainda para que se tenha dimensão da pressuposta justiça merecida, podendo essa ser alcançada com a aprovação do que se solicita, o que podemos perceber pela utilização da construção “justa acolhida”, presente mais ao final do texto e lançada como expectativa, futuro: “Na expectativa de que nosso pleito receberá a justa acolhida [...]”. Espera-se assim, que a próxima ação em torno das contribuições dos imigrantes para o município seja a homenagem requerida, ainda não feita e declaradamente devida, conforme destaca o documento.

Temos assim, pelas marcas selecionadas e discutidas anteriormente, um gesto de individuação que se caracteriza por uma individualização do sujeito que “[...] se identifica [IMIGRANTE ITALIANOS] e (se) produz sentidos [se coloca como importante colaborador ao longo do tempo] que são afinal o que vai significar a cidade com todas as consequências que isso acarreta” (ORLANDI, 2004, p. 14). No caso em estudo, podemos dizer que uma consequência possível é a resistência, que se dá pela (res)significação da história da cidade de Poços de Caldas a partir de uma ressignificação do acontecimento da imigração e seus atores, interferindo na estabilidade de um sentido que se tenta manter central.

No próximo capítulo analisaremos o livro *Os admiráveis italianos de Poços de Caldas – 1884-1915*. Procuramos conduzir a análise pela observação de todos os capítulos, dedicando-nos também em considerar os elementos pré-textuais. Por ser um texto maior, foi necessário delimitarmos em seu interior dois aspectos que consideramos aqueles que mais se destacaram no que se refere a formas linguísticas por meio das quais podemos visualizar gestos de resistência: o ethos crítico do autor e a forma utilizada por ele para retratar os italianos.

Acreditamos que a análise que segue soma-se à essa, feita neste capítulo três, dando maior substância e consistência à hipótese de que os discursos que emergem desses dizeres caracterizam-se como discursos de resistência. Percebemos assim, que não se trata de manifestações isoladas que se encerram em si mesmas, mas de manifestações que podemos alocar em uma mesma formação discursiva, que se constituem de uma rede de discursos que se aproximam, e convergem para um mesmo objetivo: a homenagem, instaurada em lugares de memória que, em nossa análise, se produzem como resistência.

CAPÍTULO 4 – O IMIGRANTE ITALIANO E A SUA INDIVIDUAÇÃO – MARIO SEGUSO E O LIVRO *OS ADMIRÁVEIS ITALINOS DE POÇOS DE CALDAS*

Dedicar-nos-emos a partir de agora à análise do livro do italiano Mario Seguso²⁷, *Os admiráveis italianos de Poços de Caldas: 1884 – 1919*. O exemplar a que tivemos acesso corresponde à terceira edição²⁸, datada de 2007, e foi obtido na elegante loja fundada pelo autor e pertencente a sua família, na cidade de Poços de Caldas, a Cristais Cá D'oro²⁹.

A obra, apresentada em caprichosa tipografia, tem 287 páginas e é dividida em cinco capítulos (ANEXO 2), ao longo dos quais percebemos que Mario Seguso intercala duas formas de apresentar sua história: uma que se aproxima mais de um modo característico de fazer história e uma outra mais próxima a um modo literário de narrativa. Isso porque em alguns momentos ele parece se agarrar mais a dados e fatos concretos, enquanto em outros a imaginação parece permear um modo mais romanceado de contar determinadas situações. Essa diferenciação na forma perpassa também o foco do que está sendo colocado em cena nos diferentes momentos. Quando fala da cidade e daqueles que ali são imbuídos de maior poder, notamos que o autor apresenta uma visão e narrativa mais objetiva, calcada na historicidade. Por outro lado, percebemos uma maior liberdade de criação nos episódios que visam relatar acontecimentos nos quais italianos estão diretamente envolvidos.

O livro é fruto de pesquisas, entrevistas e conversas feitas com italianos e descendentes. Portanto, não se trata, no caso em que a narrativa é permeada de aspectos criativos, de uma

²⁷ “Mario Seguso, designer e gravador formado pelo Instituto de Arte de Veneza, nasceu na ilha de Murano, em 1929, descende de uma das mais antigas e famosas famílias de mestres vidreiros, estabelecidos desde 1292, em Murano e no Brasil desde 1954. Em 1964, Mario Seguso gravava peças de cristal encontradas no mercado. Não era uma tarefa muito fácil encontrar tais peças com características ideais exigidas pelo trabalho do rigoroso artista. Melhor seria produzir seu próprio vidro em seu próprio forno. Assim, com mais dois amigos, os irmãos Vitorio e Alamiro Ferro, também de uma família tradicional muranesa, decide abrir sua própria fábrica arrendando o único e precário forno, desativado, de Poços de Caldas, de propriedade de Aldo Bonora que havia decidido não mais produzir vidro”. Disponível em: <<http://cristaiscadoro.lojasdot.com.br/blog/ca-doro>> e <<http://cristaiscadoro.lojasdot.com.br/blog/seguso-brasil>>. Acesso em: 27 mar. 2016.

²⁸ A primeira edição foi publicada em 1988.

²⁹ “A Cristais Cá D'oro, é uma empresa que produz peças em vidro artístico, em Poços de Caldas – Minas Gerais, desde 1965, de acordo com as mesmas características técnicas usadas na ilha de Murano em Veneza – Itália. [...] Referência da arte em vidro no Brasil, a cristais Cá d'oro é frequentemente assunto de reportagens e matérias em toda a imprensa nos principais veículos impressos e eletrônicos tornando assim, este artesanato mais conhecido e respeitado, divulgando através da arte o nome de Poços de Caldas.” Disponível em: <<http://cristaiscadoro.lojasdot.com.br/blog/ca-doro>>. Acesso em: 27 mar. 2016.

liberdade por parte de seu autor que atinja o ponto da invenção, da criação de histórias: trata-se mais de um modo floreado de narrar as situações nas quais os italianos são personagens principais. Algo que se aproxima de uma necessidade de expor um lado mais particular da vida dos imigrantes, com descrições mais detalhadas das situações, incorporando a elas diálogos e descrição de pensamentos, por exemplo. Essa estratégia leva o leitor a adentrar no universo no qual os italianos viviam, aproximando-se desses personagens.

O foco de nossa análise em relação ao livro acabou sendo determinado por essa diferença no tratamento dos assuntos, refletida em modos distintos de escrita, porque ela indica dois processos que se alinham à nossa hipótese. No primeiro caso, ao relatar aspectos sobre os coronéis e médicos, visualizamos, nas qualificações a eles atribuídas e no modo de dizer sobre eles, a impressão de um autor crítico que acabou corroborando e confirmando nossa visão sobre a divisão dos sentidos na e sobre a cidade. E em um segundo momento, ao relatar aspectos da vida e situações vividas pelos italianos, percebemos o Mario Seguso italiano, que se esforça em mostrar a força e sensibilidade de seus pares, processo de individuação que se dá apontando as muitas especificidades que caracterizam seu povo e que os sentidos colocados em cena por uma maneira mais fidedigna de relato não permitem reconhecer.

Temos assim uma análise que considera essas duas formas de narrar e seus diferentes focos apontando uma maneira discursiva de construção da resistência, que vai se delineando pela caracterização dos italianos, em uma narrativa que os enaltece, mas que está ancorada também nos relatos mais sérios e críticos em torno dos atores já consagrados em um centro que os reúne como parte do conjunto dos “heróis” locais.

Nossa visão está qualificada por nossas formulações em torno do que expusemos sobre a teoria das formações nominais, porque ela nos permite perceber a atribuição dos adjetivos para além do processo de referenciação, destacando sua relação com as condições de produção, como efeito direto de uma realidade, dando-nos suporte para pensá-los interdiscursivamente e em relação ao sujeito que os significa, ao mesmo tempo que indica uma significação de si, pelas posições que pode inscrever em seus dizeres, destacando um *ethos*³⁰ crítico em relação à situação da imigração e solidário no que se refere a seus

³⁰ O *ethos* é tratado aqui como uma característica que pode ser identificada a partir daquilo que o autor escreve e pelo modo como escreve. Ou seja, um aspecto de sua personalidade percebido por meio de marcas que ele

compatriotas.

Temos assim uma análise que se configura não pelos sentidos expressos em itens lexicais isolados, mas também, e principalmente, pelos efeitos de sentido gerados a partir de agrupamentos semânticos maiores que se concatenam ao que formulamos anteriormente, tanto no aspecto teórico quanto no histórico-social.

4.1 EFEITOS DE SENTIDO NOS ELEMENTOS PRÉ-TEXTUAIS

A capa do livro (ANEXO 3), assim como os demais elementos pré-textuais que o compõem merecem que voltemos a eles um pouco de atenção, pois apresentam riquíssimos elementos em sua constituição, desencadeando efeitos de sentido importantes para nosso empreendimento e para os quais optamos por direcionar nosso olhar já no início desta análise.

4.1.1 Elementos que se destacam na capa do livro

Logo na capa encontramos o que nos parece uma descrição daquilo de que tratará o livro: “Uma face da História da imigração italiana no sul de Minas Gerais, semelhante a que se repetiu em várias regiões brasileiras”. Essa descrição já nos dá indícios para pensar possíveis relações de sentido que envolvem o acontecimento da imigração. Quando o autor descreve/compreende o livro como “uma face da História da imigração italiana”, inferimos que para que ele seja *uma* face, se apresenta provavelmente em relação a outras, é uma dentre outras que existem e fazem ecoar diferentes pontos de vista, a partir de abordagens específicas, o que gera efeitos de sentidos diversos. A escolha do artigo indefinido “uma”, aqui, reflete a opção de mostrar ao mesmo tempo algo único, ou seja, é uma dentre outras, mas que é ao mesmo tempo singular, porque significada a partir de uma recuperação específica da memória, em um gesto de interpretação específico. Isso nos sugere, mesmo que

imprime em seus dizeres. A respeito do papel do *ethos* para a AD cf. MAINGUENEAU, D. A propósito do *ethos* discursivo. In MOTTA, Ana Raquel; SALGADO, Luciana. *Ethos discursivo*. Editora Contexto, 2008.

muito sutilmente, o desejo de expor um sentido entre outros, um modo particular de contar a história da imigração e dos italianos mas que não é o único, fazendo oposição àqueles que por vezes se apropriam da história e, de seus lugares privilegiados, impõem seus atores protagonistas e seu sentido como “verdadeiro”, literal.

Essa face da história é aquela ocorrida em Poços de Caldas e versará não somente ou simplesmente sobre imigrantes italianos de maneira geral, mas, como explícito no título do livro, sobre “os admiráveis italianos” que ali se instalaram e seus feitos em prol da região. O adjetivo utilizado carrega uma série de especificações que serão elucidadas no decorrer do livro e que, a nosso ver, contrasta com a forma geral “imigrante italiano”. A formação nominal “admiráveis italianos” presente no título, tendo em vista o conteúdo do livro e suas condições de produção, parece sugerir um enfrentamento a uma forma de estereotipia, presente na construção “imigrante italiano”, que “[...] sob suas diversas formas [...], aparece como aquilo que permite naturalizar o discurso, esconder o cultural sob o evidente, isto é, o natural” (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2006, p. 216). Para Eni Orlandi, “como o estereótipo deriva de um processo de categorização e de generalização [...] simplifica o real, favorecendo uma visão esquemática, própria aos preconceitos” (ORLANDI, 2004, p. 45). É justamente contra essa simplificação que Mario Seguso parece se empenhar ao explorar a história de italianos que se constituem, a partir do olhar do autor, admiráveis em muitos e diferentes sentidos.

A insistência do autor em nos mostrar diversas facetas dos italianos aparece aqui como uma forma de desnaturalizar os imigrantes como um grande grupo homogêneo, como trabalhadores que vieram substituir a mão de obra escrava, por exemplo, apresentando formas de atuação diferenciadas, que culminam em um processo de singularização, individuação. Isso nos permite pensar que o argumento utilizado como ponto principal para justificar as homenagens, presente também no abaixo-assinado, o de que colaboraram no desenvolvimento do país e do município, ganha força no sentido de que se abre o leque dessas colaborações ao especificar seus variados graus e tipos. Por exemplo, ao falar sobre os italianos que se alojaram nas fazendas, ele afirma que essa gente, “[...] muito unida e compacta conviveu ombro a ombro nas fazendas, contribuindo *com a força de seu trabalho* para um bom rendimento da produtividade e *com sua presença* para o progresso local” (SEGUSO, 2007, p.

108, grifos nossos).

A FN “admiráveis italianos” sintetiza, portanto, justamente esse extenso leque de contribuições e ações diferenciadas, que a forma mais geral “imigrante italiano” não é capaz de suscitar. Possível pela expressão de um dizer que se constitui por outros discursos, por outros sentidos, fazendo-os emergir nessa “uma face” dessa história, a obra de Mario Seguso, ao mostrar os italianos sob seu ponto de vista, faz resistência ao mesmo, ao centro, porque se dispõe a apontar o que há de admirável, de especial nesses italianos, fazendo-os protagonistas de diversas histórias que se conjugam na história da cidade.

O atributo “admiráveis” utilizado pelo autor no título pode nos sugerir um referente a que se fará remissão nos diversos momentos em que a obra visa a relatar a história de italianos notáveis, que viveram em Poços de Caldas entre 1884 e 1915, e que ali teriam realizado grandes feitos. No entanto, o que visualizamos é na verdade a importância dada a todo e qualquer italiano, a partir do que é textualizado no título do livro. Do mais simples colono àqueles que conseguiram ascensão por meio de muito trabalho ou se destacaram por algum feito mais importante, “admiráveis”, portanto, parece caracterizar todas as pessoas comuns da comunidade imigrante, que contribuíram de diferentes modos, enriquecendo a história também pelos gestos e ações ordinários do cotidiano. Ao enaltecer o grupo de imigrantes em suas diversas contribuições, por meio de uma narrativa que evidencia a grande importância que tiveram, Seguso resiste à criação de heróis que representem apenas uma parcela da população e, à centralização dos sentidos dessa parcela como literais.

Sobre a questão da semelhança também mencionada na capa, no trecho de descrição da obra – “[...] semelhante a que se repetiu em várias regiões brasileiras” – compreendemo-la como um indicativo que nos possibilita pensar no evento que, à semelhança do que ocorreu no sul de Minas ocorreu também em outras regiões, sob duas perspectivas: ou a semelhança está no acontecimento da imigração em si, ou está na configuração discursiva que o coloca à margem de centros determinados também em outras regiões brasileiras. Essa segunda perspectiva só nos foi possível de indicar por meio de um processo de compreensão que envolve não só o que levantamos em relação à situação da imigração de maneira geral, mas também por conhecermos o conteúdo e forma crítica de relatar a história presentes no livro. É pela leitura,

releitura e relação do dizer com suas condições de produção que os sentidos vão se revelando a nós, que conseguimos captar aquilo que escapa talvez até mesmo ao próprio autor.

Antes de passarmos à análise dos demais dizeres de autoria de Mario Seguso, atentando-nos ainda a elementos pré-textuais presentes no livro, gostaríamos de tecer alguns comentários sobre certos aspectos do dizer do escritor poços-caldense, Jurandir Ferreira, a respeito da obra.

4.1.2 Efeitos de sentido nos dizeres de Jurandir Ferreira sobre o livro

O texto de Jurandir Ferreira, intitulado “Os admiráveis italianos”, foi publicado no Jornal da Mantiqueira em 06 de novembro de 1988, acreditamos que por ocasião da primeira edição do livro, e anexado a essa terceira edição, compondo sua primeira parte.

Interessa-nos aqui destacar dois trechos nos quais o escritor relata, fugindo um pouco dos elogios à pesquisa e à escrita de Mario Seguso, o que cremos poder caracterizar como aquilo que ele entende ser objetivo do livro e um modo de cumpri-lo. O primeiro deles aponta em direção ao conteúdo da obra e ao tipo de abordagem dada a ela, simbolizando a forma por meio da qual os italianos serão representados:

o livro do Sr. Seguso retrata os imigrantes italianos em suas conjunturas biológicas, econômicas e sociais, nos seus propósitos elementares de se adaptarem à geografia, nos hábitos e costumes tropicais e neles conseguirem sobreviver e vencer. Com isto concorreram no mudar para melhor o verdejante país de Macunaíma, dos caboclos e dos coronéis (FERREIRA *apud* SEGUSO, 2007, p. 8).

O excerto acima serve de continuidade ao tom que nos foi concedido pela observação da capa sobre o modo como os italianos são retratados ao longo das páginas. Percebemos pelas indicações que o livro relatará a saga dos imigrantes justamente naquilo que pontuamos anteriormente sobre as variadas contribuições e formas de atuação, o que Ferreira demarca ao apontar as diferentes “conjunturas” nas quais serão retratados.

O segundo trecho nos dirá sobre o papel que esse livro representa e ocupa no contexto poços-

caldense.

Faltava talvez em Poços de Caldas uma rua, faltava talvez um monumento que lembrasse o mérito daquele grande povo entre nós. Agora já não é preciso nem rua nem monumento. Neste livro o papel e a tinta vão ser o mármore e o bronze das comemorações, este livro vai evocar, celebrar e perenizar a memória da gente italiana que ajudou, como nenhuma outra, a erguer do solo uma cidade apontada como uma das mais perfeitas do Brasil. (FERREIRA *apud* SEGUSO, 2007, p. 9).

Nessa passagem é possível notar a compreensão de Jurandir Ferreira de que a obra de Seguso surge como “pagamento de uma dívida” (a falta de homenagem a um povo) por meio do resgate de uma memória, celebrando-a e perenizando-a. Temos, assim, que o livro instaura um lugar de memória cumprindo com as exigências propostas por Pierre Nora: é um lugar “[...] nos três sentidos da palavra: material, simbólico e funcional simultaneamente [...]” (NORA, 1984, p. 21). Material por seu conteúdo, que retrata a dinâmica de um grupo específico; simbólico pelo que representa, ou seja, a memória da imigração por um ponto de vista específico; e funcional porque “[...] garante ao mesmo tempo a cristalização da lembrança e sua transmissão” (Ibid., p. 22). Desse modo, o livro, como lugar de memória, ao cristalizar uma lembrança, a partir de um ponto de vista específico, compartilhando-a, irrompe com seu outro sentido, passível de compor memória discursiva de inumeráveis dizeres. No que diz respeito ao movimento da imigração e seus personagens na história de Poços de Caldas, apresentando-se por esse gesto de interpretação específico, a obra de Seguso vem desestabilizar/flexibilizar o sentido institucionalizado, aquele presente, por exemplo, no texto do site da Prefeitura Municipal, de que falamos no capítulo três, e que nem sequer cita os imigrantes ao falar da história do município.

A ideia de que o livro vem suprir uma falta, também mencionada por Ferreira no trecho que destacamos, nos sugere um ponto de resistência que também se aloja nas tensões em torno dos sentidos pela forma como Mario Seguso atribui relevância determinante ao trabalho dos italianos para o progresso da cidade. A justificativa para que a falta de homenagem seja compreendida como uma dívida está novamente presente no argumento das contribuições, uma vez que os italianos ajudaram a “[...] mudar para melhor o verdejante país de Macunaíma, dos caboclos e dos coronéis” (FERREIRA *apud* SEGUSO, 2007, p. 8) e “a erguer do solo uma cidade apontada como uma das mais perfeitas do Brasil” (Ibid, p. 9). Assim, a publicação do livro cumpre com a função de homenagear, mas é a forma com que

Mario Seguso o faz que nos sugere o pagamento de uma dívida, justamente porque o sentido que emerge do livro vem confrontar o sentido vigente pelo grupo que deveria pagá-la, não um outro italiano, mas um brasileiro, um poços-caldense, pois foi a Poços de Caldas (“uma das mais perfeitas cidades do Brasil”) e ao Brasil (“verdejante país de Macunaíma”) que os imigrantes deram suas valiosas contribuições.

Nas palavras do próprio Mario Seguso, em seu prefácio à primeira edição, também de 1988, ele escreve que o livro será sua

[...] modesta contribuição, *como forma de homenagem* e respeito para todos, incluindo os italianos, os filhos ou descendentes que *contribuíram de forma determinante* para a formação desta nossa bonita cidade de Poços de Caldas. (SEGUSO, 2007, p. 12, grifos nossos).

Assim é que ao longo de nossa análise vamos apontar como Seguso apresenta essa “forma determinante” em caracterizações que individualizam os italianos, apontando seus outros sentidos e interferindo com eles no sentido-centro.

É constante, como podemos perceber, o objetivo geral, tanto no livro quanto no abaixo-assinado, do resgate de uma memória por meio de homenagem a um povo a quem se atribui grande contribuição para o desenvolvimento do país e da cidade. Nesses termos, as lembranças são escolhidas e narradas para estancar uma dívida que permeia e impulsiona, nos dois textos, a relação entre contribuição-memória-homenagem-resistência.

Chamou-nos a atenção, de forma mais veemente nesse ponto, a noção de contribuição, presente nos excertos extraídos, para a qual buscamos definição, encontrando os seguintes significados para o verbete “contribuição”: “1. Ato ou efeito de contribuir. 2. Quinhão que cabe a cada contribuinte. 3. Subsídio moral, social, literário ou científico para algum fim” (FERREIRA, 2008, p. 265). Ressalta-se também a definição do verbo “contribuir”, em suas acepções: “1. Concorrer com outrem nos meios para realização de uma coisa, ou para a sua evolução, desenvolvimento ou aprimoramento. 2. Ter parte.” (Ibid., p. 265). A pesquisa sobre verbetes nos indicou, para os propósitos de reflexão sobre a resistência, o valor semântico em torno da noção de contribuição. A definição “2. Ter parte” mostra-se essencial na relação que apontamos no parágrafo anterior, que tem em conta também a memória e a resistência. O fato

inegável da ação de contribuir, desempenhada pelos imigrantes italianos e narrada por Seguso, leva-os a ter parte na história da cidade e os números, como nos aponta Stelio Marras, indicam uma porcentagem de atuação significativa dos italianos que povoaram o local: “[...] quase metade dos residentes em Poços nos primeiros anos do século [séc. XX] era feita de italianos” (MARRAS, 2004, p. 79).

Compreendemos dessa forma que assumir a contribuição desse povo para a cidade e o país, sem reconhecimento, como posto de maneira mais explícita no abaixo-assinado, é assumir uma dívida, ou seja, a falta que nos aponta Jurandir Ferreira. Pelo que podemos elaborar até aqui, pensamos que essa dívida era mantida em silêncio, marginalizada, por interesse de um grupo determinado. Autorizado pela posição que ocupa, esse grupo tem as rédeas da administração de uma memória possível somente mediante a relação desigual de forças que coloca em desigualdade também o peso e valor atribuído aos sentidos que tomam essas contribuições em sua constituição.

A análise do escritor Jurandir Ferreira nos serve, assim, como uma primeira impressão e indicativo do que nos espera. O papel atribuído por ele ao livro de Mario Seguso, o de uma “celebração devida”, coaduna com aquilo que conseguimos extrair da análise do abaixo-assinado, corroborando nossa hipótese. Na visão que apresenta no texto para o jornal, a homenagem que o livro faz aos italianos imigrantes vem cobrir uma falta, ou seja, uma espécie de dívida, dívida que Mario Seguso, a propósito, parece pagar muito bem, resistindo nas entrelinhas, de forma leve, irrompendo com seu outro sentido. Resta-nos agora procurar compreender como o autor do livro apresenta esses italianos contribuintes da história, merecedores da evocação e celebração de sua memória e como os posiciona e considera em relação à elite local.

Na próxima seção, passaremos às observações sobre os dois primeiros capítulos do livro. Nesta parte atentar-nos-emos já ao modo como Seguso retrata os imigrantes que primeiro chegaram a Poços de Caldas, e à maneira como o autor se posiciona diante da história sobre a construção da cidade e da participação de diferentes atores nesse processo. A seção apresentará elementos que se intensificarão ao longo dos demais capítulos do livro destacando-se na análise que fazemos sobre as formas de resistência identificadas no texto de

Mario Seguso.

4.2 A APRESENTAÇÃO INICIAL DOS ITALIANOS – PRIMEIRAS MARCAS DE RESISTÊNCIA

Nos capítulos um e dois do livro, Mario Seguso descreve a chegada dos primeiros italianos a Poços de Caldas narrando também a forma como a própria cidade surgiu. Nesse início, é possível percebermos a representação positiva dos italianos e as inúmeras ressalvas a características naturais brutas, como espaços não povoados e terra ainda não trabalhada, nas caracterizações da cidade no início de sua formação. Isso nos aponta mais uma vez a importância do elemento italiano, carregado das mais diversas qualidades, para o trabalho de modernização do município. A forma como o autor constrói esse primeiro momento de descrição dos principais personagens de sua obra em relação ao espaço da cidade sugere o encontro entre a matéria-prima que precisa ser lapidada e os artesãos capazes de fazer o trabalho. Para ilustrar esse efeito de sentido geral destacamos algumas passagens do capítulo e as caracterizações a partir das quais podemos perceber como os italianos estão nelas retratados.

Quadro 3 – Representação dos primeiros italianos que chegaram a Poços de Caldas

| Trechos | Termos caracterizados destacados | Efeito de sentido |
|--|--|---|
| “Eram pessoas com ambições de melhorar suas condições de vida e de conseguir a própria independência [...]” (p. 23). | Ambiciosos | Todas essas caracterizações ressaltam aspectos positivos gerais dos italianos que estavam chegando ao Brasil e ao município. Características essas ressaltadas para identificá-los em relação ao um trabalho e espaço totalmente novos, na chegada ao país. Seguso destaca assim, de início, a capacidade dos imigrantes para desenvolver um bom trabalho, mesmo frente às adversidades que muito provavelmente enfrentariam, e |
| “Enfrentavam o desconhecido para arriscar a sorte com firmeza e coragem, contando somente com as próprias forças e a teimosia típicas das pessoas arrojadas” (p.23). | Ousados (enfrentavam o desconhecido) Firmes/fortes e corajosos Arrojados | |
| “Contavam também com o apoio de toda a família, | Solidários (apoiavam uns aos outros) | |

| | | |
|--|--|---|
| envolvida na mesma aventura que sempre requeria muito força de vontade e sacrifício” (p. 23). | Esforçados (aventuravam-se em empreitadas que exigiam força de vontade e sacrifício) | |
| “Mas Minas Gerais não tinha promovido nenhum plano de subvenção, portanto os fazendeiros deste estado tinham sido excluídos da possibilidade de uma mão-de-obra tão preciosa” (p. 43-44) | Mão de obra preciosa | |
| “Na realidade, o que ocorreu por parte do coronel, foi ter ido contratar todos estes bons trabalhadores no estado vizinho” (p. 44) | Bons trabalhadores | para se adaptarem a elas. Percebemos também que deixa marcas de qualidades necessárias tanto ao trabalho nas fazendas quanto na cidade, o que ele diferenciará mais adiante nos capítulos IV e V, traçando perfis diferenciados para os italianos que habitavam um ou outro espaço no município, perfil tomado como o digno de memória construída acerca da chegada e consolidação do povo na cidade. |

Os efeitos de sentido elucidados acima confirmam a presença de italianos cujas características só poderiam beneficiar o desenvolvimento da localidade que ainda se encontrava em situação muito rudimentar, aspecto facilmente notado nas descrições que Seguso faz do lugar nos princípios de sua apropriação pelos fazendeiros. Por outro lado, ao mencionar essas características, notamos pontos de identificação que retratam o marco europeizante, importante naquele momento, pois traziam a ousadia e coragem necessárias para mudar para melhor, com hábitos mais arrojados, “[...] o verdejante país de Macunaíma, dos caboclos e dos coronéis” (FERREIRA *apud* SEGUSO, 2007, p. 8), e para, nas palavras de Monteiro Lobato, “desencruar” a região.

Quadro 4 – Aspectos naturais do município de Poços de Caldas

| |
|--|
| Caracterizações do espaço onde surgiria o município de Poços de Caldas |
| “Neste isolamento, causado também pela conformação montanhosa, o planalto de Poços |

viveu longos anos de tranquilidade e abandono, sua natureza intocada, as espessas florestas formadas por árvores nativas, dando refúgio e alimento aos muitos que ali viviam [...] riacho de águas transparente [...]” (p. 27).

“Todo o planalto [...] estava coberto por campos naturais onde crescia uma vegetação baixa e rala devido ao alto teor de acidez e à falta de elementos minerais que reduziam muito a fertilidade da terra” (p. 27).

As características do Quadro 4 acima vão associar-se às dos italianos, destacadas no Quadro 3, em uma relação de complementariedade excepcional, já que aqueles demonstram ter todas as qualidades necessárias para auxiliarem no processo de desenvolvimento desse espaço, ocupando lugar imprescindível a uma marca de identificação que se delineava para o país. Nas palavras de Mario Seguso: “Também o Brasil [...] precisava crescer, tornava-se urgente a necessidade de gente nova, braços que permitissem penetrar cada vez mais no interior do país [...]” (Ibid., p. 37).

Dentre as características da mão de obra, o autor se refere metonimicamente aos braços experientes e capacitados dos italianos, “[...] especializados nas várias modalidades, assim como pedreiros, carpinteiros, marceneiros, artesãos que teriam começado a edificar as primeiras construções de categoria superior às poucas já existentes” (Ibid., p. 41). Destaca-se assim o arquiteto e construtor italiano Giovanni Battista Pansini, que além de responsável pela construção de diversas residências na cidade tem atribuída a si, por Mario Seguso, “[...] o desenho da planta topográfica inicial da cidade, com o traçado das ruas e dos quarteirões” (Ibid., p. 42).

Desta forma, nesse primeiro momento, vemos se delinear uma representação dos imigrantes italianos na relação de classes, em que, pelas profissões, são retratados como diferenciados e essenciais para o processo de construção da cidade, com habilidades superiores que gerariam não só construções superiores, mas aprimoramento em diversas instâncias, conforme já comentamos a respeito de aspectos europeus modernizadores de hábitos, no capítulo 2.

Ao mesmo tempo, temos passagens que nos sugerem a percepção do autor em torno da participação de outros diferentes grupos na formação da cidade, o que nos proporciona elementos para acreditar que de forma indireta ele argumenta sobre o peso desigual da importância dada aos sujeitos que trabalharam na construção de Poços de Caldas. A seção IV

do Capítulo 1, “Fundação da cidade de Poços de Caldas e chegada dos primeiros imigrantes italianos”, pode ser tida como um esclarecimento a respeito do foco de sua obra nos italianos em relação aos outros grupos. Nessa seção Mario Seguso se dedica a deixar claro que os sujeitos ressaltados em seu livro são apenas alguns dos que fizeram parte da história da cidade. Nessa parte da obra percebemos o que pode ser tido como um alerta para refletirmos acerca de sua escrita como uma escrita realizada para suprir apenas uma dentre muitas faltas de sentidos decorrentes das relações de poder locais. Assim, em determinado momento da seção ele escreve:

não se pode separar a parte histórica, dedicando espaço somente ao relatório da presença italiana, que teve uma grande importância sem deixar de lembrar que no povoado em formação existia, *mesmo sendo pequena*, uma comunidade. Foram, portanto, todos estes cidadãos que juntos participaram dos acontecimentos e fatos que com o passar do tempo se transformariam em história, a história global da cidade. [...] Incurríamos *injustamente* em erro se, ao relacionarmos os fatos, *excluíssemos* certas raças como se nem sequer tivessem existido, ou por não as considerarmos dignas de relevo e que, ao invés, *mesmo sendo minoria*, tiveram uma grande importância para o desenvolvimento com sua presença e trabalho (SEGUSO, 2007, p. 37-38, grifos nossos).

O uso das sentenças explicativas destacadas, aliado à consciência da participação de todos na história da cidade, em um primeiro momento, e a léxicos derivados de injustiça, erro, exclusão, em um segundo momento, sugerem, a par da utilização do termo “raças”³¹, como efeito de sentido a necessidade que o autor tem de reconhecer todos aqueles que participaram e contribuíram para o crescimento local, “mesmo sendo minoria”. Isso para não incorrer “[...] injustamente em erro [...] se excluíssemos certas raças [...]”. Essa compreensão vai ao encontro de nossa proposta de análise ao apontar a postura do autor que se coloca na posição de “justiceiro”, o que nos permite compreendê-lo como alguém que percebe as diferenças de relevância atribuída aos sujeitos e a seus sentidos no percurso de administração da memória na história. Temos assim a expectativa de uma abordagem de escrita engajada que aparecerá também em outros momentos, por meio da qual ele nos mostra uma certa resistência aos sentidos centralizados também por suas manifestações de consciência no que se refere ao tratamento e à consideração das memórias.

³¹ Não podemos deixar de registrar o estranhamento que a utilização do termo “raças” nos causa aqui. Não é possível afirmarmos, com base somente nesse uso, com qual acepção Seguso o faz. Como analistas de discurso, porém, pensamos que a utilização do termo no plural, pode sugerir, de maneira conservadora e equivocada, um efeito de sentido que reflete a superioridade dos italianos em relação aos demais grupos que viviam na cidade, ressaltando suas características europeias. Como o viés de nossa análise se dá por uma outra perspectiva, com foco em outros elementos, a leitura que fizemos do texto não nos permite apontar algo mais definitivo sobre essa questão.

As sentenças explicativas presentes no excerto nos fazem remeter ainda às palavras de Eni Orlandi, sobre os sentidos, em uma reformulação que poderia se dar ao pensarmos que os sentidos sendo muitos e todos eles sendo sentidos possíveis (ORLANDI, 1988, p. 20) estão presentes e constituem de forma específica mesmo as menores comunidades, mesmo os grupos minoritários ou marginalizados. Nas palavras de Seguso, fica registrado que em sua obra “nem por isso ficam diminuídos seus merecimentos [dos grupos minoritários], reconhecendo-se a contribuição importante que deram e a presença constante nas realizações que tornaram possível o progresso da cidade” (SEGUSO, 2007, p. 39). Pensando assim em uma possível ideia de justiça que perpassa o livro, Seguso nos aponta que não é correto não fazer jus a esses grupos, não é justo levar ao centro um único sentido, uma vez que “foram, portanto, *todos* estes cidadãos que juntos participaram dos acontecimentos e fatos que com o passar do tempo se transformariam em história, a história global da cidade” (Ibid., p. 37-38, grifo nosso).

Percebemos assim que a questão colocada por Seguso sobre o reconhecimento da participação de todos os que colaboraram com o crescimento do município aproxima-se em muito da problematização que fazemos em torno da consideração dos sentidos de todos os grupos na formação social poços-caldense. Para reconhecer todos esses grupos é necessário dar voz a seus diversos sentidos e fazer isso, naquele contexto, é produzir um discurso de maneira polissêmica, trazendo à tona não um sentido inexistente, mas um sentido que até então tentou-se, como forma de apagamento, manter às margens.

Seguindo a escrita de Seguso, notamos, em relação ao que estamos trazendo aqui como alocação dos sentidos/administração da memória, que ele não só registra o reconhecimento de todos, mas também identifica e aponta a relação desigual na formação social da cidade em relação a outros agrupamentos específicos. A citação a seguir, em comparação com as reflexões acerca da importância da contribuição diversificada ocorrida na região, nos permite perceber a ciência do autor em relação à tradição da família Junqueira e à participação supervalorizada desse grupo no local, como exemplo.

Quando em 1819 a família Junqueira obteve a “sesmaria”, radicou-se no local e a partir de então, sem nenhuma interrupção, aparece como *protagonista principal*,

marcando com sua presença todos os acontecimentos ocorridos até os dias de hoje.
(Ibid., p. 28, grifos nossos).

Ao retratar a família Junqueira pela hipérbole “protagonista principal”, justificando-a pela marcante presença que os Junqueiras têm em “[...] *todos* os acontecimentos ocorridos até o dia de hoje”, Seguso destaca esse grupo como ocupante de todos os espaços e momentos como protagonista, o que nos faz inferir que os outros grupos são sempre coadjuvantes, outra forma de dizer que são sempre marginalizados. Ao contrapormos esse trecho ao anterior, percebemos mais um antagonismo, marcado na progressão textual do livro, em relação ao qual Seguso opta por ser justo. Em um contexto no qual há sempre um mesmo “protagonista principal” ele faz questão de reconhecer a importância de todos os grupos, “mesmo sendo minoria”.

Dessa forma, vamos percebendo na obra os pontos de convergência com nossa hipótese de resistência, confirmando-a por meio das escolhas que o autor faz ao longo da narrativa. Essa descrição feita no início do livro é marcada por uma apresentação positiva dos imigrantes em relação à personalidade e às habilidades de trabalho, e também por uma exposição da história da cidade com menção aos diferentes sujeitos e suas importâncias, ainda que deixe claro, de maneira sutil, o peso diferenciado que esses atores tiveram na história. Percebemos já aqui a introdução de um processo de individuação que vai se dar principalmente em torno do universo do trabalho e do discurso de ascensão por meio dele. Compreendemos ainda um esforço em demonstrar uma visão crítica sobre a história da cidade, que se dá brandamente, mostrando-se aos poucos ao longo da apresentação, à medida que o texto progride, e que vai ao encontro de nossa percepção sobre a alocação dos sentidos no contexto poços-caldense. Entendemos que isso é condição primordial para que busquemos nas caracterizações dos italianos, considerando-as como marcas trazidas no livro, o modo de individuação encontrado por Seguso para, em nossa perspectiva, resistir.

4.3 O CAPÍTULO 3 DE “OS ADMIRÁVEIS ITALIANOS DE POÇOS DE CALDAS” - DADOS GERAIS IMPORTANTES PARA A ANÁLISE

O capítulo de que falaremos agora, intitulado “Considerações sobre os motivos que

provocaram o êxodo dos italianos de sua pátria e organização da Sociedade de Mútuo Socorro '*Stella d'Italia*', tem a nosso ver uma função bastante importante no processo de análise, pois ele nos fornece dados gerais sobre a maneira por meio da qual Mario Seguso abordará a história dos imigrantes italianos. Em consonância com as nossas impressões iniciais, expostas anteriormente, ele é revelador da postura com a qual o autor se lança na tarefa de contar “uma face da história da imigração italiana”, sobre o nível de sensibilidade e envolvimento com que o faz e sobre a forma sutil com a qual marca seu gesto de resistência, disponibilizando um sentido que nos leva a refletir sobre esse povo de forma mais humanizada, individualizando as personalidades separadamente como atores sociais, representando suas contribuições singulares em seus diferentes papéis.

Em nossa percepção geral, Mario Seguso empenha-se em um gesto de resistência que se caracteriza por expor sentidos, explorando acontecimentos permeados pelos mais diversos sentimentos, a partir de uma postura crítica. Não é raro nossa concordância de que muitos momentos relatados são, como afirma, momentos tristes, assim como nos pegamos, em outras partes, rindo das anedotas contadas. Compreendemos esse gesto muitas vezes como fruto de um efeito de sentido que reflete o desejo de humanizar o povo representado, de mostrar que para além de mão de obra alternativa à escrava e de elemento de sofisticação cultural, fala-se de seres humanos, com suas dificuldades e alegrias, com qualidades e defeitos. Todas essas são, conforme demonstraremos, estratégias de individuação.

O capítulo três do livro nos dá indícios que embasam a compreensão que apresentamos no parágrafo anterior. Exporemos, em seguida, as análises de algumas partes do livro por meio das quais pretendemos elencar elementos que pontuam o posicionamento do autor frente às relações de classe – o que nos auxiliará na compreensão do discurso de resistência emergente da obra. Destacaremos adiante uma série de passagens do livro por meio das quais Seguso se empenha em caracterizar os personagens. Neste ponto é interessante perceber, além dos qualificadores atribuídos aos italianos, aqueles que o autor atribui a personagens das elites italiana e poços-caldense. A comparação entre os dois nos permite perceber um movimento de individuação que se inicia pela apresentação de características que colocam essas elites e os italianos em posições conflitantes, servindo também como marca reveladora da posição de Seguso frente a essas relações.

Ao relatar a difícil situação em que se encontrava a Itália, fazendo com que houvesse o grande fluxo emigratório, Mario Seguso expõe a situação de grupos diferentes contrapondo-os. Essa forma de exposição, exemplificada no Quadro 5, nos indica um posicionamento político revelador de um *ethos* crítico, que fortalece a caracterização de seu discurso como de resistência.

Quadro 5 – Caracterizações de grupos antagônicos reveladoras de um *ethos* crítico de Mario Seguso

| Trecho | Contrapontos apresentados por meio de qualificadores | Efeitos de sentido suscitados |
|--|--|---|
| “Deve ter sido uma guerrilha combatida até o último sangue, disputada entre estas classes dominantes e prepotentes, evidentemente às custas do país e da população menos favorecida” (p. 70). | Classes dominantes e prepotentes x população menos favorecida | Todos esses contrapontos refletem um autor consciente das relações conflitantes de classe, uma postura marcada em favor da população deixada à margem. Isso fica marcado nos atributos com que caracteriza os grupos detentores de poder, principalmente no primeiro e último recortes: <u>classes dominantes e prepotentes e grupo ganancioso e inescrupuloso.</u> |
| “Isto vem comprovar que, durante os primeiros dez anos do Reino da Itália, somente um pequeno grupo de cidadãos exerceu o privilégio das decisões, impondo leis e assumindo responsabilidades em nome de uma população de 27 milhões de habitantes completamente deixados à margem” (p. 70). | Pequeno grupo de cidadãos com privilégio das decisões. x 27 milhões de habitantes completamente deixados à margem. | |
| “Querendo saber o que representou este lamentável momento para um grupo ganancioso e inescrupuloso de armadores, e agentes comissários de navegação, então se descobrirá a qual preço e com o sacrifício de quem tenha surgido a frota mercante italiana” (p. 70-71). | Grupo ganancioso e inescrupuloso. x Grupo sacrificado. | |

Essas marcas percebidas como marcas que nos sugerem um posicionamento social e político são importantes porque nos dão um direcionamento (especialmente pelo relato e pelos atributos trazidos aos mais e aos menos favorecidos) para refletir a respeito da postura do autor também frente ao par de centralização x marginalização de sentidos de que estamos tratando. Isso nos faz acreditar em um conjunto de valores apresentados pelo autor de modo a

sugerir o rompimento com possíveis injustiças.

Essa postura, no entanto, só é manifestada de forma mais explícita e enfática, como nos exemplos, quando se trata de opor os imigrantes ou os italianos marginalizados às autoridades italianas. É ao destacar essas autoridades, do governo italiano e dos agentes de navegação, que ele utilizará atributos negativos como os que destacamos no Quadro 5. Ao mencionar potentados locais, ele, ao contrário, utiliza adjetivos positivos. No entanto, é possível percebermos a forma modalizada³² (QUADRO 6) como utiliza esses adjetivos para colocar a elite local, por meio de um representante, na mesma posição de privilégio que coloca os homens de poder qualificados no Quadro 5.

Ao mencionar o impulso de crescimento ocorrido na cidade entre 1874 e 1884, ano marcado em seu relato como o de chegada dos imigrantes, Mario Seguso destaca as personalidades que ali passaram, como o Imperador Dom Pedro II, que fora à cidade para a inauguração da estrada de ferro. Logo em seguida percebemos, conforme Quadro 6, a sutileza com que o autor apresenta Pedro Sanches também como uma personalidade, que ocupa posição de destaque no cenário poços-caldense inclusive por suas relações com outros personagens de destaque.

Quadro 6 – Caracterizações de Pedro Sanches, representante da elite poços-caldense.

| Trecho | Qualificadores atribuídos a Pedro Sanches |
|---|--|
| “Entre as pessoas mais importantes que compunham o grupo das personalidades locais, o Dr. Pedro Sanches de Lemos, um dos primeiros habitantes do lugar sempre foi entre os mais proeminentes. Médico famoso, estudioso das águas sulfurosas e com participação atuante na política local. Casou-se com uma filha do Coronel Agostinho” (p. 74). | <ul style="list-style-type: none"> - Pessoa das mais importantes - Personalidade local - Habitante dos mais proeminentes - Médico famoso - Estudioso - Atuante na política local |

Os atributos destacados na segunda coluna sugerem o pertencimento de Pedro Sanches à classe dominante pelo viés intelectual e científico. Mas esse pertencimento se intensifica pela

³² Ao afirmarmos que Seguso modaliza sua escrita em alguns momentos, estamos nos referindo à forma como ele opta por apresentar algumas ideias em seu texto, seja pela escolha de léxicos ou construções específicas, com vistas a amenizar um efeito de sentido que colocaria em cheque o plano de sua escrita, contradizendo a posição que adota em seu livro.

colocação da última frase que se refere à situação matrimonial do médico. Destacamos aqui a ênfase dada à pessoa do Coronel Agostinho, pertencente à família Junqueira, que nas palavras do próprio Seguso tem sido “protagonista principal em todos os acontecimentos na cidade”, em detrimento de uma informação mais precisa sobre a esposa de Pedro Sanches. O que parece importante aqui não é a relação matrimonial em si, mas a simbologia do casamento, elucidando o que já foi problematizado por nós na seção 2.1.2: o fortalecimento da classe dominante pela união entre os poderes econômico e científico, entre tradição e modernização.

A sequência conferida pela colocação da informação sobre o casamento com *uma filha* (sujeito não nomeado, indefinido) do *Coronel Agostinho* (sujeito nomeado) imediatamente após descrever Pedro Sanches como “atuante na política local”, para deleite nosso, é, inclusive, passível de conter, intencionalmente, uma carga de ironia; ou pode, por outro lado, ser exemplo de dizer cujo efeito de sentido irônico e crítico escape até mesmo ao autor.

De toda forma, entendemos que a maneira modalizada escolhida para descrever Pedro Sanches como um sujeito privilegiado, inserido na classe dominante local, diferente da forma negativa mais explícita como fala da classe dominante italiana, coaduna com o contexto de publicação do livro, já que, caso mantivesse o modo de escrita, poderia ser visto com maus olhos pela sociedade poços-caldense, talvez até encontrando impedimentos para a publicação. Isso porque vemos esse cuidado com que Mario Seguso fala do médico como um indício, uma outra forma de confirmar, mais uma vez, a quem podemos atribuir a ilusão do poder sobre o controle dos sentidos na cidade.

O aspecto contrastante entre um grupo e outro na cidade começa a aparecer no decorrer dos parágrafos seguintes. Logo após a passagem transcrita no Quadro 6, Mario Seguso inicia novo parágrafo, tirando o foco das personalidades locais e voltando-o novamente para os imigrantes. Abordando o desenvolvimento da cidade e a inauguração da estrada de ferro, afirma que esta facilitava a ida dos imigrantes para Poços de Caldas, que com seu crescimento oferecia diversas oportunidades de empregos. Nesse sentido gostaríamos de destacar o que segue:

a importância da presença deles (dos italianos) ainda não tinha sido notada [...] Lentamente, porém, iam definindo uma linha de conduta que os levava a se juntarem entre compatriotas, um pouco para se ajudarem reciprocamente no caso de necessidade e também entendendo que somente mantendo-se unidos teriam

conseguido introduzir-se na sociedade para ocuparem seu lugar. (SEGUSO, 2007, p. 74).

Verificamos, assim, ao contrastar a passagem do Quadro 6 com a citação logo acima, um contraponto muito semelhante àquele formulado por nós na linha 1, coluna 2, do Quadro 5, do qual mudaríamos somente o atributo conferido à classe dominante, de prepotente para privilegiada, ficando da seguinte forma: classe dominante privilegiada x população menos favorecida. Como já dissemos, Mario Seguso acaba encontrando estratégias de forma a modalizar sua postura e ao mesmo tempo não deixar de expor a situação social desigual da época. Dessas estratégias, destacamos aqui o tratamento acurado com as palavras selecionadas para falar de Pedro Sanches e sua atuação na política (reforçada pelo laço matrimonial com a filha do *coronel*), e a mudança de foco entre parágrafos, na progressão textual de uma mesma página, permitindo que o leitor teça comparações e possa perceber a diferença entre os grupos. Enquanto a elite é dotada de privilégios e se une com o objetivo de fortalecê-los e mantê-los, os imigrantes usavam a mesma estratégia de união, mas apenas para tentarem “introduzir-se na sociedade para ocuparem seu lugar.” Percebemos aqui a relação desigual de forças na qual Seguso coloca os dois grupos ao apresentar seus objetivos, mas também uma aproximação no que concerne à estratégia de união utilizada para ocupação de lugares na sociedade local.

Dessa forma, Seguso nos apresenta italianos astutos, que podem se equiparar à elite em determinados aspectos. Isso nos sugere que, mesmo na relação desigual de forças na qual estavam inseridos e do lado mais fraco, eles possuíam uma série de características que os distanciavam em diversos momentos da posição de vítimas. Assim, eles são também caracterizados em suas peculiaridades, em suas diversas facetas, fugindo a generalizações, como personagens que se destacam em diferentes situações, tais como as que selecionamos e elencamos abaixo:

Quadro 7 – Situações que revelam diferentes papéis assumidos pelos italianos.

| Trecho | Qualificação sintetizada | Efeitos de sentido suscitados |
|--------|--------------------------|-------------------------------|
|--------|--------------------------|-------------------------------|

| | | |
|---|---|--|
| <p>“Era o primeiro casamento que aparecia registrado oficialmente entre elementos italianos e é curioso observar que foi também o último celebrado 'de acordo com costumes de Império” (p. 63).</p> | <p>Protagonistas de acontecimentos de destaque.</p> | <p>Ao nos apresentar as diversas situações nas quais os imigrantes se envolviam, Mario Seguso nos mostra diferentes qualidades e as diversas formas de ação, papéis por meio dos quais participavam e circulavam no meio social.</p> |
| <p>“De 1884 a 1889, encontramos documentos e nomes de vários italianos que aparecem concluindo transações imobiliárias, ou como testemunhas, ou outorgando procurações” (p. 64-65).</p> | <p>Negociantes – homens de negócio.</p> | |
| <p>“Eram todos eles pessoas com grande capacidade de resistência ao trabalho e um conhecimento profundo cada qual de sua profissão [...] fruto de comprovadas experiências” (p. 80).</p> | <p>Trabalhadores, profissionais e experientes.</p> | |

Aqui percebemos o trabalho de Mario Seguso em representar os italianos, extraindo-os do contingente homogêneo que se edifica sob a expressão “imigrante italiano”. Isso pode ser verificado também quando observamos o título do livro, no qual o autor não faz, utilizando-se de uma FN, essa generalização. Ao intitular sua história “Os admiráveis italianos de Poços de Caldas”, ele especifica os italianos, como já observamos, caracterizando-os como “admiráveis”. Talvez o ponto culminante da narrativa aqui seja a extensão do atributo “admiráveis” a todos os italianos, o que faz com que o autor se empenhe durante a obra em justificá-la, ou seja, mostrar porque os está considerando admiráveis, e dessa forma individualizá-los em seu gesto de interpretação.

A apresentação tanto de qualidades quanto de “defeitos” atuam em benefício da humanização dos imigrantes italianos. Essa humanização atinge o seu ponto forte quando Seguso conta-nos que, durante sua pesquisa, deparou-se com um documento oficial de Poços de Caldas, no qual consta registro de trágico acontecimento envolvendo um imigrante:

[...] no dia 14 de janeiro de 1892 se apresentava naquele cartório o cidadão italiano Francisco Mencarini declarando a morte trágica de Mansueto Puglia, ocorrida por suicídio, às 9 horas daquela manhã. Tinha 50 anos, era sapateiro, casado na Itália e “atualmente residente em Poços de Caldas”; o declarante ignorava o nome da esposa, dos pais, ignorava se tinha deixado filhos, como também o endereço da residência na Itália e declarava que o defunto não tinha deixado testamento. Desaparecia no nada, desta forma, um homem, um cidadão, um esposo, um filho

[...] Permanecerá sempre a dúvida se as autoridades italianas foram informadas do caso e se a família na Itália foi posta a par da triste notícia. (SEGUSO, 2007, p. 66-67)

Percebemos pela passagem, que Mario Seguso esforça-se para humanizar aquele imigrante: para além de um mero defunto, tratava-se de “um homem”, “um cidadão”, “um esposo”, “um filho”, atribuindo a ele outros papéis que o relacionam, inclusive sentimentalmente, a outros seres humanos. O ápice da humanização pode estar inscrito no suicídio desse imigrante, o que reflete desespero e enorme dificuldade de enfrentá-lo longe de seus entes queridos. Se para as autoridades ele era apenas um trabalhador estrangeiro entre outros, para sua família e seu povo ele era um ser humano. Essa passagem marca de forma bastante impactante a necessidade de se apresentar um sentido para o povo italiano para além daquele que o coisifica como mão de obra, como um elemento de branqueamento ou de sofisticação cultural.

Percebemos com isso, que tanto nas comparações quanto nas caracterizações, pelos adjetivos, presentes na apresentação de situações ao longo da narrativa, Seguso vai imprimindo especificidades aos italianos, humanizando-os e assim argumentando em favor de sua admirabilidade, individuando-os.

4.3.1 A Sociedade de Mútuo Socorro *Stella d'Italia*

Ainda no capítulo 3 do livro em análise, a sociedade de Mútuo Socorro *Stella D'Italia* é apresentada como uma sociedade que surge em 1893, quando os italianos residentes em Poços de Caldas eram bastante numerosos. De acordo com Mario Seguso, ela tinha como encargo “[...] organizar e proteger, tanto os italianos residentes no local, como aqueles que certamente iriam chegar em breve” (SEGUSO, 2007, p. 78); e a finalidade de unir os compatriotas para protegê-los e ampará-los (Ibid., p. 80). Sobre os tipos de benefícios a que tinham direito os sócios, destaca-se a ajuda para obterem trabalho, assistência médica gratuita com fornecimento de medicamentos ou banhos sulfurosos, empréstimo de dinheiro, subsídio para a família do sócio que viesse a falecer e a organização de festas (Ibid., p. 87).

As páginas dedicadas à Sociedade *Stella d'Italia* nos fornecem também preciosos dados. Por elas identificamos novas caracterizações atribuídas pelo autor aos imigrantes e um esforço por

parte dos italianos em se integrarem à comunidade poços-caldense. Uma vez que

a importância da presença deles (dos italianos) ainda não tinha sido notada [...] iam definindo uma linha de conduta que os levava a se juntarem entre compatriotas, um pouco para se ajudarem reciprocamente no caso de necessidade e também entendendo que somente mantendo-se unidos teriam conseguido introduzir-se na sociedade para ocuparem seu lugar. (SEGUSO, 2007, p. 74).

A Sociedade mostra-se a nós, pela maneira como Seguso a apresenta, como mais uma estratégia de união com vistas à ocupação desse lugar, à constituição de uma força local e à reafirmação da sua identidade diante dos demais segmentos da sociedade poços-caldense.

Assim, principalmente por meio das festas, a Sociedade *Stella d'Italia* permitia que a população conhecesse os imigrantes e seus costumes, aproximando-os e integrando-os. De acordo com o autor, esse tipo de evento, promovido por meio da associação, chamava a atenção dos nativos para a presença e para os “valores sociais e humanos” dos italianos. A Sociedade fazia

[...] as vezes da “Mãe Pátria” e tiveram o merecimento de conscientizar a população que recebia estes desconhecidos, vindos de longe, para disputar com eles espaço, trabalho e posição social, fazendo com que fossem aceitos sem problema não só por sua justificada introdução, mas especialmente pela grande carga de valores humanos, sociais e culturais que carregavam consigo (SEGUSO, 2007, p. 79).

Isso nos permite enxergar o modo como os italianos eram vistos pela população local. Pelos atributos conferidos a eles aqui, *desconhecidos*, *oponentes* na disputa pelo espaço, trabalho e posição social, podemos inferir também as dificuldades que sofriam em seu relacionamento com os brasileiros. Nesse aspecto, podemos observar a atuação da Sociedade *Stella d'Italia* na defesa dos imigrantes. Se as festas expunham a comunidade imigrante ao conhecimento de todos com vistas a despertar empatia e gerar melhor aceitação dos italianos, a união e o senso de coletividade e organização mostravam que os integrantes não estavam sós, mas tinham quem zelasse por eles.

Interessante lembrarmos aqui que esse espírito de união e força conjunta projetado também foi notado em nosso outro objeto de análise. Observamos no capítulo 3 que o abaixo-assinado foi organizado não por um indivíduo, mas por três famílias italianas, signatárias do documento, o que provocaria maior pressão sobre as autoridades a que se dirige, favorecendo

a aprovação da solicitação por se caracterizar como a vontade de um grupo.

Retomando a problematização em torno da postura do autor e a atribuição de adjetivos por meio da qual vai individuando os italianos, destacamos as páginas que Mario Seguso dedica para relatar a situação da mulher na Sociedade *Stella d'Italia*. Essa passagem tem a nosso ver caráter mais uma vez ilustrativo de sua postura, indicada aqui pelo tema que ele escolhe ressaltar no estatuto da Sociedade. Entendemos que a fidelidade a essa postura acaba revelando, como uma característica negativa dos italianos, aspectos extremamente machistas, que Seguso tenta modalizar, mas não omite.

Há uma passagem que refletirá bem a dicotomia que tentamos descrever acima, que coloca Mario Seguso em um debate entre a manutenção de sua postura revolucionária, a favor dos menos favorecidos, e sua tarefa de qualificar os italianos de modo que essas qualificações tenham, de alguma forma, relação com a FN do título do livro, o que vai traçando o lugar desses italianos na história da cidade, fornecendo meios para que justifiquem seu gesto de resistência.

Ao ressaltar que na formulação do estatuto da Sociedade foram, mais tarde, acrescentadas novas cláusulas, Mario Seguso dá destaque à condição das mulheres, que só vinte anos após a criação da *Stella d'Italia*, em 1912, passam a ser admitidas nela. Sobre essa cláusula ele afirma: “A cláusula que se refere à admissão das mulheres merece uma atenção especial, pois retrata fielmente os costumes da época, quando a mulher, socialmente, ocupava um lugar secundário dentro da família e particularmente comparada com o homem” (SEGUSO, 2007, p. 87). Destaquemos dois trechos da citação: “A cláusula que se refere à admissão das mulheres *merece uma atenção especial*” e “*retrata fielmente os costumes da época*”. O primeiro trecho está relacionado à opção do autor em apontar mais uma desigualdade, o que é mais uma amostra de sua postura como sujeito nada afeito a injustiças, condição elementar quando pensamos em resistência. Por outro lado, o segundo trecho retrata a estratégia do autor para não fazer dessa lealdade à sua postura algo que acabe indo de encontro a seus objetivos, contradizendo a forma encontrada por ele para resistir. Ao generalizar o machismo presente no estatuto como um exemplo dos “costumes da época” e a atitude dos italianos como forma de fidelidade a esse costume, ele naturaliza o machismo e a inferioridade atribuída às

mulheres, preservando o foco na caracterização positiva dos italianos.

Outro aspecto negativo, também modalizado por Mario Seguso, é o dos italianos como sujeitos por vezes “violentos”. Ao falar sobre as reuniões de sócios ele destaca que

uma das preocupações que se mantiveram constantes durante longos anos foi a do uso de cadeiras leves na sala de reunião, sendo que somente o presidente tinha direito de sentar-se em uma grande poltrona de madeira maciça e de difícil deslocamento [...] A preocupação em usar cadeiras leves tinha um fundo humanitário e preventivo porque, de acordo com informações obtidas através de um descendente de sócio, ficou constatado que às vezes aquelas cadeiras, durante algumas reuniões mais acaloradas, voavam como mensagem de desaprovação, lançadas pelos sócios mais exuberantes e temperamentais, no esforço de fazerem prevalecer as próprias opiniões. (SEGUSO, 2007, p. 89).

Essa passagem indica a característica enérgica dos homens italianos modalizada pela ênfase dada ao gesto “humanitário e preventivo” de se trocar os objetos, assim como pelo caráter cômico, anedótico, que esse trecho pode carregar. A atribuição dos caracterizadores “exuberantes” e “temperamentais” aos sócios serve também como reforço à modalização da atitude a qual se refere a passagem, colaborando na perpetuação das brigas como algo de teor mais cômico do que violento. A forma pela qual opta por apresentar a situação atenua, mais uma vez, a atribuição de qualificação negativa aos italianos, pois nem todos se indisporiam dessa maneira contra os outros, somente os “mais exuberantes e temperamentais”. O fato de haver brigas nas reuniões, com manifestações violentas, é claramente amenizado a fim de não ferir as qualidades positivas dos italianos, mantendo-as em evidência.



Imagem 4: Cadeira da Sociedade de Mútuo Socorro *Stella d'Italia* – Acervo do Museu Histórico e Geográfico de Poços de Caldas.

Arquivo pessoal da autora

Isso pode ser observado ainda, em consonância com a proposta do livro, como uma forma de fidelidade aos fatos ocorridos. Ao apresentar aspectos negativos, mesmo que os modalizando, Mario Seguso projeta atributos com efeitos de sentido negativos aos italianos colocando suas atuações novamente no nível da cotidianidade, pois esses defeitos ora são reflexos de costumes da época ora são tomados comicamente.

Desse modo, acreditamos na relevância do capítulo 3 ao delinear tanto a postura do autor, como um indicativo de pretensões de ruptura com o sentido dominante, quanto à forma pela qual optará, no nível linguístico, para demarcar seu gesto de resistência. Ater-nos-emos adiante à forma aqui delineada, buscando especificar melhor as marcas que representam esse gesto de rompimento.

4.4 O SUCESSO PELO SUOR – INDIVIDUAÇÃO E COLABORAÇÃO POR MEIO DO TRABALHO

Nos dois últimos capítulos do livro em análise, Mario Seguso se dedica a nos contar como era a vida dos italianos nas fazendas e na cidade. Essa apresentação se faz principalmente por meio da relação que os italianos tiveram, nesses dois ambientes, com o trabalho. Destaca-se, aqui, o modo como Seguso se empenha em retratar o quanto os imigrantes eram qualificados, esforçados e dispostos à realizarem diversas ocupações e como toda a família era envolvida para que por meio do trabalho duro pudessem progredir.

Desde o início, detecta-se a formação discursiva apoiada em um discurso laboral, pois os primeiros italianos são representados como pessoas que se importam e se dedicam ao trabalho. Ao chegarem nas fazendas, por exemplo, “Atiraram-se ao trabalho cheios de entusiasmo para fazer produzir toda aquela terra [...]”(SEGUSO, 2007,109). Em outro trecho Seguso afirma que “para os colonos, em primeiro lugar vinha o trabalho, considerado um dos deveres mais importantes” (Ibid., p. 135). Por essa perspectiva é que se dedicaram incessantemente às lavouras de café, na esperança de comprarem seu próprio pedaço de terra para melhorarem de vida, colaborando dessa forma também com o enriquecimento dos

proprietários.

Essa característica constitui aspecto proeminente da personalidade dos imigrantes retratados no livro, embora, nas descrições de Seguso, o italiano que ia para as fazendas tivesse interesses e condições de vida distintos daqueles que viviam na cidade.

Enquanto o núcleo da cidade colocava logo em jogo toda sua iniciativa, com ambição e coragem, resolvidos a competir e a vencer os obstáculos, o dos trabalhadores destinados à agricultura e às plantações de café era mais parado, em condições ambientais e trabalho diferentes que os mantinha desligados de tudo e de todos, não permitindo que tivessem uma visão mais ampla do que a oferecida pela fazenda. (SEGUSO, 2007, p. 95)

Nesse trecho, Seguso destaca características que se voltam mais às questões políticas e ao engajamento dos dois diferentes núcleos a elas. Mas, de toda forma, era em torno do trabalho que a vida girava. Apesar daquelas diferenças, era por meio do trabalho que eles enfrentavam as diferentes adversidades, seja daquele mais rotineiro, nas fazendas, seguindo os ciclos do café; seja do mais dinâmico e competitivo, na cidade, com toda a agitação em torno das águas, dos casinos e da política.

A caracterização feita por meio do destaque às profissões, unida ao argumento da grande contribuição dada pelos italianos, sugere a importância das habilidades específicas na construção e melhoria do município. Isso é marcado durante toda a obra em diversos momentos e em graus variados, como já foi possível percebermos nos capítulos iniciais. Mas no último capítulo, Seguso faz questão de, ao apresentar os italianos, principalmente os que se alocaram na cidade, ressaltar suas qualidades profissionais como forma de agregar ainda mais valor ao discurso de progresso construído por meio do destaque às contribuições que deram para o crescimento de Poços de Caldas.

Destacamos, no Quadro 8, abaixo, alguns casos dessa forma de apresentação.

Quadro 8 – Apresentação dos italianos por meio de suas profissões.

| Nome | Profissão |
|--------------------------|---|
| Giovanni Batista Pansini | Arquiteto (p. 194) |
| Os Scassioti | “pedreiros mas que se dedicavam também ao |

| | |
|---|--|
| | aluguel de animais (p. 209)” |
| Os Aversa e Venafro | “com oficina de sapateiros (p. 209)” |
| Mollo | Alfaiate (p. 209) |
| Stanziolla | “antes barbeiro e depois fabricante de chapéus (p. 209-210)” |
| Perillo | Açougueiro (p. 210) |
| Errico | “comerciante com fábrica de pós de café (p. 210)” |
| Virga | “fabricante de doces (p. 210)” |
| Os Bello | Conserto e venda de armas (p. 210) |
| Os Cardillo | Comerciantes (p. 210) |
| Risolla, De Simone e Tramonte | “fabricação e comércio de laticínios (p. 210)” |
| Antônio Togni | “[...] também conhecido como Antonio padeiro (p. 212-213)” |
| Os irmãos Mencarini, Francesco e Bartolomeu | “dedicavam-se ao comércio (p. 213)” |
| Teodoro | Pedreiro (p. 214) |
| Os Orsi e os Incrocci | Alfaiates (p. 214) |
| Os Alessandri e os Nanni | “que fabricavam e comercializavam carvão de lenha (p. 214)” |
| Rugani | Empreiteiro (p. 214) |
| Gianni, Del Sarto e Fantozzi | Hoteleiros |
| Os Bonini e os Grazia | “com olaria” (p. 214) |
| Fazzi | Relojoeiro e lojista (p. 214) |
| Emanuele Luigi Zuanella | Mestre de obras, construtor e projetista (p. 214-215) |
| Crispino Caponi | Sapateiro (p. 214) |
| Antonio Pigon | “por muitos anos foi o encarregado do cemitério da cidade” (p. 215) |
| Vincenzo Petrecca | Desenvolvia múltiplas atividades, como a fabricação de tijolos. (p. 218) |
| Os Pasculli | Barbeiros (p. 219) |
| Os Loro e os Prezia | “possuíam um moinho para moer o fubá, além da serraria a vapor (p. 227)” |
| Nicola Camillo | Trabalhava na Estrada de Ferro Mogiana (p. 227) |
| Domizio Cavini | “dirigia sua loja, uma mistura de empório e bar (p. 227)” |

Desta forma a ideia do trabalho desenvolvido pelos italianos em prol da melhoria local perpassa toda a narrativa, pois, desde os primeiros capítulos, Seguso vem caracterizando os italianos como “bons trabalhadores” e “mão de obra preciosa”, por exemplo, conforme apontamos no Quadro 3. Percebemos aqui uma semelhança com nosso outro objeto que também destaca as colaborações dos italianos à cidade por meio do trabalho, justificando a homenagem que solicitam.

Em contraste a essa personalidade trabalhadora dos imigrantes, é interessante notar como Seguso caracteriza os frequentadores dos casinos: “Era a outra face da vida que se conduzia em Poços de Caldas, aquela inventada para fazer felizes os *privilegiados*, as *peessoas importantes*, os *boas-vidas*” (SEGUSO, 2007, p. 217, grifos nossos). Justamente em meio às páginas nas quais, mais densamente, lista os italianos como sujeitos trabalhadores, ele vem fazer uma ressalva a respeito daqueles a quem chama os “boas-vidas”, ou seja, os que têm a vida ganha e podem vivê-la se divertindo. Essa relação nos aponta o que já elucidamos sobre o tratamento de qualificação diferenciado feito aos italianos (que trabalham) e aos cidadãos tidos como mais nobres (que não trabalham). Tratamento esse que nos indica a postura do autor impressa pelo modo como adjetiva esses sujeitos.

Essa relação aparece fortemente marcada em uma passagem que retrata os frequentadores da barbearia dos Pasculli como: “[...] personagens que regiam a orquestra político-econômico-social da cidade, como o Barão do Campo Místico, o Coronel Agostinho ou o Major Cobra [...]” (Ibid., p. 219) relatando que os Pasculli ficavam sabendo das novidades “[...] vindo a conhecer todas as notícias, entre uma pincelada de sabão e uma passada de navalhada, enquanto os ilustres clientes conversavam entre eles” (Ibid., p. 220). Ou seja, enquanto trabalhavam, os italianos Pasculli ficavam a par das notícias pelas conversas de seus “*ilustres clientes*”. Aqui, novamente confirmamos a contraposição entre os sujeitos italianos trabalhadores e a elite local privilegiada. As ações descritas direcionam a análise para a mesma percepção: a reafirmação dos italianos como trabalhadores e diferenciados dos demais, atualizados/capacitados, adjetivos que se opõem a uma série de outros com os quais caracteriza a elite poços-caldense.

Não podemos, nesse momento, deixar de refletir acerca desses contrapontos feitos por

Seguso, por um outro prisma. Eles geram um efeito de sentido que nos faz voltar nossa atenção também para o fato de que o mesmo esforço feito pelos italianos para conseguirem melhorar suas condições de vida era também aquele que enriquecia a elite e mantinha as condições necessárias para que levassem a boa vida. O trabalho nesse sentido atinge uma outra dimensão. Para tentarem suprir suas necessidades e conseguirem um pouco mais de conforto, os italianos tinham que, primeiramente, atender às expectativas dos proprietários de terra e da elite que vivia na cidade. O outro efeito, portanto, que emerge dessas comparações é que a manutenção da boa vida era possibilitada pelo trabalho desses imigrantes, principalmente aqueles que eram isolados nas fazendas, onde toda a família trabalhava incessantemente para atingir os objetivos estabelecidos.

Podemos, assim, resumir esses contrapontos na oposição *italianos trabalhadores x elite privilegiada*. O adjetivo “trabalhadores” aparece aqui como uma síntese das caracterizações que apresentamos nos Quadros 3, 7 e 8, que ilustram além de outras características necessárias ao trabalho, como esforço, coragem e ambição, as diversas áreas de atuação nas quais os italianos estavam capacitados a colaborar. O adjetivo “privilegiada” ilustra as caracterizações atribuídas aos representantes da elite, como as presentes no Quadro 6 e outras destacadas ao longo deste capítulo, como “ilustres” e “boa vida”.

Essa reafirmação é extremamente importante, pois é por meio do trabalho incessante que eles buscam “ocupar seu lugar”, contribuindo também sobremaneira com o desenvolvimento do local, e é por essa contribuição que eles se destacam, sendo merecedores de reconhecimento e de homenagens. Assim como afirma Seguso, além dos profissionais citados anteriormente (QUADRO 8), e suas diversas formas de colaboração, outros se destacaram por colaborações de maior visibilidade,

outros italianos foram os responsáveis por muitos dos trabalhos importantes executados na cidade. Os Gesualdi, os Rugani, os Garibaldi, os Rosi, etc, pavimentaram as ruas, ampliaram edifícios públicos, construíram pontes, etc, etc. (SEGUSO, 2007, p. 236)

Ressaltamos ainda, em torno do mesmo tema, o que Seguso relata como sendo a maior preocupação dos italianos e aqueles que eram os seus momentos mais serenos. Em relação ao primeiro aspecto, o autor afirma que “na cidade, a maior preocupação provinha do *medo de se*

encontrarem sem trabalho [...]” (SEGUSO, 2007, p. 237, grifos nossos). Sobre os períodos de bonança, dirá que “havia também os momentos bons e tranquilos, quando a família passava fases serenas com as doenças deixando uma trégua e o *trabalho suficiente* para garantir as entradas tão necessárias [...]

” (Ibid., p. 240, grifos nossos).

Só mesmo mais ao final da leitura do livro é que podemos confirmar como o autor constrói sua narrativa ao redor de um discurso sobre o trabalho e o progresso por meio dele, desde a maneira sutil como coloca isso nos capítulos iniciais até a intensificação no último capítulo com descrições que focam as profissões. Temos por meio disso o peso da construção “italianos trabalhadores”, formação nominal por meio da qual podemos resumir essa condição dos imigrantes, em sua estreita relação com a ideia de colaboração, principal justificativa para o reconhecimento e a homenagem. Interessante notarmos, porém, que essa expressão é caracterizadora dos italianos de maneira geral, mas que há um esforço por parte do autor em apontar as especificidades de cada um. Assim como destacamos no Quadro 8, as profissões são diferentes e atingem campos diversos de atuação, engrandecendo e destacando a colaboração dos italianos.

Não por acaso, Seguso finaliza sua narrativa contando-nos a história de um italiano, João Cardillo, que conseguiu atingir o sucesso tornando-se Capitão, o que dá à história de seus admiráveis italianos ares de vitória.

A notícia é um sinal bem marcante das mudanças que estavam ocorrendo. A quantia de dinheiro da qual o italiano dispunha era bastante elevada. [...] Estava-se chegando ao final de 1914, quando temos informação que na cidade de Poços de Caldas já vários italianos tinham alcançado posições empresariais de relevo, encontrando-se em situação financeira boa, a ponto de poderem ter acesso a negócios mais vultuosos, invertendo, às vezes, posições existentes até pouco tempo antes. [...] Mais um pedaço de caminho andado, outro viria a ser percorrido a seguir, às vezes diminuindo o passo, outras o acelerando, mas sempre com firmeza e a convicção de quem sabia que tinha assumido a responsabilidade de deixar as pegadas de seu caminho nas páginas da história. A história dos admiráveis italianos de Poços de Caldas, do Brasil ou qualquer outra parte do mundo onde possam ter derramado gotas de seu suor. (SEGUSO, 2007, p. 269).

Desse modo, ilustrado pela situação vitoriosa descrita anteriormente, fecha-se um ciclo em torno dos “admiráveis italianos”. Podemos dizer que a individuação que leva à resistência no livro percorre um caminho que parte do adjetivo “admiráveis”, presente no título. A partir dessa caracterização, Seguso delinea a história desses imigrantes, individuando-os de

diferentes maneiras, mas se concentra principalmente na relação que tiveram com o trabalho. Esse foco no trabalho, como dissemos, permite, como efeito de sentido, denunciar a relação de forças sob a qual os italianos viviam, apresentando as inúmeras situações que contrapõem elite e imigrantes. Além disso, aponta mais um argumento a favor da homenagem prestada no livro, a favor de uma outra possibilidade de sentido, que passa a permitir outras significações e formulações discursivas.

A alocação dos sentidos pode ser nesse momento relacionada à questão do lugar que esses italianos queriam ocupar na sociedade e as dificuldades e impedimentos que encontraram para tal. Ao apresentarmos a síntese por meio da qual Seguso caracteriza os italianos (trabalhadores) em relação à elite (privilegiada), expusemos as diferentes condições a partir das quais esses grupos galgam seus lugares na sociedade poços-caldense. Pelo que destacamos, percebemos um jogo de disputa por sentidos que se traça de maneira desigual desde o início. Enquanto os italianos queriam a possibilidade de instaurarem seu sentido, a elite local precisava somente manter-se ao centro, administrando os sentidos que já a favoreciam. É assim que dominando os espaços, dominavam os sentidos. Seguso nos traz algo sobre isso ao afirmar que

desde o início, ao serem lançadas as bases que estruturariam o novo centro que estava nascendo, a família Junqueira participou sempre ativa e atentamente, de todas as iniciativas, evitando desta forma a possibilidade que fossem surgir condições adversas aos interesses do clã [...] Politicamente era a facção mais forte e invencível [...] A nova situação havia se apresentado ao clã quando se notou a necessidade de enfrentar os recém-chegados que, proporcionalmente ao crescimento da cidadezinha, estavam se tornando um número cada vez maior. O Coronel Agostinho, além de manter sob controle suas propriedades rurais, que dirigia dentro dos padrões da época, encontrou-se com nova preocupação de ter que empunhar as rédeas para guiar os movimentos na cidade. Tanto era essencial manter posições de primeiro plano que, por motivo lógico e de precedentes, achava que lhe cabiam de direito. O simples fato de que a cidade surgia inserida dentro das propriedades do coronel deixava em evidência o fato que seu crescimento era condicionado, querendo ou não, a um entendimento com sua família. (SEGUSO, 2007, p. 176).

Essa passagem retrata bem o confronto pelos espaços e pelos lugares entre os grupos, sugerindo que a família Junqueira, de certa forma, sentia-se ameaçada pela presença dos italianos. Desse modo, a narrativa de Seguso vai refletir a estratégia por meio da qual os italianos galgaram incessantemente esse lugar: o trabalho que os tornou indispensáveis.

Ao narrar essa face da história, dessa maneira, Seguso demonstra, portanto, como os heróis

que estavam até então centralizados dependeram também dos italianos para manterem esse status. Os gestos de individuação aliados às críticas que emergem da narrativa conferem aos italianos um protagonismo por meio do qual conseguem denunciar, se impor e se (re)significarem colocando-se de maneira diferente na história. É assim que podemos visualizar a resistência no livro, pela interferência desses novos sentidos no sentido tido como literal.

Como um efeito de sentido geral, que também conduz o texto à resistência, não podemos deixar de perceber como a narrativa de Seguso aponta o trabalho e o discurso em torno da dignidade por ele conferida aos italianos como uma constante que denuncia como esses sujeitos foram, de certa forma, explorados em decorrência de sua situação de imigrantes. A apresentação e caracterização diferenciada dos italianos e da elite, presente na dualidade trabalhadores x privilegiados, servem para pontuar não só o leque de contribuições que os italianos deram ao município, mas para ilustrar todo o imenso esforço que dispensaram para terem um lugar na sociedade e terem sua importância notada. Os contrapontos entre eles e a elite nos servem de ilustração não só para pontuar que os italianos trabalhavam enquanto a elite se divertia, mas principalmente para ilustrar que a elite se divertia às custas também do trabalho desses italianos. É assim que Seguso, ao narrar as dificuldades da chegada e adaptação dos italianos ao município, as estratégias encontradas por eles para driblar essas dificuldades e os casos de sucesso de alguns imigrantes, acaba por relatar também como a submissão ao trabalho para essa elite centralizadora do controle e dos sentidos foi a única forma encontrada pelos italianos para (r)existirem.

Desse modo, ficamos certos de que o livro representa uma outra proposta de sentido para o fenômeno migratório ocorrido em Poços de Caldas. Ao ser instaurado como lugar de memória, ele é, de certa maneira, capaz de preencher uma falta em torno da significação requerida pelos descendentes, pois apresenta a condição dos imigrantes por um novo viés. Isso significa que o livro reflete o trabalho com a memória por um outro prisma, no qual o discurso ali formulado, atualizado, se constitui por outros discursos emergentes de uma formação discursiva caracterizada pelo que era de teor privado na vida dos imigrantes e que ainda estava por ser dito. É a significação de si por si que possibilita vislumbrar outros heróis e assim ressignificar os espaços e realocar os sujeitos. É pela emersão desse outro discurso,

pela possibilidade de reconfiguração simbólica e pela instauração do novo da memória discursiva, mesmo que minimamente, que a resistência se dá por meio do livro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando nos dispusemos a olhar para dizeres sobre “os italianos de Poços de Caldas” na tentativa de compreendê-los como dizeres de resistência, lançando luz sobre um discurso que vai de encontro ao dominante no contexto trabalhado, várias questões surgiram. Esta dissertação é, portanto, não só um trabalho sobre esses discursos mas também a busca por respostas a esses questionamentos, o que nos levou a traçar um percurso muito próprio de análise, que tentamos explicitar ao longo de nosso texto e retomamos aqui junto ao que, até esse ponto, podemos ter como conclusivo.

Percebemos que embora houvessem diversas afirmações sobre resistência no campo da Análise de Discurso, como a de Pêcheux (“não há dominação sem resistência”), que despertou nosso interesse sobre essa perspectiva, não seria possível reduzir o nosso objeto de estudo, de maneira irrefletida, a nenhuma delas dada a sua especificidade. Assim, no Capítulo 1, procuramos esclarecer o modo como entendemos a ideia de resistência. Pela retomada de conceitos essenciais aos estudos do discurso, concluímos que, para a investigação que pretendíamos nesta dissertação, a resistência que pode caracterizar os discursos emergentes dos dizeres com os quais trabalhamos está inscrita em uma formação social e em relação de alteridade com o discurso dominante nas relações de força que se instauram nessas formações sociais. Mais especificamente, ela se constitui por discursos que são marginalizados nessas relações de força e que por essa constituição, ao emergirem, rompem com o discurso dominante, desestabilizando-o. A principal marca da resistência é trazer à tona sentidos que se encontravam marginalizados, provocando algum tipo de mudança no estado político-simbólico da formação social a que pertencem. Portanto, a resistência tem caráter transformador. No caso estudado ela se constituiu com base em uma espécie de democratização dos sentidos, atuando contra a centralização e literalização de um determinado sentido como o mais importante e verdadeiro. Assim, a transformação que a ação de resistência aqui estudada desencadeou foi uma transformação na relação desigual de sentidos, que se sustentava com o objetivo de manter privilégios e a concentração de poder nas mãos de grupos determinados.

Toda essa configuração dos sentidos tem relação intrínseca com o que chamamos aqui de “administração da memória”. É por meio da administração e controle da memória que esses sentidos sofrem as alocações que os colocam em relação desigual no meio social. A falha que ocorre em todo esse processo de controle, e que permite os gestos de resistência, está na ilusão da possibilidade de uma memória coletiva. A imposição de um sentido centro como estratégia de manutenção de poder se baseia na falsa percepção de que os sujeitos vão se guiar, a si e a suas práticas, pela significação desses sentidos somente. No entanto, em suas outras formações discursivas, circulam outros discursos que, por sua vez, constituem outras memórias discursivas fazendo com que seus processos de significação se baseiem em outros sentidos.

Tendo em vista todo esse complexo emaranhado de conceitos e suas relações, partimos para a análise de como o discurso de resistência pôde se materializar na linguagem. Quais marcas indicariam, na linguagem, em nossos objetos, esse discurso? Porém, nenhuma marca por si só poderia nos fornecer uma resposta substancial. Para responder a essa pergunta, foi necessário buscarmos as condições de produção desses dizeres, tarefa que realizamos no Capítulo 2, a fim de entendermos, de forma geral, os processos de imigração no Brasil e em Poços de Caldas, a formação desse município e os diversos atores que estiveram presentes nessa formação. No que concerne ao nosso recorte para análise, compreendemos que a formação econômica e social do município, desde o início de sua constituição, já havia predefinido o controle sobre os sentidos na localidade, concentrando-o nas mãos dos coronéis, médicos e estadistas. Assim, apesar do grande número de trabalhadores pobres preexistentes e de imigrantes que se instalaram em Poços de Caldas e da importância que tiveram em seu crescimento e modernização, seus sentidos e referências foram colocados à margem. Isso porque a memória coletiva que se forjou no contexto poços-caldense tomou seus sentidos e seus heróis naquele tripé fundador (coronéis, médico e estadistas).

A partir disso, tínhamos bem definido, no recorte que fizemos, qual sentido era central e qual era margem, o que confirmava parcialmente nossa hipótese de que os discursos que analisamos seriam discursos de resistência. Dessa forma podemos voltar à questão: “Quais marcas indicariam, nos dizeres, esse discurso?” A resposta que estaria nos próprios textos foi orientada por uma indicação teórico-metodológica fornecida por Eni Orlandi. Não se trata da

apresentação de uma categoria, mas de uma orientação sobre como pensar a forma de resistência dos sujeitos, quais as estratégias possíveis para que os sujeitos emergjam com seus sentidos postos à margem, no centro.

Assim, trabalhamos a ideia de individuação desenvolvida pela autora na perspectiva de que, em seus processos de produção dos discursos, os sujeitos podem optar pela polissemia e se individualarem em seus dizeres, o que se dá pela retomada de uma memória discursiva outra que possibilite a instauração de um sentido outro, que não se estabeleça como mera paráfrase dos sentidos alocados no centro. Dessa maneira, buscamos pensar nas marcas de individuação impressas pelos sujeitos em seus dizeres, que indicassem um gesto de interpretação gerador de um efeito de sentido novo em relação ao mesmo centralizado.

A observação dos textos nos indicou um caminho para análise das marcas de resistência que se deu, principalmente, pela via das formações nominais e da adjetivação. Por essa indicação podemos perceber no texto do abaixo-assinado (solicitação de um monumento que homenageasse os imigrantes na cidade) uma série de construções que nos apontavam marcas por meio das quais os descendentes instauravam um processo de individuação que, aliado ao sentido global do texto e às condições de produção, apontavam resistência. Nesse texto, os sujeitos vão se individualar, principalmente, por meio de formações nominais que estabelecem entre seus termos uma relação dos sujeitos com os espaços ocupados, como percebemos, por exemplo, na construção “nossa cidade”. A adoção do pronome “nosso/a” (plural) nos sugeriu a marca da presença dos descendentes nos espaços que eram assim caracterizados como forma de reforçar o argumento para introdução de um sentido outro nas significações desses espaços. A constante reafirmação de que os espaços “são de todos”, efeito de sentido do uso do pronome “nosso/a”, possibilita uma individuação pela reafirmação dos italianos e descendentes como sujeitos singulares aos quais esses espaços também pertencem. Esse se constitui como o argumento mais forte do abaixo-assinado, que requer o monumento como forma de reconhecimento e de se fazer justiça aos italianos, presente nas formações nominais “reconhecimento merecido” e “justa acolhida”. De forma geral, isso nos levou a pensar em uma ruptura com o sentido centralizado que almeja impor a todos a significação que melhor lhe convém, pela distribuição de símbolos (estátuas, nomes de ruas e praças etc.) nos espaços da cidade.

No livro *Os admiráveis italianos de Poços de Caldas*, as marcas de individuação aparecem em maior quantidade e de maneiras diferentes. Nesse texto trabalhamos principalmente com as caracterizações que o autor faz dos italianos e da elite centralizadora dos sentidos em Poços de Caldas. A observação desses adjetivos para cada grupo e uma comparação entre eles nos mostrou que Mario Seguso individualiza os italianos conferindo a eles características que demonstram a importância que tiveram no processo de formação/modernização do município. Esses atributos enaltecem a presença dos italianos ali, por diversas facetas, demonstrando como no processo de administração da memória, sobre a história da cidade, sua presença foi subvalorizada em detrimento de uma supervalorização da presença da elite. Ao retratar os italianos principalmente pelo que sintetizamos na formação nominal “italianos trabalhadores”, ele ressalta um grupo a quem, em grande medida, se deve o fato de a cidade ser considerada “uma das mais belas do Brasil”. O gesto de individuação no livro aparece nos relatos esmiuçados da vida desses italianos, pelos quais o autor consegue reaperceber esse grupo de maneira diferenciada, não só como “imigrantes italianos”, mas como “os admiráveis italianos de Poços de Caldas”.

Em relação ao que apresentamos e desenvolvemos na dissertação, traçando o caminho da resistência manifestada pela linguagem, percebemos que esse caminho, em nosso recorte e em ambos os objetos, se dá na relação contribuição-memória-homenagem-resistência. Isso porque a justificativa para a retomada de uma memória e conseqüente homenagem é o fato de que a vasta contribuição que os italianos deram ao município também constitui, de forma muito marcante, aquilo no que ele se tornou. A retomada dessa contribuição, ou seja, a busca por argumentos que justificassem a homenagem, foi o que desencadeou as marcas linguísticas de que falamos anteriormente, tanto no abaixo-assinado quanto no livro. Isso fez com que Mario Seguso e os descendentes se empenhassem em um esforço de individuação dos imigrantes e por meio disso conseguissem edificar novos lugares de memória, representados tanto pelo monumento em homenagem ao imigrante italiano quanto pelo livro, como demonstramos. No âmbito da resistência, o caráter funcional desses lugares de memória constitui-se no principal meio de ruptura, pois é por ele que essa nova memória se cristaliza e é perenizada. Em nossos termos, o caráter funcional favorece a inscrição de novos sentidos no sentido estabilizado e a possibilidade de ressignificações inúmeras. Desta forma, por fim, podemos seguramente afirmar que o discurso que emerge desses dizeres faz resistência ao sentido sobre a história da

cidade que se centraliza não citando os imigrantes ou simplificando seus sentidos de forma a silenciá-los, conduzindo-os às margens.

Este trabalho nos faz refletir também sobre o quão é importante voltarmos nossa atenção para esses dizeres aparentemente sem importância e sem legitimidade, buscando compreender seu funcionamento como discursos de resistência, na tentativa de fortalecê-los. Ao nos exaurirmos tentando mostrar como a dominação se dá por meio da linguagem e como dessa forma ela apaga determinados sentidos, estamos mais uma vez colocando-a no centro de nossa perspectiva. Sem desconsiderarmos a importância desses outros trabalhos, pensamos que ao mudarmos de foco, trazendo para discussão os discursos que emergem das margens, estamos dando voz a eles. Ao nos debruçarmos sobre a análise de seu funcionamento para a eficácia da resistência, estamos fortalecendo-os. Eis aqui um outro aspecto relevante de nossa contribuição com esse trabalho.

REFERÊNCIAS

BASTOS, L.C.; MOITA LOPES, L. P. (Orgs.) **Para além da identidade**: fluxos, movimentos e trânsitos. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

BAUMAN, Z. **Identidade**: entrevista a Benedetto Vecchi. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

BRANDÃO, H. H. N. **Introdução à análise do discurso**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004.

CANDAU, J. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2014.

CHALHOUB, Sidney. Cortiços. In: _____. **Cidade Febril**: cortiços e epidemias na Corte imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. cap. 1. p. 15 – 59.

CHARAUDEAU, P.; MAINGUENEAU, D. **Dicionário de análise do discurso**. São Paulo: Contexto, 2006.

DELGADO, Lucília de A. N. História oral e narrativa: tempo, memória e identidades. **História Oral**. São Paulo, n. 6, p. 9-25, 2003.

DIAS, L. F.; SILVA, E. E. R.R. Formas nominais designativas da constituição do perfil feminino: uma abordagem enunciativa. **Revista Con(textos) Linguísticos**: revista do Programa de pós-Graduação em Linguística da UFES, v. 9, n. 12, p. 149-161, 2015. <<http://periodicos.ufes.br/contextoslinguisticos/article/view/9456>>. Acesso em: 23 nov. 2015.

DIAS, L. F. Formações nominais designativas da língua do Brasil: uma abordagem enunciativa. **Letras**: revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da UFSM, Santa Maria, v. 23, n. 40, p. 11-22, jan/jun. 2013. Disponível em: <<http://cascavel.ufsm.br/revistas/ojs-2.2.2/index.php/letras/article/view/11723>>. Acesso em: 23 nov. 2015.

FERREIRA, Aurélio B. H. **Miniaurélio**: o minidicionário da língua portuguesa. Curitiba: Ed. Positivo, 2008.

FIORIN, José Luiz. **A construção da identidade nacional brasileira**. BAKHTINIANA, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 115 – 126, 1º sem. 2009. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/bakhtiniana/article/viewFile/3002/1933>>. Acesso em: 04 jan. 2016.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

GOMES, A. M. C. A construção do homem novo: o trabalhador brasileiro. In: OLIVEIRA, L. L.; VELLOSO, M. P.; GOMES, A. M. C. **Estado Novo**: poder e ideologia. Rio de Janeiro: Zahar Editores S. A., 1982. Cap. 5. p. 151 – 166.

GOMES, A. M. C. **O populismo e as ciências sociais no Brasil**: notas sobre a trajetória de um conceito. TEMPO, Rio de Janeiro, vol. 1, nº 2, 1996, p. 31-58. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/tempo/artigos_dossie/artg2-2.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2016.

KOCH, I.G.V. A progressão textual. In. _____ **Desvendando os segredos do texto**. São Paulo: Cortez, 2011. cap. 10, p. 121-132.

LEAL, V. N. Indicações sobre a estrutura e o processo do 'coronelismo' In: _____. **Coronelismo, Enxada e Voto**: o município e o regime representativo no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. Cap. 1. p. 43 – 74.

MALDIDIER, D. **A Inquietação do Discurso**: (re)ler Michel Pêcheux hoje. Trad. Eni P. Orlandi. Campinas: Pontes, 2003.

MARRAS, S. **A propósito de águas virtuosas**: formação e ocorrências de uma estação balneária no Brasil. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Tradução: Yara Aun Houry.

In: NORA, P. **Les Lieux de mémoire**. Paris, Galimard, 1984. p. XVIII-XLII.

NUNES, J. H. Leitura de arquivo: historicidade e compreensão. In: M. C. L. Ferreira, F. Indursky (orgs.). **Análise do discurso no Brasil**: mapeando conceitos, confrontando limites. São Carlos: Claraluz, 2007, p. 373-380. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/analisedodiscurso/anaisdosead/2SEAD/SIMPOSIOS/JoseHortaNunes.pdf>>. Acesso em: 17 ago 2015.

ORLANDI, E. P. **Historicidade, indivíduo e sociedade**: o sujeito na contemporaneidade. Anais do SEAD. In: SEMINÁRIO DE ESTUDOS EM ANÁLISE DO DISCURSO, 3., 2007. *Anais...* Porto Alegre, p. 1-21. Disponível em: <<http://anaisdosead.com.br/3SEAD/ConferenciaMesaRedonda/EniPOrlandi.pdf>> Acesso em: 22 fev. 2016.

ORLANDI, E. P. **Discurso e Leitura**. Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1988.

ORLANDI, E. P. **A linguagem e seu funcionamento**: as formas do discurso. Campinas, SP: Pontes, 2001.

ORLANDI, E. P. **Cidade dos Sentidos**. Campinas, SP: Pontes, 2004.

ORLANDI, Eni. Maio de 1968: os silêncios da memória. In: ACHARD, Pierre [et al.]. **Papel da memória**. Campinas, São Paulo: Pontes, 2007, p. 59-67.

ORLANDI, Eni. P. **Interpretação**: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. Campinas, SP. Pontes Editores, 2007.

ORLANDI, Eni P. **Análise de Discurso**: princípios e procedimentos. 8ª ed, Campinas, SP: Pontes, 2009.

ORLANDI, E. P. **Discurso em Análise**: sujeito, sentido, ideologia. Campinas, SP: Pontes Editores, 2012.

PAYER, Maria O. **Memória da língua**: imigração e nacionalidade. 1999. 186f. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas – SP.

PÊCHEUX, M. **Semântica e Discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Tradução: Eni Pulcinelli Orlandi et al. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009.

PÊCHEUX, M; GADET, F. A língua inatingível. In: **Análise de Discurso**: Michel Pêcheux. Textos escolhidos: Eni Puccineli Orlandi. Campinas, SP: 4ª ed. Pontes Editores, 2014. p. 93-106.

PÊCHEUX, M. Papel da Memória. In: ACHARD, Pierre [et al.]. **Papel da memória**. Campinas, São Paulo: Pontes, 2007, p. 49-57.

PINHEIRO, P. S. [et al.]. Imigração. In: _____. **O Brasil republicano**, v. 9: sociedade e instituições (1889-1930). 8ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. p. 104 – 146.

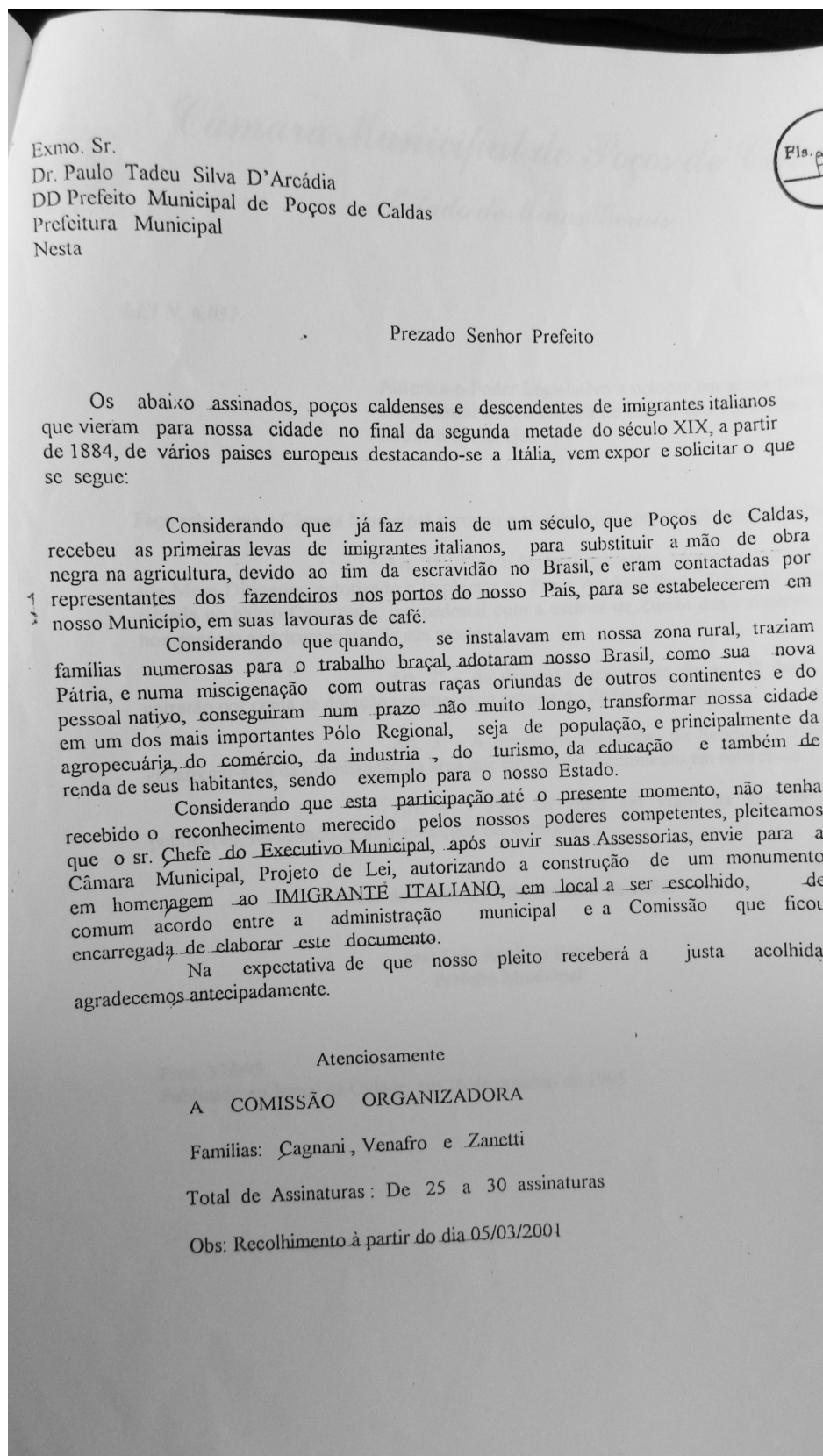
QUINTANEIRO, Tania; OLIVEIRA, M.G. Monteiro. Karl Marx. In: QUINTANEIRO, Tania; BARBOSA, M. L. de Oliveira; OLIVEIRA, M.G. Monteiro. **Um toque de clássicos**. 2ª ed. São Paulo: Moderna, 2005. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

REIS, D. A. A ditadura faz cinquenta anos: história e cultura política nacional-estatista. In: REIS, D. A.; RIDENTI, M.; MOTTA, R. P. S. (Orgs.) **A ditadura que mudou o Brasil**: 50 anos do golpe de 1964. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. Cap. 1. p. 11 – 29.

SEGUSO, M. **Os admiráveis italianos de Poços de Caldas**: 1884-1915. Poços de Caldas, 2007.

ANEXOS

ANEXO 1



ANEXO 2

ÍNDICE

| | |
|--|-----|
| Os Admiráveis Italianos - Jurandir Ferreira | 7 |
| Prefácio da 1ª edição | 11 |
| Prólogo | 13 |
| Capítulo 1 | |
| Fundação da cidade de Poços de Caldas e chegada dos primeiros imigrantes italianos | 19 |
| Capítulo 2 | |
| Chegada dos primeiros colonos italianos no Município de Poços de Caldas | 45 |
| Capítulo 3 | |
| Considerações sobre os motivos que provocaram o êxodo dos italianos de sua pátria e organização da Sociedade de Mútuo Socorro " <i>Stella d'Italia</i> " | 63 |
| Capítulo 4 | |
| Os colonos italianos nas fazendas | 93 |
| Capítulo 5 | |
| Os italianos na cidade | 187 |
| Relação dos nomes dos italianos residentes em Poços de Caldas, por ordem de chegada, conforme foram encontrados nos documentos oficiais | 271 |
| Relação dos sobrenomes das famílias italianas residentes nas fazendas do município de Poços de Caldas e ano de chegada, conforme documentos oficiais | 280 |

ANEXO 3

Mario Seguso



Os Admiráveis Italianos de Poços de Caldas 1884 - 1915

Uma face da História da imigração italiana ocorrida no sul de Minas Gerais,
semelhante a que se repetiu em várias regiões brasileiras.